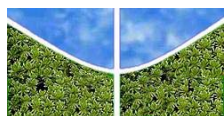


Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

**Mídia e corrupção: a Operação Curupira na Amazônia.**

Denise Gomes de Moura  
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, dezembro/2006.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÍDIA E CORRUPÇÃO. A OPERAÇÃO CURUPIRA NA AMAZÔNIA.

Denise Gomes de Moura

Orientador: Argemiro Procópio Filho

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
Política e Gestão Ambiental

Brasília – DF, dezembro de 2006.  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**MÍDIA E CORRUPÇÃO: A OPERAÇÃO CURUPIRA NA AMAZÔNIA.**

Denise Gomes de Moura

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção profissionalizante.

Aprovada por:

---

Argemiro Procópio Filho, doutor (UnB/CDS)  
(orientador)

---

Iara Lúcia Gomes Brasileiro, doutora (UnB/CDS)  
(examinadora interna)

---

Dione Oliveira Moura, doutora (UnB/FAC)  
(examinadora externa)

---

João Nildo de Souza Vianna, doutor (UnB/CDS)  
(suplente)

Brasília – DF, 8 de dezembro de 2006.

Moura, Denise Gomes de.

Mídia e corrupção: a Operação Curupira na Amazônia./ Denise  
Gomes de Moura.

Brasília, 2006.

146 p. : il.

Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável,  
Universidade de Brasília, Brasília.

1. desmatamento

2. políticas públicas

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Denise Gomes de Moura

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Lely, que acolhe e ama incondicionalmente, respeitando as diferenças.

Ao meu pai, João, que me ensinou o valor da perseverança e da argumentação.

Às minhas irmãs, Maísa, Norma Lílian e Regina Célia, pela amizade e solidariedade.

Às minhas filhas, Kárita e Carolina, que me ensinam diariamente a amar e ser feliz.

Ao meu companheiro, Roberto, pelo apoio e incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a contribuição de algumas pessoas e instituições às quais agradeço de coração.

À Universidade de Brasília e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, que me proporcionaram a aprendizagem e o convívio com professores altamente capacitados.

Ao Ministério do Meio Ambiente, na pessoa do Sr. Gilberto Tormena, meu chefe imediato, que me permitiu cumprir carga horária diferenciada, de maneira a conciliar os estudos com o trabalho.

Aos colegas da turma do mestrado de 2005, que despertaram em mim o interesse pelo debate, há muito adormecido.

À amiga Marita Cardillo, com quem partilhei minhas angústias e incertezas.

Aos membros da banca examinadora que, prontamente, atenderam ao convite.

Ao meu orientador, Argemiro Procópio, pelas contribuições.

Aos que me concederam entrevistas, muito obrigada!

Por fim, o mais importante: agradeço a Deus por tudo. Sem Ele, que sempre esteve presente e fiel, nada teria sido realizado.

## RESUMO

O índice de desmatamento da Amazônia no período de 2003 a 2004 foi o segundo maior da história do país. Em apenas um ano, o Brasil perdeu 26.140 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica. O alto índice de desmatamento é consequência, principalmente, da corrupção, conforme constatou a Operação Curupira, desencadeada sigilosamente, em março de 2004, pela Polícia Federal. Esta, surgiu a partir de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que começou a investigar, anteriormente, o envolvimento de funcionários daquele instituto em atividades ilegais. A corrupção estava ligada à emissão de ATPFs (Autorizações de Transporte de Produtos Florestais). O Ministério Público Federal foi um aliado na operação. Constatou-se que o Estado de Mato Grosso sozinho desflorestou 12,5 mil quilômetros quadrados, quase metade da área total. E foi na Amazônia Matogrossense o foco da Operação Curupira, desbaratando quadrilhas que estavam devastando a região, com a cumplicidade de funcionários públicos federais e estaduais, despachantes e empresários. O volume de madeira cortada ilegalmente foi de aproximadamente 1,98 milhão de metros cúbicos, retirados inclusive, de áreas protegidas. A partir da análise desse fato específico, discute-se a visão da mídia – convencional e ambiental - sobre o problema. Esta pesquisa avalia também, as práticas discursivas dos entrevistados, moradores de Cuiabá e Brasília, sobre essa operação policial. Na análise dos ditos e não-ditos, a respeito do desmatamento, constatou-se a hegemonia do silêncio sobre temas fundamentais para o meio ambiente como desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas. Por outro lado, a palavra impunidade figura como interdiscursividade e intertextualidade manifesta, presente em todos os discursos dos entrevistados e na maioria das matérias analisadas. É a palavra principal, que está dita e não-dita. Faz parte do que está revelado e velado.

Palavras-chave: desmatamento, investigação, mídia, discursos.

## ABSTRACT

The deforestation index of Amazônia between 2003 and 2004 period was the second largest in the history of the country. In only one year, Brazil lost 26.140 square kilometers of the Amazon Forest. The deforestation high index is consequence, mostly, of the corruption, like verified the Curupira Operation, unchained in March 2004, by the Department of Federal Police. This operation was implemented thanks to the Environment Office through the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA). They began to research the employees' involvement of that institute in illegal activities. The corruption was linked to ATPFs (Emission Transportation Authorizations of Forest Products). The Federal Public Ministry was an ally in the operation. It was verified that in Mato Grosso State were deforested 12,5 thousands km<sup>2</sup>, almost a half of the total area. The Curupira Operation was focused principally in this State, where gangs were caught. These groups were operating in complicity with federal and state public officials and business men. The volume of the illegal felling was about 1,98 million of cubic meters, including as protected areas. From the analysis of this specific fact, it evaluates the discursive practices of interviewees, inhabitants of Cuiabá and Brasília, about this police operation. In the analysis of what was told and not told concerning about of the deforestation it verified the hegemony of the silence about fundamental themes for the environment as sustainable development and climatic changes. On the other hand, the impunity illustration word is present in all speeches of the interviewees and in the majority of the matters. It is the main world, which is told and not told. It makes part than is revealed and concealed.

Words-key: deforestation, investigation, media, speeches.



## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>HISTÓRICO DA OPERAÇÃO CURUPIRA</b> .....	03
<b>1. AS MÍDIAS</b> .....	09
1.1 MÍDIA CONVENCIONAL.....	13
1.2 MÍDIA AMBIENTAL .....	18
1.3 PERFIL DAS MÍDIAS ANALISADAS .....	23
1.4 MATÉRIAS ANALISADAS .....	32
<b>2. A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	41
2.1 O DESMATAMENTO .....	51
2.2 SISTEMAS DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO.....	58
2.3 A AMAZÔNIA MATOGROSSENSE.....	62
2.4 DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO CURUPIRA.....	69
<b>3 A ANÁLISE DOS DISCURSOS</b> .....	80
3.1 HISTÓRICO DAS ANÁLISES DE DISCURSO.....	85
3.2 OS DISCURSOS DA MÍDIA.....	89
3.3 A OPERAÇÃO CURUPIRA NA MÍDIA CONVENCIONAL .....	95
3.4 A OPERAÇÃO CURUPIRA NA MÍDIA AMBIENTAL .....	103
3.5 OS DISCURSOS DOS ENTREVISTADOS .....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	122
<b>ANEXO I – ENTREVISTAS</b> .....	129

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>PAG.</b>
FIGURA 1 – Mapa – abrangência da Operação Curupira I no Estado do Mato Grosso .....	05
FIGURA 2 - Gêneros discursivos .....	93
GRÁFICO 1 – Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal.....	53

#### **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Desmatamento na Amazônia Legal .....	54
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC – Análise da Conversação  
AD – Análise de Discurso  
ADA – Ato Declaratório Ambiental  
ADC – Análise de Discurso Crítica  
ACD – Análise Crítica de Discurso  
ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais  
BPMA – Batalhão de Polícia Militar Ambiental  
CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração  
CDA – Critical Discourse Analysis  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CMMD – Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente  
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento  
COP 12 – Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real  
DFS – Distrito Florestal Sustentável  
ECO MÍDIAS – Associação Brasileira das Mídias Ambientais  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso  
FEMAM – Fundo Estadual do Meio Ambiente  
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas  
GESTAR – Gestão Ambiental Rural  
GF – Guia Florestal  
GPLI – Grupo de Pesquisa de Linguagem e Ideologia da UnB  
HP – Hermenêutica da Profundidade  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICV – Instituto Centro de Vida  
IFEJ – International Federation Environmental Journalists  
IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia  
ISA – Instituto Socioambiental  
ITR – Imposto Territorial Rural  
JMA – Jornal do Meio Ambiente  
LC – Lingüística Crítica  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPF – Ministério Público Federal  
MT – Mato Grosso  
NEJ/RS – Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PADEQ – Projetos de Alternativas ao Desmatamento e Queimadas  
PAS – Plano Amazônia Sustentável

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PF – Polícia Federal  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNOT – Política Nacional de Ordenamento Territorial  
PPA – Plano Plurianual  
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil  
PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural  
PROARCO – Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento  
PRODES – Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
RBJA – Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental  
REBIA – Rede Brasileira de Informações Ambientais  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SIAD – Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento  
SIMENORTE – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Extremo Norte do MT  
SFB – Serviço Florestal Brasileiro  
SGA – Sistema de Gestão Ambiental  
SLAPR – Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural  
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia  
SISCOM – Sistema Compartilhado  
SISPROF – Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais  
TSD – Teoria Social do Discurso  
UC – Unidade de Conservação  
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso  
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

## INTRODUÇÃO

A redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal no ano 2004/2005 foi de 31% em relação ao período anterior, o que corresponde a 18.793 quilômetros quadrados. E no ano 2005/2006, segundo dados ainda não consolidados, o desmatamento apresentou uma previsão de redução de 30%, o que corresponde a 13.100 quilômetros quadrados<sup>1</sup>. A queda começou a partir de 2003/2004, quando a taxa divulgada para aquele período foi a segunda mais alta, desde que o governo começou a produzir estimativas anuais das taxas de desflorestamento, em 1988. No ano 2003/2004 o Brasil perdeu 26.140 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica. Naquela ocasião, primeiro ano do governo Lula, foi desencadeada a Operação Curupira, a maior operação policial de investigação de crimes ambientais realizada na Amazônia. Além disso, o governo federal tomou decisões sobre atuações pontuais, e criou grupos de trabalho para elaboração de políticas públicas objetivando a redução do desmatamento, principalmente na Amazônia Legal.

Pretendemos com esta pesquisa, verificar se operações como esta, contribuíram para a redução do índice de desmatamento na Amazônia; e se a Curupira resultou em mudanças favoráveis à política ambiental no Estado do Mato Grosso. Para isto, foram analisadas as formações discursivas apresentadas na mídia – ambiental e convencional – sobre a Operação Curupira. A metodologia utilizada é a da escola inglesa da análise de discurso. Há entrevistas com funcionários das instituições envolvidas, que trabalharam na Operação Curupira; com jornalistas que cobriram o tema, assim como pontos de vista de moradores de Cuiabá que vivenciaram a operação. Com o propósito de visualizar a maneira como os veículos de comunicação denunciaram o desmatamento, transitamos por áreas do conhecimento como o jornalismo, a análise de discurso e o desenvolvimento sustentável.

No primeiro capítulo tratamos das mídias em geral, e das noticiosas, analisadas neste trabalho. Traçamos um paralelo entre a mídia convencional e a ambiental e apresentamos um breve perfil dos veículos de comunicação analisados, com os títulos das matérias

---

<sup>1</sup> Esses números foram calculados pelo DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real), com base em metodologia do PRODES (Projeto de estimativa de desflorestamento da Amazônia), criado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), um órgão do Governo Federal, subordinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto é financiado por este ministério, com apoio do Ministério do Meio Ambiente. Dados completos no *site* do Inpe: [www.inpe.gov.br](http://www.inpe.gov.br). ou do Ministério do Meio Ambiente: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Os cálculos de previsão para 2005/2006 estão arquivados como: [www.mma.gov.br/doc/tendencias\\_desmatamento2004\\_2005.pdf](http://www.mma.gov.br/doc/tendencias_desmatamento2004_2005.pdf). Acesso em 17/11/2006.

jornalísticas e suas respectivas datas de publicação. O capítulo dois aborda o desenvolvimento sustentável e a construção deste conceito, que ainda não foi concluída. O desmatamento entra em cena com algumas estatísticas e a discussão em torno dos índices, das suas variáveis e da ligação entre o desmatamento ilegal e a corrupção. São apresentados os sistemas de monitoramento do desmatamento em atividade no Brasil e as previsões de queda nos índices projetadas pelo governo.

No capítulo três realizamos a análise de discurso das matérias jornalísticas que tratam da Operação Curupira, publicadas no período de 01 de junho a 31 de agosto de 2005 nos seguintes veículos de comunicação da mídia convencional: Folha de São Paulo, Revista Veja, Correio Braziliense e Diário de Cuiabá. E da mídia ambiental: Jornal do Meio Ambiente, Estação Vida, Ambientebrasil, e O Eco. Há uma breve apresentação dos discursos e seu enquadramento na Linguística. É neste capítulo que entra também a análise dos discursos dos entrevistados de Cuiabá e Brasília. E são apresentados os primeiros resultados da metodologia empregada, que recebem o desfecho nas considerações finais.

## HISTÓRICO DA OPERAÇÃO CURUPIRA

A Curupira foi a primeira grande operação policial de investigação de crimes ambientais da Amazônia. Desvendou o envolvimento de dezenas de funcionários públicos do Ibama e da Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso), assim como de despachantes e empresários em atividades ilícitas. Eles formavam quadrilhas que atuavam desde a década de 90 e praticavam vários tipos de fraudes, entre as quais, emitir e comercializar guias falsas de ATPFs (Autorização de Transporte de Produtos Florestais), documento exigido para transportar madeira. O cadastro irregular de empresas reflorestadoras e madeireiras-fantasma era outra modalidade da corrupção generalizada. Foram descobertas mais de 400 nessa situação.

Esperamos que o estudo dessa problemática seja relevante para o Ministério do Meio Ambiente, haja vista que a Operação Curupira é parte do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, lançado em 2004, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Deve ser importante também para o Ministério da Justiça, especificamente a Polícia Federal, que mobilizou 450 agentes nessa operação, e para o Ministério Público, que se empenhou na defesa do cidadão e do meio ambiente. Pretende-se estudar aqui, se para essas instituições é pertinente firmar parcerias e promover uma ação conjunta de diversas esferas de governo em torno de um objetivo único. Para a sociedade em geral e para os profissionais de comunicação este trabalho quer mostrar como a mídia aborda questões ambientais, quando há envolvimento policial.

O nome da operação faz alusão a um personagem do folclore amazônico. O Curupira é uma entidade protetora da fauna e da flora<sup>2</sup>. Diz a lenda, que ele tem corpo peludo, estatura e aparência de menino, cabelos lisos e avermelhados, dentes verdes, orelhas pontudas e pés voltados para trás. Alguns o identificam como um índio. “O nome Curupira é uma mistura das palavras curumi, que quer dizer menino, e pira, que significa corpo. Curupira: corpo de menino”. (GARCIA, 2001, p.195).

Segundo a lenda, o Curupira emite sons, como assobios agudos, gritos e gemidos, para atrair a atenção dos caçadores e lenhadores, que ao seguirem suas pegadas, perdem-se na floresta. Ele também é conhecido como mãe do mato e guardião da floresta. Inúmeras são as histórias desse personagem, que remontam ao século XVII, dentre as quais, uma que diz que

---

<sup>2</sup> Informações adicionais no site: [www.amazonia.com.br/folclore/lenda/curupira.asp](http://www.amazonia.com.br/folclore/lenda/curupira.asp). Acesso em 05/03/2006. Outros dados sobre a lenda do Curupira nos sites: [www.terrabrasileira.net/folclore/regioes/3contos/curupira.html](http://www.terrabrasileira.net/folclore/regioes/3contos/curupira.html) e [www.brasilfolclore.hpg.ig.com/curupira.htm](http://www.brasilfolclore.hpg.ig.com/curupira.htm). Acesso em 05/03/2006.

toda vez que se aproxima uma tempestade, o Curupira percorre toda a floresta batendo nos caules das árvores para certificar-se de que elas agüentariam o vento. Em caso negativo, o personagem avisa a bicharada para não chegar perto daquelas árvores que podem cair.

Quem deu tal nome à operação foi a Polícia Federal, que iniciou as investigações no ano de 2004, a partir de uma demanda do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), este, sob a coordenação do MMA (Ministério do Meio Ambiente). A primeira providência do Ibama nesse sentido ocorreu dezenove meses antes da divulgação dos resultados, em 18/09/2003, com a instalação da Correição Extraordinária na gerência executiva do Ibama em Sinop, a quarta maior cidade do Estado em população, tendo registrado 90.734 habitantes em 2004, segundo estimativa daquele ano realizada pela Seplan/MT<sup>3</sup>. Localizada no centro-norte de Mato Grosso, Sinop fica no paralelo 13, distante 472 quilômetros da capital, Cuiabá. O nome da cidade, de pouco mais de 30 anos de emancipação, é uma sigla que significa Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná, razão social de uma colonizadora sulista. A adoção deste nome foi uma homenagem às raízes dos pioneiros, em sua maioria, paranaenses, gaúchos e catarinenses.

Em entrevista coletiva concedida na manhã do dia 2 de junho de 2005, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciaram os primeiros resultados da Operação Curupira. O trabalho, como poderá ser observado no decorrer desta pesquisa, possibilitou a descoberta dos responsáveis pela devastação da Floresta Amazônica. Nos noticiários veiculados pela internet, nos *sites*, a repercussão foi imediata. Já na mídia impressa, o assunto virou manchete no dia seguinte, 3 de junho de 2005. Foram mostrados os dedos da mão do Estado no combate à criminalidade.

Da maneira como a imprensa divulgou, os primeiros resultados da Operação Curupira foram oportunos para o MMA. Vieram a público logo após o anúncio oficial do índice de desmatamento da região no período de agosto de 2003 ao mesmo mês de 2004. Em apenas um ano, o Brasil perdeu 26.140 km quadrados da Floresta Amazônica. A Operação Curupira quis mostrar os responsáveis pelo aumento do índice de desmatamento na Amazônia. Foi dividida em Curupira 1 (concentrada na região centro-norte do Mato Grosso, nos municípios de Sinop, Cuiabá, Pontes e Lacerda, Cáceres, Alta Floresta, Aripuanã e Juara) e Curupira 2 (expandindo para o noroeste de Mato Grosso, parte do Pará, nas imediações de Santarém, e

---

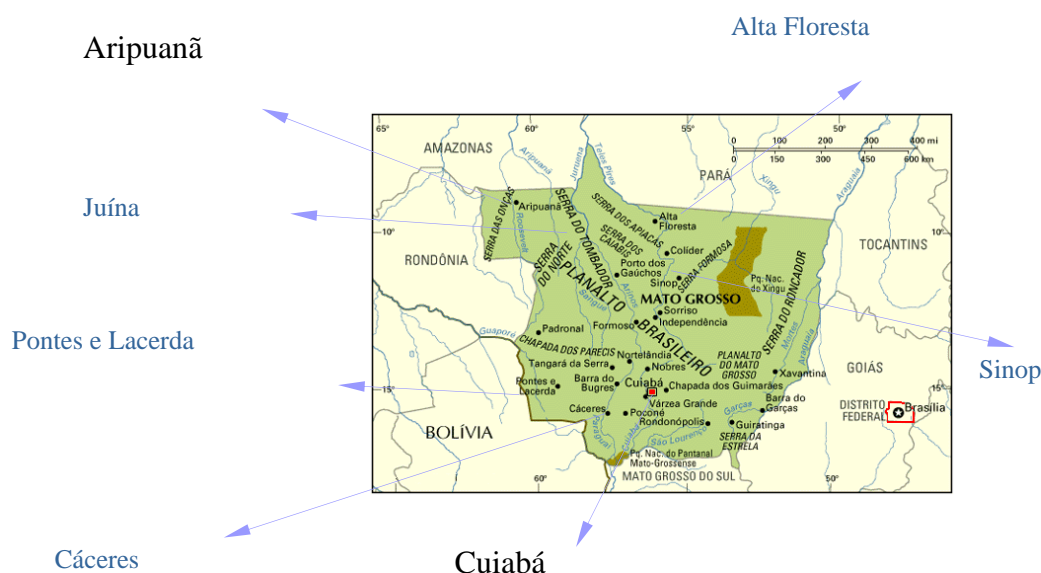
<sup>3</sup> Informações detalhadas sobre o município de Sinop podem ser obtidas em [www.seplan.mt.gov.br](http://www.seplan.mt.gov.br). Acesso em 10/11/2006.



oeste de Rondônia). Expediram-se mais de 150 mandados de prisão e pelo menos 70 pessoas ficaram detidas para prestar depoimento. Hoje, em novembro de 2006, todos estão em liberdade.

A figura 1 abaixo mostra os municípios matogrossenses onde foram encontrados envolvidos na quadrilha das ATPFs a partir dos primeiros resultados da Operação Curupira 1.

Figura 1 – Abrangência da Operação Curupira 1 no Mato Grosso.



Fonte: Ibama – maio/2005.

Os municípios destacados no mapa estão entre os vinte maiores do Estado<sup>4</sup>, sendo que o primeiro em população, depois de Cuiabá, é Sinop, com 90.734 habitantes. Alta Floresta fica em nono lugar no *ranking* dos mais populosos, com 47.107 habitantes. A cidade de Pontes e

<sup>4</sup> As estimativas populacionais referem-se ao ano de 2004 e foram calculadas com base em dados fornecidos pelo IBGE. Ver informações sócio-econômicas mais detalhadas no site da Secretaria de Planejamento do MT: [www.seplan.mt.gov.br](http://www.seplan.mt.gov.br). Acesso em 13/07/2006.

Lacerda, conta com 39.381 habitantes. Juína tem 38.646 moradores e Aripuanã, 17.026. O único município ao sul do Estado onde foram encontrados envolvidos com as irregularidades das ATPFs, pela Operação Curupira 1 foi Cáceres, com 88.449 habitantes. Esta é a cidade mais próxima de Cuiabá, distante apenas 208 quilômetros da capital. Cuiabá conta com uma população em torno de 508.156 habitantes. Exceto Aripuanã e Cuiabá, todos os demais municípios citados apresentam uma taxa de crescimento anual superior a 2%, acima da média anual do país, que gira em torno de 1,97%. A agropecuária é a principal atividade econômica dos referidos municípios, sendo que Sinop, Juína e Alta Floresta destacam-se pela produção de grãos como soja e café.

A seguir, a Operação Curupira, de acordo com o que foi dito e apreendido sobre a mesma, ou seja, a partir do senso comum, de uma compreensão cotidiana: O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), subordinado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente), suspeitava de fraudes na sua gerência executiva do município de Sinop, no Mato Grosso. Com o objetivo de apurar possíveis irregularidades, iniciou uma investigação em setembro de 2003 naquela gerência. Após a instalação de processo administrativo disciplinar e com o desenvolvimento das apurações, o Instituto não apenas confirmou as suspeitas, como percebeu que os desmandos eram maiores, mais abrangentes e graves.

A passos lentos, quase um ano depois, em agosto de 2004, cria-se dentro do Ibama, um grupo de trabalho para apurar irregularidades em toda a estrutura do Instituto no Estado do Mato Grosso. No mês seguinte, assustado com a magnitude da rede de fraudadores, o Ibama pede ajuda ao Ministério da Justiça. Só então, as investigações passam a ter âmbito federal. Em setembro de 2004 tem início uma mega-operação conjunta entre Ministério Público Federal no Mato Grosso, Polícia Federal e Ibama, denominada de Curupira, incluída no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, o qual havia sido lançado pela Presidência da República em março de 2004.

Ao perceber que a rede de fraudadores extrapolava os limites do Ibama, as investigações avançaram para o órgão de meio ambiente do Estado, a FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso) e atingiram madeireiros, seus procuradores, os despachantes, e proprietários de empresas reflorestadoras. As investigações prosseguiram em sigilo. Até que, poucos dias após a divulgação anual dos índices de desmatamento da Amazônia, que causou escândalo mundial pelas proporções, como se fosse uma resposta do Governo Federal, para mostrar que apesar de ter perdido em floresta, em um ano, o equivalente a um Estado de

Alagoas em extensão, 26.140 quilômetros quadrados, o Estado estava agindo, divulgou-se a Operação Curupira.

O Ministério do Meio Ambiente convocou para 2 de junho de 2005 uma entrevista coletiva com o ministro da justiça, Márcio Thomaz Bastos, o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, o presidente do Ibama, Marcus Barros e a ministra do meio ambiente, Marina Silva. Repórteres das mídias convencional e ambiental questionaram os representantes do Governo sobre a operação, que a partir de então, passou a ser do conhecimento público nacional.

As fraudes investigadas pela Operação Curupira tinham reflexo direto no desmatamento da Amazônia porque estavam relacionadas ao corte ilegal de madeiras. Para transportar toras os empresários precisavam de um documento emitido pelo Ibama, chamado de ATPF (Autorização de Transporte de Produtos Florestais). Este documento era concedido apenas a pessoas jurídicas, cadastradas no Ibama, e cujas madeiras eram provenientes de áreas onde havia planos de manejo. Dependendo da área da sua propriedade, o empresário obtinha créditos junto ao Sismad (Sistema de Fluxo de Produtos e Subprodutos da Floresta) e à medida que ia desmatando, utilizava esses créditos ou se comprometia a efetuar reflorestamento.

Os principais atos ilícitos descobertos pelas investigações foram cometidos por funcionários da Fema, procuradores dos empresários, também conhecidos como despachantes, e por funcionários do Ibama. Estes últimos, entre outras irregularidades, realizavam entregas de ATPFs a empresas que não prestavam contas; faziam inserção de créditos irregulares no Sismad; concessão de créditos ilegais a reflorestadoras; emissão de laudos de vistorias falsos; advocacia administrativa, utilizando contas pessoais para pagamento de ATPFs das empresas, que em muitos casos eram fantasmas; davam sumiço em processos contra empresários onde constavam multas; exigiam propina para liberação de caminhões em trevos rodoviários; liberavam autorização de planos de manejo em áreas indígenas; expediam termo de compromisso de averbação de reserva legal em área de floresta com percentual de vinte por cento; e cancelavam averbação de plano de manejo em cartório de registro de imóvel, sem o devido processo.

Os empresários envolvidos costumavam fazer pagamento de propina para aprovação de projetos irregulares; adquirir ATPFs de empresas fantasmas visando gerar crédito no Sismad; comprar reposição florestal incompatível com o consumo anual; explorar planos de manejo em áreas indígenas; e extrair madeiras de áreas proibidas. Esses empresários também agiam por intermédio de procuradores, usavam despachantes que emitiam procurações falsas para representar firmas perante o Ibama; introduziam dados na primeira via da ATPF, não

condizentes com a segunda via, a chamada ATPF calçada; criavam e utilizavam-se de empresas fantasmas; efetuavam pagamento de propinas a servidores do Ibama no MT; adulteravam e falsificavam ATPFs. Já os funcionários da Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente), emitiam licenças de desmatamento ao arrepio da Medida Provisória 2.166-67, que determina o percentual máximo de floresta a ser derrubada em cada região.

Os números da Operação são controversos, cada parte envolvida divulga uma determinada quantidade de mandados de prisão, de busca e apreensão, de material irregular apreendido, etc. Assim que foram anunciados os primeiros resultados da Operação Curupira, simultaneamente, em vários municípios do Mato Grosso, agentes policiais federais cumpriram em torno de 89 mandados de prisão, entre os quais estavam 42 empresários e despachantes, 47 servidores do Ibama, sendo 39 de carreira e 8 cargos comissionados, todos afastados ou demitidos, sendo que nem todos os funcionários efetivos foram demitidos porque ainda aguardam conclusão de processos administrativos disciplinares. Há indicativos de suspeitos detidos em outros Estados como: Pará, Rondônia, Amazonas, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal. No desencontro de informações sobre números da Operação, há registros de até 190 prisões decretadas. Foram apreendidos também dois veículos importados, dezenas de computadores, R\$ 140 mil em dinheiro e até uma aeronave.

As investigações revelaram inicialmente a existência de quatrocentas e trinta e uma empresas fantasmas que estavam cadastradas no Ibama. Duzentos e oitenta e três planos de manejo florestal foram suspensos por tempo indeterminado devido a irregularidades e outros vinte e seis foram cancelados. Quanto ao volume estimado de madeira cortada ilegalmente, também não há consenso, estima-se algo em torno de 1,98 milhões de metros cúbicos. Sendo que a mídia divulgou números que variam de 1,90 milhões de metros cúbicos a 2,5 milhões de metros cúbicos de madeira. Técnicos do Ibama calcularam que essa quantidade equivale a 76 mil caminhões que, enfileirados cobririam a distância entre Brasília e Rio de Janeiro. E a mídia em geral embarcou nessa medida de proporção. Todos os veículos de comunicação analisados utilizaram a figura de caminhões cheios de tora de madeira para exemplificar a quantidade de madeira irregular apreendida.

Poucos meses depois, foi deflagrada a Operação Curupira 2, abrangendo além de Mato Grosso, parte de Rondônia e Pará. E na mesma época, a Operação Arribação. Aliás, criatividade é o que não falta à Polícia Federal para nomear essas ações. Antes da Curupira foram deflagradas a Setembro Negro e a Faroeste. A Operação Anaconda é do mesmo período; e mais adiante, cerca de um ano depois, veio a Operação Novo Empate, centrada no Estado do Acre. Atualmente, em novembro de 2006, operações semelhantes, realizadas em

conjunto com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Ministério do Meio Ambiente já são em número de treze.

## 1. AS MÍDIAS

Em todo mecanismo de formação e evolução de uma cultura, a comunicação desempenha papel fundamental. Nas sociedades modernas a produção e circulação das formas simbólicas ocorrem principalmente pela indústria cultural. O papel das instituições da mídia é tão importante na vida cotidiana que fica difícil imaginar o que seria do mundo atualmente sem livros, jornais, revistas, televisão, rádio e *internet*, a chamada comunicação de massa. “A comunicação é o instrumento que assegura efetivamente a sobrevivência e a continuidade de uma cultura no tempo, promovendo inclusive a transformação dos seus símbolos em face aos novos fenômenos criados pelo desenvolvimento”. (MARQUES DE MELO, 1970, p. 117.).

Inicialmente é preciso fazer distinção entre comunicação e informação. Esta é um registro do que existe ou do que está em processo de existir. Antes de pensar nos fins da informação, ela é aqui entendida como dados acerca de alguém ou de algo. Na comunicação há um envolvimento entre quem comunica e quem recebe a comunicação. A mensagem passa a estabelecer uma espécie de bem comum entre o emissor e o receptor. Na informação nem sempre há esse relacionamento, pois o conteúdo da mensagem pode ser armazenado, bastando que o interessado a procure ou acesse. “A informação diz respeito ao conteúdo dos fatos, e a comunicação trata principalmente do procedimento de transmissão do conteúdo” (MACHADO, 2006, p.29). Para este autor, a qualidade e a quantidade de informação irão traduzir o tipo e a intensidade da participação na vida social e política.

O surgimento e desenvolvimento das indústrias da mídia foi um processo histórico que acompanhou o surgimento das sociedades modernas. As origens dessa comunicação remontam ao século XV, com a imprensa de Gutenberg, quando uma variedade de instituições, nos maiores centros comerciais da Europa, começou a explorar essa indústria para produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos. Isto no Ocidente, porque muito antes, na China, com a invenção do papel, começava a surgir uma comunicação mais massificada. Thompson<sup>5</sup>(2002) chama de “mediação da cultura moderna” a esse processo, constitutivo das sociedades industriais do Ocidente, que caminha lado a lado com a expansão do capitalismo industrial e com a formação do sistema moderno de Estados-Nação.

---

<sup>5</sup> THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ, Vozes, 6ª ed., 2002.

O surgimento da circulação em massa de jornais no século XIX e a difusão por ondas de rádio, pela televisão, e mais recentemente, pela *internet*, tiveram profundo impacto no tipo de experiência e nos padrões de interação, característicos das sociedades modernas. Para a maioria das pessoas, o conhecimento que se tem dos fatos que acontecem além do próprio meio social imediato é, em grande parte, derivado da recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. Para não poucos, determinado fato só é verdadeiro se for noticiado por algum veículo de comunicação. “As sociedades passaram a ser impulsionadas por uma lógica midiática. A mídia chegou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade” (MOTTA, 2002, p.16).

O pesquisador norte-americano Wilson Dizard Jr.<sup>6</sup> em sua obra *A Nova Mídia*, na edição atualizada, que inclui *internet* e as mais recentes fusões, divide as “máquinas de informação” em mídia antiga e nova mídia. Na mídia antiga estão incluídos o jornal impresso, o rádio, o cinema e a televisão. Uma lista parcial da nova mídia inclui “os computadores multimídia, discos laser, CD-ROM, bancos de dados portáteis, livros eletrônicos, redes videotextos, satélites de transmissão direta e a *internet*” (DIZARD, 2000, p.13). O elemento comum da nova mídia é a informatização. E o futuro das comunicações, que já se anuncia, está na confluência cada vez maior das mídias antiga e nova.

A confluência das mídias está em execução, e numa velocidade enorme. Isto proporciona uma melhor circulação da informação. Talvez por esta multiplicidade de veículos e instrumentos de comunicação, que proporcionam um verdadeiro bombardeio de informações, a Operação Curupira tenha ficado tão presente na mente das pessoas. Exemplo disso, está na entrevista com a moradora de Cuiabá (anexo)<sup>7</sup>. Mesmo tendo acompanhado a operação apenas por intermédio da imprensa, e após mais de um ano da divulgação dos primeiros resultados, a entrevistada tinha na memória informações detalhadas sobre o tema. Questionada sobre a Operação Curupira, ela declarou: “foi um marco decisivo que desencadeou vários processos”.

No presente estudo todas as matérias analisadas foram publicadas em veículos da comunicação de massa. Este termo, aliás, apesar de consolidado e apropriado para referir-se a um conjunto amplo de instituições e produtos da mídia, não é unanimidade entre os teóricos. Thompson o considera enganador sob certos aspectos. Para ele, a expressão “massa” sugere que as audiências são como amontoados inertes e indiferenciados. “Tal percepção obscurece o

---

<sup>6</sup> DIZARD, Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Tradução: Edmond Jorge, 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar Ed. , 2000.

<sup>7</sup> Ver entrevista com Célia Margarida, professora da rede pública estadual de ensino do MT. Anexo 1, p.113.

fato de que as mensagens transmitidas pelas indústrias da mídia são recebidas por pessoas específicas, situadas em contextos sócio-históricos específicos.” (THOMPSON, 2002. p. 287). No Brasil, e mais especificamente em Mato Grosso, a Operação Curupira foi lida com graus diferenciados de concentração, e com sentidos subjetivos.

Para John B. Thompson, o termo “comunicação” também pode ser confuso em certos aspectos. Segundo o autor, a comunicação de massa implica, geralmente, uma transmissão de mensagens de mão única, do transmissor para o receptor. Ao contrário da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que escuta é também um respondente em potencial. Sendo assim, “a comunicação de massa institui uma ruptura fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de contribuir no curso e no conteúdo do processo de comunicação” (THOMPSON, 2002, p. 289). Por isso, para Thompson, seria mais apropriado falar em transmissão ou difusão de mensagens, em vez de comunicação.

Por estar consolidado, utilizaremos o termo comunicação de massa significando: “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação”. (THOMPSON, 2002 p. 288). Segundo este autor, a comunicação de massa apresenta quatro características principais: 1) a produção e difusão institucionalizadas de bens simbólicos; 2) institui uma ruptura fundamental entre a produção e a recepção de bens simbólicos; 3) aumenta a acessibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço; 4) implica a circulação pública das formas simbólicas.

Seguindo a classificação de Dizard Jr, os veículos de comunicação da mídia convencional avaliados no presente trabalho são todos, mídia antiga e noticiosa: Folha de S. Paulo, Revista Veja, Diário de Cuiabá e Correio Braziliense. Já os veículos da mídia ambiental: Jornal do Meio Ambiente, O Eco, Ambientebrasil e Estação Vida, fazem parte da nova mídia, uma vez que constituem-se em mídias eletrônicas, e têm a *internet* como ferramenta principal de distribuição do conteúdo produzido. Poderiam ser enquadradas como mídia digital, mas a teoria dos gêneros no jornalismo ainda encontra dificuldades para definir jornalismo digital. Há uma confusão conceitual envolvendo os termos *webjornalismo*<sup>8</sup>, *jornalismo on line* e *cyberjornalismo*, entre outros. Este novo gênero revolucionou as relações profissionais e as próprias rotinas produtivas. Mas como é fenômeno recente, poucos estudos incluem essa nova modalidade como gênero jornalístico.

---

<sup>8</sup> Webjornalismo, jornalismo on-line e cyberjornalismo têm a mesma tradução: jornalismo na internet. De acordo com: KLETT, Ernst. Dicionário Escolar Inglês-Português, São Paulo, Martins Fontes Editora, 2005.

Precariamente, jornalismo digital pode ser definido como “a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimidiático e interativo” (PENA, 2005, p.176). Sendo assim, os veículos de comunicação da mídia ambiental avaliados: Jornal do Meio Ambiente, O Eco, Estação Vida, e Ambientebrasil não chegam a praticar o jornalismo digital, uma vez que as informações jornalísticas disponibilizadas não têm potencial interativo. Os conteúdos são apenas disponibilizados em seus respectivos *sites*, ou enviados por *e-mail* para seus assinantes, mas não realizam essa interatividade com seus leitores. Um exemplo de jornalismo digital, que trata de temas relacionados à comunicação e faz sucesso atualmente no Brasil é o Comunique-se<sup>9</sup>.

A possibilidade de interagir com outros leitores e até com os produtores das notícias, os jornalistas, é realidade não muito distante dos dias atuais. Em futuro próximo os empresários da comunicação certamente proporcionarão essa interatividade como forma de manter e até ampliar seus índices de audiência. E esse é um processo que começou a partir do momento em que os veículos de comunicação impressos disponibilizaram seus conteúdos também na *internet*. Alguns optam por liberar a leitura gratuita de apenas parte das notícias. Outros disponibilizam todo o seu conteúdo, independente do leitor ser assinante do veículo impresso da mesma empresa. Acreditava-se que os classificados dos jornais impressos eram responsáveis por grande parte das vendas em bancas, e este era um dos motivos dos classificados nunca estarem disponíveis na rede mundial de computadores. Isto também está mudando. Seguindo tendência mundial, o Correio Braziliense no final de agosto de 2006, realizou solenidade de lançamento dos seus classificados na *internet*. A tendência é encontrar cada vez mais informações gratuitas, de fácil acesso, e de qualidade na grande rede.

Mas é preciso ter cuidado ao analisar os fenômenos que levam à abundância de informação gratuita e à interatividade, porque a possibilidade de interagir com outros leitores emitindo comentários acerca de matéria jornalística veiculada pela mídia digital ou impressa não significa democratização dos meios de comunicação. “Vivemos hoje um modelo que é plural, mas, nem por isso, democrático e, muito menos, igualitário” (SEABRA, 2002, p. 45). Nessa linha de interação com os leitores, começa a criar corpo no Brasil o jornalismo colaborativo ou participativo. E nesse sentido, a Editora Abril saiu na frente lançando a

---

<sup>9</sup> No *site* Comunique-se existe espaço reservado no final de cada matéria jornalística onde seus leitores podem escrever comentários sobre o que acabaram de ler. Para ter acesso, basta inscrever-se gratuitamente no endereço: [www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br).



Revista “Sou mais eu”<sup>10</sup> nas versões *online* e impressa. É uma publicação construída a partir da colaboração de seus leitores, que recebem valores pré-estabelecidos em cada sessão para a qual forem enviados textos e fotos destinados à publicação. Se o material for aprovado pelos editores e publicado na revista, o colaborador será remunerado.

A convergência das mídias e a ampliação de espaços de divulgação tornaram mais prático o trabalho dos profissionais da imprensa e dos estudiosos de vários temas, inclusive, do desmatamento no Brasil. Ao contrário do que ocorria anteriormente, quando os índices anuais eram divulgados com uma defasagem de mais de um ano, atualmente as taxas são calculadas mensalmente e as estimativas disponibilizadas no mesmo ano. Por intermédio da rede mundial de computadores cidadãos de qualquer parte do planeta podem ter acesso aos índices de desmatamento da Amazônia, assim como imagens de satélite das áreas desejadas.

## 1.1 MÍDIA CONVENCIONAL

Ao fazer referência à mídia convencional ou tradicional ou ainda comercial, estamos tratando da mídia noticiosa. Neste estudo o que mais importa é a mídia que trabalha com o jornalismo e aborda o fenômeno da corrupção no campo da política ambiental, já que faremos análise de discurso de matérias jornalísticas. O enquadramento geral da notícia proposto é o seguinte: “informação jornalística como produto da comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como fenômeno da sociedade urbana e industrializada”. (MEDINA, 1978, p. 20). Várias teorias da comunicação de massa vêm sendo elaboradas a partir de áreas do conhecimento distintas como a história, a sociologia, a antropologia e a lingüística. As que mais se aproximam da realidade contemporânea são os campos mais recentes do conhecimento: a semiologia e as teorias da comunicação, da informação e do jornalismo.

A mídia noticiosa convencional é formada por empresas que trabalham com a notícia como produto principal. São elas: emissoras de rádio e televisão e as revistas e jornais impressos. Mas nada impede que dentro da grade de programação dos veículos de comunicação da mídia convencional possam existir programas que fujam ao padrão geral da emissora. Exemplos disso são: o Globo Ecologia e o Globo Rural, veiculados na Rede Globo de Televisão. Do mesmo modo que veículos de comunicação de massa, grandes impérios da informação, podem fazer um ou outro programa classificado como mídia ambiental, veículos

---

<sup>10</sup> O conteúdo da revista é disponibilizado gratuitamente na íntegra no *site*: [www.soumaiseu.com.br](http://www.soumaiseu.com.br). Acesso em 15/12/2006.

de comunicação alternativos, como algumas rádios comunitárias, por exemplo, também reproduzem à imagem e semelhança dos oligopólios de comunicação, programas classificados como mídia convencional.

No artigo “Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da *internet*”, o pesquisador Roberto Seabra faz retrospecto da mídia convencional no Brasil, apresentando quadro referencial da evolução histórica dos estilos jornalísticos praticados ao longo de duzentos anos por essa mídia comercial. Em ordem cronológica, a partir do surgimento da imprensa no Brasil no início do século XIX, o jornalismo, segundo Seabra, passou por cinco estilos: literário, informativo estético, informativo utilitário, interpretativo e praticado atualmente, o jornalismo plural. Com o advento da *internet* ocorreram inúmeras mudanças no processo de comunicação; grande parte, ainda não estudada. E o jornalismo contemporâneo, denominado de plural é mistura e um constante incorporar de todas as mudanças impostas. O jornalismo plural resulta de nova realidade nos meios de comunicação, em que a informatização das informações e o surgimento de uma nova mídia, a internet, alteraram até mesmo o conceito de notícia. “Jornalismo plural não é um estilo, como o jornalismo literário ou o jornalismo informativo, mas sim um modelo em que cabem diversos estilos” (SEABRA, 2002, p.43).

Atualmente a mídia convencional, mesmo aquela considerada antiga, aderiu às novas tecnologias e disponibiliza seus produtos na *internet*. A rede mundial de computadores permitiu uma pulverização do controle dos meios de informação. Hoje é possível a qualquer cidadão que tenha acesso ao equipamento adequado, ler quase todos os jornais do país ou do exterior a custo quase zero. As empresas de comunicação tradicionais dividem o ciberespaço cada vez mais com aquelas criadas para atuação somente na *web*. Isto provoca modificações na disputa pelo mercado publicitário na rede e estimula os conglomerados empresariais do ramo da comunicação a instalarem novas empresas ligadas ao mesmo grupo. No entanto, com a atuação restrita ao *webmarket*. A Globo.com é um exemplo no Brasil.

Agências de notícias, que antes eram serviços caros, disponíveis somente às empresas de comunicação, hoje estão à disposição dos *internautas*. Surge um novo modelo de jornalismo: o *webjornalismo*. Potencializado pela utilização de recursos que oferecem um produto informativo diferenciado, o usuário do *webjornalismo*, a partir da hipertextualidade, formata a notícia de seu interesse. Os novos meios permitem aos *webleitores* fazer ou ouvir comentários ao assistir reportagens, visualizar simulações e fatos remontados como imagens de catástrofes ambientais, a exemplo de tempestades, *tsunamis* e queimadas. Qualquer pessoa pode se sentir como um profissional do jornalismo, dono do seu próprio jornal. Basta para isto, escrever

suas reportagens e publicá-las na *internet* em *weblogs* (*sites* de jornalismo aberto) e *sites* pessoais, os *blogs*. Os chamados *blogs* são espaços criados gratuitamente, constituem-se numa espécie de diário virtual, organizado cronologicamente e atualizado com frequência. Apresentam textos fundamentalmente autorais. Nesses *blogs* há quem prefira publicar matérias jornalísticas, escrever amenidades ou simplesmente divulgar fotos. É cada vez maior o número de profissionais que optam por ter seu próprio “jornal” na *internet*.

De acordo com Ana Regina B.R. Leal, o *webjornalismo* está dividido em três fases: a primeira, ocorrida logo após a popularização da *internet*, onde havia apenas a transposição da matérias impressas para o ambiente virtual. A segunda fase do *webjornalismo* é denominada de percepção, mesmo atrelada ao modelo anterior, uma vez que os meios mantêm a transposição de conteúdos como prática central, inicia as incursões por uma nova prática de redação *online*, com o lançamento de espaços destinados a cobrir o vácuo entre as 24 horas que demoravam a atualização do *webjornal* transpositivo. A terceira fase do *webjornalismo*, a hipermidiática, extrapola o modelo de transposição e passa a incorporar outros tipos de mídia nova, multiplicando as possibilidades de compreensão do leitor nesse terceiro estágio. Agora nesse novo fazer há características e linguagem próprias. A hipertextualidade, interatividade, a convergência de mídias e a personalização, dentre outras características, potencializam-se em relação ao seu uso anterior nos outros veículos e passa a integrar o repertório do jornalista contemporâneo. (LEAL, 2003).

A mídia convencional destina pouco espaço para a questão ambiental, que é um dos temas preferidos pelos *blogueiros* (proprietários de *blogs*), assim como o turismo. Isto porque grande parte dos *blogs* no Brasil, é uma mistura de relatos de viagens com opiniões pessoais, no estilo diário de bordo, ilustrados com fotos de própria autoria. Assim, ao fazerem reflexões sobre os locais visitados, os *blogueiros* inevitavelmente tratam da questão ambiental. Portanto, o meio ambiente está presente na *internet* em geral, por meio das páginas comerciais, e de forma acentuada nos *blogs*. Embora, sem cientificidade, a questão ambiental é tema corrente, e foi incorporada ao cotidiano da maioria das pessoas que têm espaço de divulgação na *internet*.

A mídia comercial noticiosa não se sustenta sem o jornalismo. Veículos de comunicação que têm a notícia como produto à venda, não podem prescindir de boa equipe de jornalistas. E falando em jornalismo, novíssimo segmento do jornalismo surgiu em 2003 na Espanha. Denominada de preventivo, a nova corrente foi criada por um grupo de jornalistas, a maioria ligada à Universidade Complutense de Madri. Uma equipe cujos integrantes têm um pé na universidade e outro nos meios de comunicação. Os teóricos do jornalismo preventivo

defendem que os meios de comunicação devem apontar soluções para os conflitos, e não só noticiá-los, além de tornar visíveis aspectos que permitam sua prevenção.

Dentro dessa concepção, cabe ao jornalista se antecipar aos fatos, para alterar o rumo dos acontecimentos, oferecendo informação de qualidade, sem espetacularização da notícia. Em recente palestra proferida, a convite da Universidade Católica de São Paulo, o professor da Universidade Complutense de Madri, jornalista Javier Bernabé Fraguas, defendeu o jornalismo preventivo. Naquela ocasião, o pesquisador concedeu entrevista<sup>11</sup> à assessoria de imprensa da PUC-SP onde detalhou esse novo segmento jornalístico. Segundo ele, o jornalismo preventivo trabalha com cinco áreas temáticas, que são: crises institucionais, sociais, de direitos humanos, ambientais e humanitárias, além dos conflitos armados. “Com informação contextualizada, de qualidade, queremos interferir para evitar a repetição de crises”, declarou o professor na citada entrevista.

A Operação Curupira seria excelente assunto para o jornalismo preventivo. A partir da antecipação dos fatos, da reflexão sobre o desmatamento, das previsões para curto, médio e longo prazo, seria possível prevenir impactos ambientais de diversas escalas. Se o jornalismo preventivo tivesse atuado na mídia brasileira, especificamente na Operação Curupira, provavelmente teria evitado a necessidade da realização de outras operações policiais como a Isaiás e a Setembro Negro, por exemplo. Essas operações não seriam necessárias porque se o jornalista tivesse a oportunidade de alterar o rumo dos acontecimentos, conforme pretende o jornalismo preventivo, certamente teria conseguido evitar grande parte do desmatamento ilegal, e conseqüentemente a formação de quadrilhas para fraudar os sistemas de comando e controle do Estado de proteção ao meio ambiente.

Não há como falar em jornalismo preventivo sem trabalhar com a Teoria da Sociedade de Risco. Esta, surgiu no final dos anos oitenta, com o acidente na usina nuclear de Chernobyl, a partir da publicação da obra *Risk Society*, de Ulrich Beck. Em seguida, a Guerra Fria passou a ser relacionada com a possibilidade do inverno nuclear, que se instalaria após uma possível guerra nuclear de dimensão mundial. “As mudanças ambientais globais (efeito estufa, buraco na camada de ozônio, desmatamento das florestas tropicais), ao lado de outros riscos aos quais a sociedade moderna é exposta, como acidentes nucleares e lixo tóxico, têm colocado em destaque a questão do risco” (MOURA, 2003, p.57). Anthony Giddens, foi um

---

<sup>11</sup> A entrevista com o professor Javier Bernabé Fraguas está disponível em [www.pucsp.br/imprens/noticias/varias\\_noticias/03\\_10\\_entrevista.htm](http://www.pucsp.br/imprens/noticias/varias_noticias/03_10_entrevista.htm). Acesso em 10/10/2006. Mais informações sobre o assunto pode ser obtidas no site: [www.periodismopreventivo.org](http://www.periodismopreventivo.org). Acesso em 11/10/2006.

dos seguidores de Beck que popularizou essa teoria, tendo a modernidade como conceito-chave.

No meio dessas mudanças rápidas e radicais encontra-se o jornalista, totalmente perdido e atordoado. E a imagem dele está mudando. O lugar ocupado pelo jornalista no século passado como herói, revolucionário, romântico e destruidor de políticos corruptos já não existe. Mesmo porque, o jornalista atualmente enfrenta rotinas produtivas que tornam o seu trabalho cada vez mais coletivo e menos individual. Exemplo disso, é o caso do jornalista Luis Costa Pinto, quando era editor da revista Veja, em 1993. A reportagem de capa intitulada “Até tu, Ibsen?” e publicada na Veja foi responsável pela retirada da candidatura de Ibsen Pinheiro à Presidência da República. A referida matéria denunciou que esse político havia movimentado um milhão de dólares, de origem duvidosa, em sua conta bancária. Esta matéria, responsável pelo enterro político de Ibsen Pinheiro, continha um erro grave. Na verdade, o milhão eram mil dólares. Costa Pinto descobriu o erro a tempo de mudar a capa e avisou o editor executivo da revista naquela ocasião, Paulo Moreira Leite. No entanto, para evitar prejuízos, o superior de Costa Pinto preferiu deixar como estava. Isto demonstra a falta de autonomia do jornalista na mídia comercial. Mas infelizmente, o caso só veio a público, onze anos depois, quando Luis Costa Pinto resolveu relatar o ocorrido, para Isto É, a maior concorrente da revista Veja na época. E o ex-deputado Ibsen Pinheiro foi absolvido pela mídia convencional nacional com onze anos de atraso.

Em artigo publicado recentemente a pesquisadora da UnB, Zélia Adghirni, mostra que não sobrou quase nada da imagem do jornalista no século passado. Para ela, “a realidade do século XXI é outra. Nem herói, nem vilão, os jornalistas, como os guerrilheiros, estão apenas cansados”. (ADGHIRNI, 2005, p.2). Profissionais que trabalham na mídia convencional são mal remunerados e submetidos a rotinas produtivas estafantes. Por isto migram para assessorias de imprensa, seja de órgãos públicos ou de empresas privadas, a procura de melhores condições de trabalho e salários menos aviltantes. Assim como os jornalistas, o mercado de trabalho sofre sensíveis mudanças. Dos campos de atuação que atraem profissionais, o maior é o da assessoria de imprensa. E dentre as assessorias, aquelas ligadas a temas ambientais, que exigem conhecimento especializado, têm ampliado a oferta de vagas. A própria mídia ambiental, para públicos segmentados, vem crescendo nos últimos anos e oferecendo melhores condições de trabalho, carga horária mais amena e oportunidades de capacitação para os jornalistas.

## 1.2 MÍDIA AMBIENTAL

O despertar da consciência ecológica foi consequência do ativismo ambiental desenvolvido por alguns pioneiros; e a introdução de temas ambientais na mídia em todo o mundo ocorreu, em grande parte, pela pressão dos movimentos ambientalistas, inicialmente centrados em denúncias e campanhas de sensibilização. De maneira esporádica sempre houve textos falando sobre natureza. Mas na forma de jornalismo segmentado, com maior frequência e abrangência, o jornalismo ambiental começou a se difundir na Europa na década de 60. Em 1968 aconteceu em Paris a Conferência da Biosfera. Na mesma época surgiu na França a primeira entidade de jornalismo ambiental. (VILLAR, 1997)<sup>12</sup>. As conferências da ONU sobre meio ambiente e os grandes desastres ambientais mundiais também foram responsáveis pela difusão do tema em maior escala na imprensa.

No Brasil a mídia ambiental, também chamada de imprensa verde, criou forças no embalo da Rio-92, quando os grandes jornais experimentaram a implantação de editorias de meio ambiente e passaram a valorizar profissionais com especialização na temática ambiental. As mídias que atuam exclusivamente com pautas ambientais conseguiram se estabelecer a partir de então. Um grupo de ambientalistas proprietários de veículos de comunicação ambiental localizados na região sul-sudeste criou a Eco Mídias (Associação Brasileira das Mídias Ambientais). Atualmente a soma da tiragem mensal somente da mídia ambiental que faz parte da Eco Mídias gira em torno de 1,5 milhão de exemplares mensais. Jornal do Meio Ambiente, Eco-21, Ecologia & Desenvolvimento, são algumas das publicações mais conhecidas dessa associação (TRIGUEIRO, 2003).

Na vanguarda do jornalismo ambiental brasileiro, o Rio Grande do Sul é sede do primeiro grupo de jornalistas ambientais do país: o NEJ/RS (Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul), criado em 1990. Quando coordenava este núcleo, Juarez Tosi deixou registrado em publicação<sup>13</sup> a seguinte recomendação: “escrever sobre meio ambiente não é apenas isso, mas ajudar a mostrar às futuras gerações as formas de preservar a vida na terra”. (NELSON, 1994, p 11.).

---

<sup>12</sup> Artigo: Jornalismo Ambiental – evolução e perspectivas, por Roberto Villar Belmonte. Disponível em: [www.jornalismoambiental.jor.br/jornalismoambiental/index](http://www.jornalismoambiental.jor.br/jornalismoambiental/index), ou em [www.ecoagencia.com.br](http://www.ecoagencia.com.br). Acesso em 22.09.2006.

<sup>13</sup> NELSON, Peter. 10 dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente. Disponível em [www.ifej.org](http://www.ifej.org) para pedido de aquisição. Acesso em 15/09/2006.

O jornalismo ambiental é um conceito ainda em construção. Não há consenso sequer sobre o seu enquadramento. Seria um segmento do jornalismo, assim como o esportivo, o econômico e o cultural? Ou seria um item da categoria jornalismo público? Porque da mesma maneira que no jornalismo ambiental, “espera-se do jornalismo público mais que a missão básica de informar. Caberia ao jornalismo público dar ênfase às soluções dos problemas e não aos problemas em si”. (SILVA, 2004, p. 4). Mas enquanto categoria, o jornalismo público é algo muito recente, tendo nascido nos Estados Unidos e sido impulsionado somente a partir de 1994. Aqui no Brasil ainda não adquiriu independência e nem mesmo tradução definitiva, sendo chamado também de jornalismo cívico.

Alguns jornalistas não concordam com essa segmentação. Ao prefaciar o livro “Mundo Sustentável,” de André Trigueiro, criador do curso de jornalismo ambiental da PUC/RJ, responsável por um programa de rádio, e apresentador da Globo News, o pioneiro em jornalismo ambiental no Brasil, Washington Novaes, afirma que a questão ambiental não deve ser tratada isoladamente. “Tudo o que se relaciona com o meio ambiente precisa permear qualquer discussão na área econômica, na área política, na área social – todas as áreas.” (TRIGUEIRO, 2005, p 15.). Isto nem sempre acontece. Conforme veremos adiante, a Operação Curupira é um exemplo de cobertura jornalística segmentada, onde o meio ambiente não permeia todas as áreas. O enfoque é maior para as questões econômica, policial e política.

O uruguaio Victor Bacchetta, ex-coordenador da Rede de Jornalistas Ambientais da América Latina e Caribe confere uma abrangência maior ao jornalismo ambiental, que para ele apresenta cinco características principais:

1) es un periodismo de investigación; 2) es una forma del periodismo científico; 3) es un periodismo educativo, pedagógico; 4) es consciente de cumplir una responsabilidad social específica Y 5) debe ejercerse con profesionalismo, objetividad y responsabilidad sin confundirlo con la militancia ecologista (BACCHETTA, 2002, p. s/n)<sup>14</sup>

A figura do jornalista ambiental como um militante ecologista ainda está em discussão. Enquanto autores como Bacchetta acreditam que o profissional não deva ser um militante, outros pesquisadores defendem o contrário: “é preciso que os jornalistas ambientais estejam conscientes de que esta é uma atividade que requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo”(BUENO, 2004, p. s/n) . Mesmo com as controvérsias existentes, a

---

<sup>14</sup> Artigo: Perfil del periodista ambiental, por Victor L. Bacchetta. Disponível em: [www.saladeprensa.org/art340.htm](http://www.saladeprensa.org/art340.htm). Acesso em 13/09/2006. Este é um site destinado a profissionais iberoamericanos de comunicação.

verdade é que, pelo menos no Brasil, a maioria dos jornalistas que cobre meio ambiente, principalmente na mídia ambiental, na prática, é um militante, um ativista da causa ambiental. Para dar alguns exemplos: Vilmar Berna, fundador e proprietário do Jornal do Meio Ambiente, é jornalista, escritor e envolvido em campanhas de preservação ambiental no litoral do Rio de Janeiro, e por causa desse envolvimento esteve ameaçado de morte em julho de 2006.

Outro jornalista ambiental que já perdeu a conta das ameaças sofridas, é o paraense Lúcio Flávio Pinto, que mantém há treze anos o Jornal Pessoal, quinzenário, formato tablóide, distribuído com assinantes, uma publicação alternativa, editada em Belém, sem qualquer tipo de publicidade “para manter total independência”, segundo o jornalista. Referindo-se ao seu próprio trabalho, Lúcio Flávio<sup>15</sup> afirma: “eu perco dinheiro, ganho inimigos e coleciono ameaças ao tratar dos assuntos da Amazônia”. Mesmo assim, ele segue na sua missão de praticar a militância ambiental por intermédio da mídia ambiental. Lúcio Flávio Pinto recebeu quatro prêmios Esso, dois prêmios Fenaj, da Federação Nacional de Jornalistas, e o Colombe d’Oro per la Pace, um dos mais importantes conferidos a jornalistas na Itália.

Wilson da Costa Bueno<sup>16</sup>, além de jornalista, professor universitário e proprietário de editora, considera-se um radical militante da causa ambiental e vai mais longe ao afirmar que “o jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses”. (BUENO, 2004, p. s/n).

O jornalista André Trigueiro confere ao jornalismo ambiental uma nobre missão:

O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três “erres” do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à idéia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, onde o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos. (TRIGUEIRO, 2003, p. 88)

Em 1993 foi fundada nos Estados Unidos a Federação Internacional dos Jornalistas Ambientais (IFEJ – *International Federation Environmental Journalists*), que reúne cerca de

---

<sup>15</sup> Artigos sobre Lúcio Flávio Pinto estão disponíveis em: [www.igutenberg.org/jj343x1.html](http://www.igutenberg.org/jj343x1.html) e [www.abraji.org.br/index.php?id=908id\\_noticia\\_153](http://www.abraji.org.br/index.php?id=908id_noticia_153). Acesso em: 21.09.2006.

<sup>16</sup> Ver outras informações sobre Wilson da Costa Bueno, seus projetos e atuações em: [www.agricoma.com.br](http://www.agricoma.com.br). Acesso em 22.09.2006.



7.500 jornalistas de 110 países. Atualmente no Brasil há uma rede de discussões na *internet*, a RBJA (Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental), criada em 1998, por Roberto Belmonte Villar e João Batista Santa Fé Aguiar, formada não apenas por profissionais de comunicação que atuam nessa área, mas também por pesquisadores, alunos de graduação e interessados nos temas comunicação e meio ambiente. Por meio da *internet*, integrantes RBJA espalhados por diversos Estados e até moradores de outros países, trocam pautas, fontes e informações. Essa rede discute as bases teóricas e práticas do jornalismo ambiental. A discussão envolve também aspectos financeiros, como por exemplo, maneiras de sustentar essas mídias, aspectos profissionais, que questionam a necessidade ou não de especialização na área e aspectos de finalidade, ou seja, como o jornalismo ambiental poderia educar e conscientizar o leitor.

O jornalista que se interessa por meio ambiente no Brasil é invariavelmente um autodidata, num país onde a oferta de cursos nessa área é escassa e o incentivo das empresas de comunicação para a especialização, praticamente nulo. A falta de preparo dos jornalistas se revela no falso entendimento de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora e na dificuldade de perceber a dimensão transversal dos assuntos ambientais. É justo, portanto, que a cobrança de que os jornalistas escrevam mais e melhor sobre esses assuntos seja acompanhada de uma maior oferta de cursos dentro e fora da universidade. Os pioneiros do jornalismo ambiental, como Washington Novaes, André Trigueiro e Vilmar Berna, entre outros, em sua maioria, estudaram por conta própria e tornaram-se especialistas em meio ambiente, sem diploma de pós-graduação *stricto sensu*.

Como surgiram há pouco tempo, são raras as pesquisas sobre a produção e a recepção do jornalismo ambiental. Uma das pesquisas mais recentes, apresentada a menos de um ano, chegou a conclusões nada favoráveis ao que vem sendo produzido atualmente. A jornalista Márcia Soares da Silva<sup>17</sup>, na sua dissertação de mestrado para a Universidade Federal do Rio de Janeiro intitulada “Mídia e meio ambiente – uma análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais ambientais do Brasil” não avaliou a mídia ambiental especializada. Fez análise de discurso de alguns veículos da mídia convencional, analisando matérias escritas por jornalistas que cobrem o tema meio ambiente nas editorias de grandes veículos de comunicação de massa do país e realizou entrevistas com membros da RBJA (Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais), da qual ela participa ativamente.

---

<sup>17</sup> SILVA, Márcia Soares. Mídia e meio ambiente. Uma análise ambiental em três dos maiores jornais do Brasil. Dissertação de Mestrado, UFRJ/ECO, 2005.

Márcia Silva chegou à conclusão que o conteúdo das notícias ambientais publicadas, alvo da investigação, apresentam a natureza tendo uma relação direta com a sociedade, enfocando, porém, o aspecto negativo dessa relação: a destruição ambiental, responsável também por tragédias. Nas matérias analisadas o homem é apresentado sempre como o responsável por essa situação. Ele é o grande degradador. Outros fatores que envolvem essa trama não são abordados, nem de forma indireta, como por exemplo, o fato de que há aspectos macro-econômicos do capitalismo que fogem à ação do cidadão comum. Forças econômicas mais fortes que agem fortalecendo um estilo de vida consumista que degrada o meio ambiente. As notícias analisadas “apresentaram uma relação homem x natureza com uma visão mais de interdependência, do que um sendo parte do outro (sendo um todo)”. (SILVA, 2005, p. 145). A visão holística do homem e da natureza é praticamente inexistente.

Outra pesquisadora que estudou o assunto por meio da análise de discurso foi a jornalista Miriam Santini de Abreu<sup>18</sup>. Ela desenvolveu pesquisa tendo como objeto a mídia ambiental. Em seu livro: “Quando a palavra sustenta a farsa - o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável”, Miriam faz ácidas críticas quanto à atuação do chamado jornalismo ambiental. A pesquisadora comprova, por meio de pesquisa realizada para sua dissertação de mestrado, que o jornalismo ambiental praticado nas mídias analisadas, é porta-voz do discurso ambiental internacional e está a serviço de interesses empresariais e de mercado. Nesta pesquisa, a autora constata que o conceito de desenvolvimento sustentável é utilizado nas mídias avaliadas, para sustentar grandes empreendimentos de ética ambiental questionável. “A análise traz à tona a politização do discurso do meio ambiente, uma forma sutil de mascarar a forma descarada através da qual a natureza é vendida como mercadoria” (ABREU, 2006, p. 15). Com esta pesquisa, a jornalista joga no lixo a idéia difundida pelo jornalismo ambiental de que seu discurso é revolucionário. As matérias analisadas pela pesquisadora demonstram que o discurso de alguns dos veículos que se intitulam mídia ambiental sequer é reformista, quem dirá revolucionário. “O jornalismo ambiental se globalizou antes de poder revolucionar, foi capturado, desde que nasceu, pelo discurso hegemônico” (ABREU, 2006 p. 16). Esta é a conclusão a que chegou a pesquisadora.

Tanto o discurso hegemônico como a ausência da fala da sociedade civil organizada são características marcantes na cobertura da Operação Curupira, realizada pela mídia ambiental. Dos quatro veículos analisados, apenas o Estação Vida deu ouvidos ao Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), movimento composto por quarenta e uma

---

<sup>18</sup> ABREU. Miriam Santini de. Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.

organizações socioambientais do Mato Grosso. Esse fórum divulgou no Dia Mundial do Meio Ambiente: 05/06/2005 um manifesto de apoio à Operação Curupira, onde fez algumas considerações sobre os acontecimentos e apresentou propostas para a redução do índice de desmatamento da Amazônia. Os demais veículos de comunicação ambiental ignoraram a existência do fórum, e no período analisado deram pouca, ou nenhuma voz à sociedade. O discurso de todos é bastante parecido, tem hegemonia desconcertante.

O Estação Vida cedeu espaço para a divulgação do manifesto do fórum na íntegra. Com o título “Formad declara apoio à Operação Curupira”<sup>19</sup>, a preocupação do Instituto Centro de Vida, proprietário do Estação Vida, com a opinião da sociedade civil organizada parece sincera. Esta atitude passa a impressão do cumprimento, por parte do Estação Vida, da função social que deve nortear os veículos de comunicação. Mas fica a pergunta: se o Instituto Centro de Vida (ICV) não integrasse o Formad, este fórum teria o mesmo espaço para divulgação de seu manifesto no veículo de comunicação Estação Vida? A idéia do comprometimento deste veículo da mídia ambiental com a sociedade organizada é reforçada com a publicação, no mesmo *site*, dia 15/07/2005, da matéria intitulada “setor madeireiro precisa de fomento a alternativas sustentáveis<sup>20</sup>”. Neste caso foram ouvidos o sindicato das indústrias dos madeireiros do extremo norte de Mato Grosso (Simenorte), o coordenador do ICV, e a secretaria estadual do meio ambiente do MT.

### 1.3 PERFIL DAS MÍDIAS ANALISADAS

Todos os veículos de comunicação da mídia ambiental analisada podem ser classificados como nova mídia, de acordo com Dizard, 2000, uma vez que se constituem em mídias eletrônicas, e têm a *internet* como ferramenta principal de distribuição do conteúdo produzido. Podem ser enquadrados também, como mídia digital.

O Eco é um portal de jornalismo ambiental, que publica basicamente conteúdo próprio, produzido pela Fundação O Eco, entidade sem fins lucrativos, criada a partir de doação da Fundação Avina. Esta fundação apóia cerca de mil projetos de interesse social ou ambiental em nove países da América Latina, além de atuar em Portugal e Espanha. O portal O Eco recebe doações da Fundação Hewlett, e da TAM, companhia aérea; e patrocínio da Braskem,

---

<sup>19</sup> Ver matéria completa no CD anexo. Disponível também no seguinte endereço: [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac). Acesso em 12/06/2006.

<sup>20</sup> Esta matéria está no CD anexo e disponível no endereço: [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac). Acesso em 12/06/2006.

da Companhia Vale do Rio Doce, do Instituto Unibanco e da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Com tantas fontes de recursos, este é um portal que certamente não tem problemas de caixa. Manter a imparcialidade na redação de matérias, em sua maioria artigos de opinião assinados, num veículo de comunicação com tantas fontes externas de recursos não é o propósito de O Eco. Mesmo porque, grandes companhias como a Braskem e a Vale do Rio Doce, de tempos em tempos, estão às voltas com problemas socioambientais causados por elas mesmas.

O que se publica em O Eco<sup>21</sup> a respeito da própria instituição é que o ponto de vista deste *site* é a conservação da natureza. “Se interessa particularmente pelas pessoas que falem pelos bichos, as plantas e outras criaturas que não têm voz na política e nos meios de comunicação”. O Eco está empenhado na produção de notícias e na montagem de uma rede nacional de colaboradores que chegue aonde não vai regularmente a cobertura da grande imprensa. Se é assim, a sua sede não poderia ser no litoral carioca, na Gávea, Rio de Janeiro, onde está localizada a Fundação O Eco.

Portal ambiental com patrocinadores tão fortes como os de O Eco, não poderia deixar por menos na hora de escolher os seus recursos humanos. A Fundação O Eco conta em seus quadros com nomes do jornalismo como: Marcos Sá Corrêa, Sérgio Abranches e Flávia Velloso. Chefe de redação: Carolina Elia, Reportagem e edição: João Teixeira da Costa, Andréia Fanzeres, Gustavo Faleiros, Aline Ribeiro, Juliana Tinoco, Eric Macedo e Manoel Francisco do Nascimento Brito Filho. Colunistas: Maria Tereza Jorge Pádua, Marc Dourojeanni, Paulo de Bessa Antunes, Pedro da Cunha e Menezes, Ana Araújo, Verônica Theulen, Eduardo Pegurier, Silvia Pilz e Rafael Corrêa, entre outros.

Outro veículo de comunicação ambiental cujas matérias foram analisadas nesta pesquisa, é o Jornal do Meio Ambiente, que nasceu em janeiro de 1996, como veículo de comunicação impresso. Em 2005 começou a circular via *internet*, simultaneamente com a edição impressa. E a partir de outubro de 2006, deixou de existir com este nome. Isto não significa uma retração deste segmento da mídia ambiental. Pelo contrário, de acordo com seu fundador, Vilmar Berna, “o antigo JMA deixa de existir para ajudar no enfrentamento de novos desafios”<sup>22</sup>. O fundador fala em desafios porque não atua apenas com esta mídia.

---

<sup>21</sup> Informações detalhadas sobre O Eco, cujo conteúdo integral está disponível, podem ser obtidas no endereço: [www.oeco.org.br](http://www.oeco.org.br). Acesso em 13/06/2006.

<sup>22</sup> A referida matéria pode ser lida na revista digital Envolverde. No endereço: [www.envolverde.com.br](http://www.envolverde.com.br) procurar pela data da publicação: 20/10/2006. Acesso em 14/06/2006.

No período analisado, junho a agosto de 2005, o JMA era associado à Rebia (Rede Brasileira de Informações Ambientais), publicado pela Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) Piratingaúna, sem fins lucrativos, circulava na região sudeste, com periodicidade mensal, formato tablóide, em papel jornal, colorido. A tiragem nos últimos meses de vida girava em torno de 25 mil exemplares, com distribuição gratuita e direcionada a público especializado, além de assinantes. O JMA vinha sendo editado por seu fundador: Vilmar Sidnei Demamam Berna, tendo como sede, Niterói-RJ.

O Jornal do Meio Ambiente (JMA), ao contrário de O Eco, não contava com doadores nem patrocinadores. Todo o conteúdo do Jornal do Meio Ambiente era produção própria. Atualmente, em dezembro de 2006, o jornal existe em forma de portal e *newsletter*<sup>23</sup>, distribuída por intermédio de *e-mails*<sup>24</sup>. O conteúdo gratuito enviado para assinantes cadastrados é composto, em média, por dez matérias jornalísticas diárias, das quais a maioria é proveniente de agências de notícias, assessorias de comunicação e até mesmo veículos de comunicação da mídia convencional. O JMA passou a ser quase um *clipping*<sup>25</sup> dos principais veículos de comunicação, onde é raro o conteúdo próprio do que se veicula diariamente.

O único veículo de comunicação impresso do ambientalista Vilmar Berna, fundador do JMA passou a ser a Revista do Meio Ambiente, que está na sua terceira edição e pretende ter circulação nacional, com venda em bancas das principais capitais brasileiras. Dentre as atividades desenvolvidas pelo fundador do JMA, estão a realização de cursos de formação em educação ambiental, seminários e debates. Ele fundou também a REBIA (Rede Brasileira de Informação Ambiental) Nacional, que deve se tornar em breve uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Segundo Berna, “esta organização nasceu com a missão de democratizar a informação ambiental”<sup>26</sup>. E para isto está buscando estabelecer parcerias na busca de recursos e financiamento que assegure a periodicidade, a tiragem e a distribuição gratuita de seus produtos.

---

<sup>23</sup> Newsletter: boletim informativo. De acordo com: KLETT, Ernst. Dicionário Escolar Inglês-Português, São Paulo, Martins Fontes Editora, 2005.

<sup>24</sup> E-mail: correio eletrônico. . KLETT, Ernst. Dicionário Escolar Inglês-Português, São Paulo, Martins Fontes Editora, 2005.

<sup>25</sup> Clipping: recorte de jornal. KLETT, Ernst. Dicionário Escolar Inglês-Português, São Paulo, Martins Fontes Editora, 2005.

<sup>26</sup> Entrevista com Vilmar Berna na revista digital Envolverde. Endereço: [www.envolverde.com.br](http://www.envolverde.com.br) procurar pela data da publicação: 20/10/2006. Acesso em 14/06/2006.

O Ambientebrasil se autodenomina “o maior portal ambiental da América Latina”. Fundado em 2001, é um dos pioneiros em notícias e legislação ambiental, da qual mantém um completo banco de dados. Em sua sede, no bairro de Mercês, em Curitiba, conta com três jornalistas<sup>27</sup>, que abastecem com conteúdo o *site* da empresa e produzem uma *newsletter* diária, com o mesmo conteúdo, distribuída para 120 mil assinantes. No entanto, a referida *newsletter* é abastecida basicamente com matérias jornalísticas produzidas por veículos de comunicação oficiais como: Agência Câmara, Radiobras, Agência Brasil, Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

Os diretores responsáveis pelo Ambientebrasil não podem ser identificados por intermédio do seu *site*, já que não existe qualquer informação sobre diretores, trabalhadores, ou possíveis patrocinadores e financiadores. Os únicos dados sobre a empresa são o endereço e o telefone de contato. Os leitores não são informados também sobre a maneira como matérias jornalísticas de órgãos públicos podem ser veiculadas diariamente pela *newsletter* Ambientebrasil e pelo *site*<sup>28</sup> que tem o mesmo nome. Fica a pergunta: seria uma parceria do terceiro setor com instituições públicas? Seria convênio? Ou pirataria mesmo? Caso as matérias sejam reproduzidas no Ambientebrasil sem o devido pagamento aos fornecedores do conteúdo, esse procedimento tem um nome bastante utilizado no meio midiático, que é *copyleft*, ou seja, publicar sem pagar. Pejorativamente, o procedimento é conhecido também como *giletypress*. Mas essas perguntas não foram feitas aos responsáveis pelo *site* por entender que não é o foco desta pesquisa.

O Estação Vida é um portal do ICV<sup>29</sup> – Instituto Centro de Vida, que produz a *newsletter* intitulada Estação Vida – BR 163 Sustentável, um boletim eletrônico de notícias ambientais -, enviado gratuitamente para endereços eletrônicos cadastrados. A entidade é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de direito privado, caráter científico-cultural, autônoma, apartidária, sem fins lucrativos, fundada em 14 de abril de 1991. A sua missão, de acordo com o que está publicado no portal, é “desenvolver estudos e ações, visando à proteção do meio ambiente, à conscientização do ser humano”; e realiza projetos dentro de quatro programas: gestão ambiental e políticas públicas, conservação de áreas protegidas, comunicação e educação socioambiental, sustentabilidade e projetos

---

<sup>27</sup> Essas informações foram obtidas por intermédio de mensagem eletrônica, enviada ao *site* Ambientebrasil e respondida por uma das jornalistas que produzem conteúdo para o portal, Mônica Pinto.

<sup>28</sup> O endereço de acesso ao Ambientebrasil é: [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Acessado em 14/06/2006.

<sup>29</sup> O Instituto Centro de Vida publica a *newsletter*: Estação Vida – BR 163 Sustentável que pode ser acessada por intermédio do endereço: [www.icv.org.br](http://www.icv.org.br). Acesso em 14/06/2006.

demonstrativos. Atua de forma articulada com outras organizações, em espaços colegiados, redes de Ongs e articulações regionais, nacionais e internacionais.

Esta mídia é matogrossense, com sede em Cuiabá, de onde o jornalista André Alves coordena os trabalhos. Estação Vida é apenas um dos vários projetos do Instituto Centro de Vida (ICV), que tem uma agência de notícias ambientais, sediada em Alta Floresta, sob a responsabilidade da jornalista Gisele Neuls. A *newsletter* Estação Vida BR-163 Sustentável, veículo do ICV analisado neste trabalho, quando acha necessário produzir conteúdo próprio, envia jornalistas para Sinop, Aripuanã e outras cidades do norte do Mato Grosso, trabalhando como *free-lance*<sup>30</sup> para a agência de notícias.

O ICV, assim como O Eco, tem apoiadores nacionais e internacionais, dentre os quais destacam-se: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); União Européia; WWF Brasil; Global Environment Facility (GEF); Petrobras (Fome Zero); Ibama (Promanejo); Ministério do Meio Ambiente; Fundações Packard e Ford. O ICV desenvolveu parcerias locais, principalmente no norte do Mato Grosso, onde atua mais severamente. A Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) é uma das parceiras, assim como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde e a Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia (Cooperagrepa).

Além da *newsletter* Estação Vida – BR 163 Sustentável, que nasceu como uma continuidade das ações de comunicação e divulgação ambiental desenvolvidas pelo ICV desde 1995, por meio do projeto Pantanal Vivo, o ICV possui também a Folha Portal da Amazônia. Este jornal impresso surgiu no âmbito do Projeto Gestar (Gestão Ambiental Rural), do Ministério do Meio Ambiente, para gerar informações aos dezesseis municípios do território classificado como Portal da Amazônia. Atualmente o ICV vem trabalhando com temas relacionados aos municípios do norte do Mato Grosso. Manejo florestal de baixo impacto, reflorestamento, recuperação de pastagens e áreas de preservação degradadas, são alguns dos temas tratados pelo ICV.

Os veículos analisados da mídia convencional, de acordo com classificação de Dizard, 2000, são todos considerados mídia antiga, pois trata-se de jornais impressos, vendidos em banca ou entregues em domicílio de assinantes. Atualmente todos têm parte de seu conteúdo disponibilizado gratuitamente na *internet*. E para os assinantes, mediante utilização de senha, é possível acessar todo o conteúdo. Nenhum dos veículos de comunicação da mídia comercial

---

<sup>30</sup> Free-lance: autônomo, que trabalha por conta própria. KLETT, Ernst. Dicionário Escolar Inglês-Português, São Paulo, Martins Fontes Editora, 2005.

avaliados tem suplemento ou caderno periódico sobre meio ambiente. Não há sequer, editoria classificada como ambiental ou de meio ambiente.

Fundada em 1921, a Folha de S. Paulo<sup>31</sup> tem circulação nacional média de 287 mil exemplares em dias úteis e 360 mil aos domingos. De acordo com a própria empresa, a Folha é hoje o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação do país. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do *ombudsman* e a oferecer conteúdo *on-line* para seus leitores. Textos e fotos publicados na Folha são comercializados por meio da Folhapress. Pertencente à família Frias, tem na presidência Luís Frias e na diretoria editorial, Otavio Frias Filho. A Folha de S. Paulo é um jornal moderno, inovador, de posições firmes. Costuma tomar partido nas grandes questões em debate, deixando evidentes as suas linhas de pensamento. A Folha de S. Paulo, talvez por fazer parte de um conglomerado de comunicação, que inclui, entre outras empresas, uma agência de notícias, uma de fotos, outro jornal impresso e uma editora, apresenta agilidade na busca de informações, registrando vários “furos” jornalísticos no cotidiano da notícia.

A redação da Folha de S. Paulo é formada, em sua maioria, por jornalistas jovens, recém-formados. A direção deste veículo de comunicação burla constantemente a legislação, contratando pessoas inabilitadas para o exercício da profissão de jornalista. Escrevem para este jornal, quem não possui registro profissional, o que não é permitido por lei. Esta empresa de comunicação é contra a regulamentação da profissão de jornalista e fez campanha aberta contra a proposta de criação do Conselho Federal de Comunicação, apresentada à presidência da República pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As atitudes da Folha de S. Paulo de desrespeito à regulamentação da profissão de jornalista encontram respaldo no próprio poder judiciário brasileiro: ineficiente, contraditório e moroso. Regulamentada há mais de três décadas, a profissão de jornalista perdeu, da noite para o dia, a tão batalhada regulamentação com apenas uma sentença da juíza Carla Rister, de São Paulo, em 2003. Em seguida, cerca de dois anos depois, em julgamento do TRF (Tribunal Regional Federal) a sentença foi derrubada, passando a ser exigido o diploma de curso superior em comunicação social com habilitação em jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. Em menos de 48 horas, a partir de 8 de novembro de 2006, a situação mudou

---

<sup>31</sup> Parte do conteúdo da Folha de S. Paulo está disponível gratuitamente em: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br). Acesso em 15/06/2006.



completamente. Nessa data o STJ (Superior Tribunal de Justiça) divulgou<sup>32</sup> decisão assegurando a exigência do diploma para o exercício do jornalismo. Menos de dois dias depois, o STF (Supremo Tribunal Federal) deferiu ação cautelar que mantém provisoriamente os registros precários. Documentos estes, emitidos pelas Delegacias Regionais do Trabalho em todo país para irregulares que atuavam como jornalistas no período em que a regulamentação esteve suspensa. E assim fica mantida a permanência dos inabilitados exercendo a profissão de jornalista em diversos veículos de comunicação do país, inclusive na Folha de S. Paulo.

Em novembro de 2006 a Folha de S. Paulo foi o único veículo de comunicação que teve o seu sigilo telefônico quebrado durante a investigação da CPI dos Sanguessugas<sup>33</sup>. Os telefones investigados foram os da sucursal de Brasília e o celular de uma repórter do jornal. Os números desses aparelhos ficaram gravados nos celulares dos envolvidos na máfia dos Sanguessugas: Gedimar Passos e Valdebran Padilha, após a prisão dos mesmos. Este fato específico pode ser um indício do tipo de jornalismo praticado pela Folha de S. Paulo, um pouco mais investigativo que os demais diários nacionais, que vem incomodando os poderes constituídos. Isto porque, de acordo com relatório da investigação, nos aparelhos celulares dos detidos havia registros de telefones da Editora Abril, que publica a Revista Veja, e dos jornais, O Estado de S. Paulo e O Globo. No entanto, apenas o telefone da Folha de S. Paulo teve o sigilo quebrado.

A Revista Veja<sup>34</sup> é a mais prestigiada publicação da Editora Abril. A Veja é a maior revista semanal de circulação nacional do Brasil. Tem como presidente e editor, Roberto Civita. É a maior revista de informação do mundo, fora dos Estados Unidos e a semanal de maior circulação no Brasil. Veja é a quarta semanal de informação, ficando atrás somente das revistas norte-americanas *Time*, *Newsweek* e *U.S News and World Report*. Fundada em setembro de 1968, por Victor Civita com o nome de Veja e Leia, logo perdeu a segunda parte do nome, ficando apenas Veja. O seu modelo é inspirado na americana *Time*, que surgiu nos EUA em 1922. A tiragem da revista atualmente gira em torno de 1.250.000 exemplares. Possui uma carteira de 940 mil assinantes. A editora Abril, que edita a Veja desde a sua

---

<sup>32</sup> Matéria sobre a regulamentação da profissão de jornalista foi publicada no *site* da FENAJ em 20/11/2006. Acesse em: [www.fenaj.org.br](http://www.fenaj.org.br). Para ir direto à página, digitar: [www.fenaj.org.br/materia.php?id=1415](http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1415). Acesso em 22/11/2006.

<sup>33</sup> Informações detalhadas em Observatório da Imprensa, no endereço: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=406ASP009>. Acessado em 10/11/2006.

<sup>34</sup> Parte do conteúdo da Revista Veja está disponível em: [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br). Acesso em 15/06/2006.

fundação, estima em 5 milhões o número de leitores, avaliando que cada exemplar seja lido por quatro pessoas. Sua sede fica em São Paulo, no edifício da Editora Abril.

Assim como são exorbitantes os números da revista *Veja*, também é grande a quantidade de estudos existentes sobre aquilo que vem sendo publicado nas páginas mais lidas do país. A academia está repleta de artigos científicos, monografias de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, que têm como fonte a revista *Veja*. Figurando na maior parte do tempo do lado das forças políticas dominantes, a *Veja* se apresenta como a líder da fala hegemônica. Em matéria publicada sobre a Amazônia há mais de duas décadas, em 18/08/1982, e analisada pela pesquisadora Dione Moura, da UnB, fica evidente a posição da revista a favor do plano militar do governo de ocupação da Amazônia. (MOURA, 2002). Naquela época o caráter colonizador da *Veja* já estava bastante evidente.

A revista *Veja* pratica um tipo de jornalismo de conveniências e de denúncias sem provas. Vez ou outra está às voltas com vítimas de suas reportagens, protestando contra a falta de retorno por parte da revista, e de cumprimento da Lei de Imprensa, que prevê o direito de resposta em caso de divulgação de matérias inverídicas. O caso mais recente vitimou o jornalista Marcelo Tas. A revista publicou em sua coluna *Veja Essa*, de 01/11/2006, que o jornalista recebe dinheiro do filho do Presidente da República, Fábio Luis Lula da Silva. Tentando um direito de resposta ao que o jornalista chamou de “mentirinhas maldosas”, ele enviou carta à revista, para a qual não obteve resposta. As explicações de Marcelo Tas podem ser lidas no site *Comunique-se* ou no *blog* do jornalista<sup>35</sup>. Segundo ele, a revista *Veja* não cumpriu “regra elementar do bom jornalismo, que é ouvir o outro lado”.

Esta sempre foi a prática da revista *Veja*. E mesmo assim, segue crescendo anualmente. Ela já foi, por um período, a única revista semanal de reportagens a circular nacionalmente. Atualmente concorrem com a *Veja* as semanais *Isto É*, e *Época*. Mas a presença das concorrentes não intimidaram os planos economicamente agressivos da Abril, a maior editora de revistas do país. Enquanto as concorrentes têm que se valer de promoções, oferecendo DVDs, passagens aéreas e outros brindes para conseguir assinantes, a revista *Veja* segue imbatível na liderança da venda em bancas e por assinatura.

---

<sup>35</sup> Para ver matéria sobre o assunto acessar: [www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br). e procurar matéria publicada em 09/11/2006 com o título: Marcelo Tas reage a ataque de *Veja*. Para ler o texto completo da carta do jornalista à revista *Veja*, procurar o *blog* do autor: [www.marcelotas.com.br](http://www.marcelotas.com.br). Ou solicitar cópia por intermédio do e-mail: [blogdotas@uol.com.br](mailto:blogdotas@uol.com.br).

O Correio Braziliense<sup>36</sup> é o jornal mais importante do Distrito Federal. Tem sua história dividida em duas fases: a primeira vai de 1808 a 1822, quando era impresso em Londres, e defendia a causa da independência do Brasil. A segunda fase teve início quando Assis Chateaubriand, presidente dos Diários Associados, resgatou o título do jornal e passou a publicá-lo em Brasília a partir da data de inauguração da nova capital. Atualmente é um veículo de referência nacional, o maior da região Centro-Oeste, e já foi agraciado com mais de 40 prêmios. A média de circulação nos dias úteis é de 48.466 exemplares. Aos domingos a circulação sobe para 93.058 exemplares. O Correio Braziliense é o mais lido no Distrito Federal. Aliás, o outro diário que circula na capital tem metade da sua infra-estrutura e não chega a ameaçar a larga liderança deste jornal. O Correio cobre bem os assuntos referentes à política, ao governo federal, à Câmara Federal, e ao Senado. Não se destaca na cobertura dos acontecimentos da comunidade local, e praticamente ignora os fatos cotidianos ocorridos nas cidades satélites. Como a Operação Curupira foi desencadeada pelo governo federal e atuou nacionalmente, o Correio Braziliense realizou uma ampla divulgação sobre o tema; e por isto foi escolhido para ser uma das mídias analisadas neste trabalho.

O Diário de Cuiabá<sup>37</sup> foi o primeiro jornal impresso daquele Estado, fundado em 24 de dezembro de 1968 pelo radialista João Alves de Oliveira, que não chegou a ver a quarta edição do diário, porque foi assassinado por ter contrariado interesses no seu programa de rádio. Durante 30 anos o Diário de Cuiabá foi administrado pela viúva, Íris Capilé de Oliveira. O pioneirismo é marca registrada desse jornal, que foi o primeiro do Estado a ter seu próprio *site* e a disponibilizar na *internet* o seu conteúdo impresso diariamente. Atualmente não é o maior em tiragem, nem o mais lido, perdendo posição para a Gazeta de Cuiabá.

A escolha deste jornal se deu pelo fato de ser o jornal mais tradicional do Estado, não ter compromisso com o governo estadual constituído na época da Operação Curupira, e divulgar os fatos de forma independente. Como os principais envolvidos com esta operação estavam concentrados no Estado do Mato Grosso, com predominância em Cuiabá, este diário acompanhou de perto o desenrolar da operação, tendo publicado vinte e três matérias no período analisado.

---

<sup>36</sup> Parte do conteúdo do Correio Braziliense impresso diariamente está disponível em: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br).

<sup>37</sup> Todo o conteúdo do jornal, sem restrições para assinantes, está disponível no endereço: [www.diariodecuiaba.com.br](http://www.diariodecuiaba.com.br).

## 1.4 MATÉRIAS ANALISADAS

A seguir, uma listagem com os títulos e respectivas datas de publicação das matérias que divulgaram a Operação Curupira no período de 01/06/2005 a 31/08/2005. Na mídia convencional: A Folha de S. Paulo publicou sobre a Operação Curupira, 16 matérias neste período, as quais estão listadas a seguir com a respectiva data da publicação: Governo usa PF em resposta à CPI – 03/06/2005; Procuradoria vê balcão de negócios ambientais – 04/06/2005; Gravação feita pela PF de despachantes cita Dirceu – 04/06/2005; Operação Curupira da PF – 04/06/2005; Presos fizeram doação a petista, diz PF – 04/06/2005; PF em ação – 04/06/2005; Justiça liberta o ex-secretário de MT acusado de desmatamento 11/06/2005; Maggi diz que dará prioridade a ambiente – 19/06/2005; Intervenção da PF paralisa economia de municípios – 19/06/2005; Ex-madeireiro se assusta com devastação – 19/06/2005; Máfia ainda não acabou, diz interventor – 19/06/2005; Agronegócio e corrupção devastam MT – 19/06/2005; PF descobre “Conexão Rondônia” em esquema de madeira ilegal – 19/08/2005; Procurador diz que falta de provas não significa absolvição – 23/06/2005; Prisão é ferida difícil de cicatrizar, diz Hummel – 23/06/2005; Diretor do Ibama diz que processará Procuradoria – 23/06/2005.

A Revista Veja publicou apenas uma: Especial Corrupção. Devastação na Floresta. Ratos e, agora, cupins – 08/06/2005. Já o Correio Braziliense, publicou 20 matérias sobre a Operação Curupira no período avaliado. São elas: Governo intervém no Ibama – 03/06/2005; A máfia da floresta – 03/06/2005; Máfia da floresta – “Há muita coisa a ser revelada” – 04/06/2005; Desmatamento na Amazônia – 04/06/2005; Ibama vai mapear madeiras – 05/06/2005; De olho na serpente – 06/06/2006; Gerente nega envolvimento – 07/06/2005; As ameaças continuam – 08/06/2005; Diretor do Ibama deixa a prisão – 09/06/2005; Mais três Estados na mira da PF – 10/06/2005; Operação Curupira. Decretada prisão de outras 35 pessoas – 14/06/2005; Prisões temporárias em xeque – 27/06/2005; PF defende detenção prévia – 27/06/2005; Os excessos da PF – opinião do Correio – 28/06/2005; Operação Curupira. Juiz revoga 10 prisões – 30/06/2005; MP aponta 190 envolvidos – 10/07/2005; Pacote em favor do verde – 14/07/2005; Operação Curupira – Hummel reassume diretoria do Ibama – 23/07/2005; Operação Curupira 2 prende 16 - 19/08/2005; Menos árvores no chão – 27/08/2005.

O Diário de Cuiabá, único veículo de comunicação da mídia ambiental localizado na região de maior foco da operação, divulgou 23 matérias sobre o tema, incluindo nesse total, cartas de leitores, publicadas na editoria de opinião. Os títulos das matérias veiculadas no

Diário de Cuiabá são: Operação leva quase 90 para cadeia – 03/06/2005; Ibama sob intervenção por 60 dias – 03/06/2005; Envolvidos com Operação Curupira estão com prisão temporária decretada por 5 dias – 03/06/2005; Curupira - 03/06/2005; Policiais Federais são assaltados. Em Cuiabá para participar da Operação Curupira, eles foram abordados em pleno centro da capital – 04/06/2005; Curupira II – Fraude encobria desmates no PA e RO – 04/06/2005; Curupira – carta do leitor – 05/06/2005; Operação Curupira – carta do leitor – 10/06/2005; Presos da Operação Curupira doam dinheiro para o PT – carta do leitor – 11/06/2005; Entrevista: Julier Sebastião: até eu fiquei surpreso – 12/06/2005; Operação Curupira – carta do leitor – 15/06/2005; Polícia Federal apresenta hoje à tarde resultado da Operação Curupira – 11/06/2005; PF indicia 91 por crimes ambientais – 18/06/2005; O espetáculo da Operação Curupira – 21/06/2005; Operação Curupira: Justiça não acata denúncia de 16 – 12/07/2005; Ex-suplente está ao lado dos presos da Operação Curupira – 28/07/2005; PF identifica 25 madeireiros que ainda usam ATPFs falsas – 30/07/2005; Madeira ilegal percorre nova rota -02/08/2005; Operação Curupira teve erros – 04/08/2005; Ex-interventor vai pedir auditorias – 11/08/2005; Analistas depõem na Curupira I – 19/08/2005; Operação Curupira II apreendeu cerca de 10 mil metros cúbicos – 20/08/2005; Juiz prorroga prisão de 12 da Curupira II – 23/08/2005.

Mídia ambiental: dos veículos de comunicação analisados da mídia ambiental, a que produziu maior quantidade de matérias jornalísticas foi O Eco, com 35 matérias, incluindo notas e artigos, cujos títulos, com respectivas datas de publicação, são os seguintes: Corte da corrupção – 02/06/2005; Aplausos e cobranças – 02/06/2005; Nota – Operação Curupira – 02/06/2005; Curupira e os 130 – 03/06/2005; Um dia a casa cai – 03/06/2005; Curupira e os 130 – 03/06/2005; Editorial – Esta semana – 03/06/2005; Estranho... muito estranho – 05/06/2005; Nota – Esta semana – 05/06/2005; Nota – Ação paralela – 07/06/2005; Nota – Efeito Curupira – 07/06/2005; Nota – Não foi desta vez – 09/06/2005; Mutação genética – 12/06/2005; De Brasília, sem holofotes – 15/06/2005; Nota – Sem medo do Curupira – 17/06/2005; Dissecando o método – 23/06/2005; No passo do Curupira – 03/07/2005; Devastação em tempo real – 03/07/2005; Nota – Corte zero – 05/07/2005; Maggi arrependido – 13/07/2005; Aconteceu um milagre – 15/07/2005; Lição política – 17/07/2005; Nota – Rondônia no alvo – 20/07/2005; Cara de palhaço – 24/07/2005; Nota – Batata quente – 02/08/2005; Adeus – 07/08/2005; O novo xerife – 08/08/2005; Nota – O novo homem do Ibama – 08/08/2005; Solução emergencial – 09/08/2005; Esforço concentrado – 14/08/2005; Nota – A volta do Curupira – 18/08/2005; A fresta da Amazônia – 21/08/2005; A caminho do fim – 21/08/2005; Festa, e alguma confusão – 26/08/2005; Cobertor curto – 28/08/2005.

O Jornal do Meio Ambiente (JMA) é um veículo de comunicação que mudou seu formato e periodicidade recentemente, passando a ser diário, com divulgação via *internet*. É importante salientar que o JMA alvo da presente pesquisa já não existe. Estamos analisando o Jornal do Meio Ambiente que era impresso, com periodicidade mensal. No período analisado, este veículo de comunicação divulgou apenas 4 matérias: Governo desmantela quadrilha que atuava há 14 anos no Mato Grosso – edição 103 – Junho/2005; Lições da Operação Curupira – artigo – edição 104 – Julho/2005; Desmatamento na Amazônia deve cair no período 2004-2005 – edição 105 – agosto/2005; e É apenas o começo – opinião – edição 105 – agosto/2005.

Apesar de listar a seguir todas as matérias publicadas no período estudado pelos veículos de comunicação da mídia ambiental: Estação Vida e Ambientebrasil; destas mídias serão analisadas apenas aquelas matérias jornalísticas produzidas pelos próprios veículos. Isto porque, ambos praticam a *clippagem*<sup>38</sup>, ou seja, selecionam as matérias de interesse, que foram produzidas por outros veículos e publicam em segunda mão em suas páginas. E, tanto a Estação Vida, como o Ambientebrasil, são eficientes em fazer essa *clippagem*, alimentando seus portais basicamente com conteúdos alheios. Eles citam a fonte, o que não deixa de ser colagem. É surpreendente a enorme quantidade de conteúdo publicado, em comparação com o irrisório conteúdo próprio. Apenas para parâmetro de comparação, os títulos das matérias são listados. Como a intenção é analisar os discursos dessas mídias, e conhecê-las por intermédio do que produzem e publicam, as análises de discurso são feitas tendo como base apenas o material produzido por equipes de jornalistas das próprias mídias.

O nome completo da publicação é: Estação Vida – BR 163 Sustentável. As matérias publicadas são em número de 136. Mas desse total, apenas quatro são produção própria. A seguir, estão listadas todas as matérias publicadas, com respectivas datas de publicação e citação das fontes, ou seja, veículos de comunicação onde foram publicadas originariamente: Presidente da FEMA/MT é preso por participar de esquema de extração ilegal de madeira - 02/06/2005 - (redação com informações do MMA); FORMAD declara apoio à Operação Curupira – 06/06/2005 (Estação Vida); Grilagem também é fator de desmatamento no Mato Grosso, diz geógrafo – 17/06/2005 – (24 Horas News); FIEMT e madeireiros formam comissão para atuar com Ibama – 17/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Presidente da Assembléia critica suspensão de ATPFs para madeireiros – 20/06/2005 – (Diário News); Prefeitos do Nortão vão criar o “Dia da Independência do madeireiro” – 20/06/2005 – (Diário News);

---

<sup>38</sup> Clippagem: adaptação para o português. Derivado de *clipping*: recorte de jornal.

Fiscais do Ibama/MT apreendem madeira com ATPF falsificada – 20/06/2005 – (24 Horas News); Tribunal Regional Federal nega liberdade a mais dois – 21/06/2005 – (Diário de Cuiabá); PF já descobriu quase 500 empresas fantasmas no esquema da madeira – 21/06/2005 – (24 Horas News); Operação Curupira: gravações não incriminam Hugo Werle, dizem advogados – 21/06/2005 – (Diário News); Intervenção da PF paralisa economia de municípios em Mato Grosso – 21/06/2005 – (24 Horas News); Deputados se reúnem com interventor do Ibama – 21/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Procurador da República de MT detalha denúncias de extração de madeira – 22/06/2005 – (24 Horas News); Procurador da República de MT acusa funcionários do Ibama de corrupção – 22/06/2005 – (24 Horas News); Leitão e Pasini vão prestar informações na CPI da Biopirataria da Câmara dos Deputados – 22/06/2005 – (Sonotícias); Ibama acena para fim da crise no setor madeireiro em Mato Grosso – 22/06/2005 – (24 Horas News); Hugo Werle nega acusações na CPI da Biopirataria – 22/06/2005 – (24 Horas News); Gerente do Ibama diz que pode localizar mudança de multas – 22/06/2005 – (Gazeta Digital); Dilceu Dal Bosco defende setor madeireiro – 22/06/2005 – (24 Horas News); Advogado nega que despachante tenha feito delação premiada – 22/06/2005 – (Diário de Cuiabá); TRF nega liberdade a Rodrigo Justus – 23/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Setores produtivos param em Mato Grosso – 23/06/2005 – (Folha do Estado); Secretário responsabiliza governo federal pela crise – 23/06/2005 – (Folha do Estado); Maggi vai falar com Lula sobre crise – 23/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Maggi discutiu hoje com prefeitos do Nortão os efeitos da Operação Curupira – 23/06/2005 – (24 Horas News); Polícia prende 10 pessoas e apreende 2 mil metros de madeira – 24/06/2005 – (24 Horas News); OAB cobra solução para madeiras do Nortão que trabalham de forma legal – 24/06/2005 – (Gazeta Digital); Madeiras fecham em 60 dias – 24/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Ibama e Sema vão atuar em conjunto – 24/06/2005 – (Diário de Cuiabá); População culpa Ibama por crise econômica em Apiacás – 27/06/2005 – (Jornal MT Norte); Juiz revoga a prisão de ex-diretor da Fema – 27/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Delegado da PF critica prisões; Avelar admite falha em operação – 27/06/2005 – (24 Horas News); Silval defende melhorias no setor madeireiro – 28/06/2005 – (A Notícia Digital); Secretários ressaltam o desenvolvimento do Estado – 28/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Riva intermedia reunião de madeiros com Ibama – 28/06/2005 – (24 Horas News); Miranda diz que Carlinda está adequando ao dificuldades – 28/06/2005 – (Diário News); Madeiras de Mato Grosso terão que se recadastrar – 28/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Juiz César Bearsi torna sem efeito lei estadual – 28/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Ibama deve retomar atendimento após 1º de julho – 28/06/2005 – (24 Horas News); Greve do Ibama pode significar a

prorrogação da suspensão de ATPFs – 28/06/2005 – (Diário News); Governo, deputados e prefeitos reúnem-se para definir cooperação ambiental – 28/06/2005 – (Jornal MT Norte); Governo publica novo organograma da Secretaria de Meio Ambiente – 28/06/2005 – (24 Horas News); Governo Lula é acusado de dar “calote” em Mato Grosso – 28/06/2005 – (24 Horas News); Audiência deve esclarecer desmatamento na Amazônia – 28/06/2005 – (24 Horas News); 52,7% dizem que Maggi não é responsável por desmatamento – 28/06/2005 – (Diário de Cuiabá); 100% das madeireiras estão irregulares em Mato Grosso – 28/06/2005 – (Folha do Estado); ATPFs voltarão a ser liberadas – 28/06/2005 – (Gazeta Digital); 700 pessoas devem ficar desempregadas em Itaúba – 28/06/2005 – (Peixoto Online); STF suspende ação contra Moacir Pires – 29/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Sistema do Ibama é podre, diz Sindusmad – 29/06/2005 – (Folha do Estado); Justiça manda soltar Hugo Werle – 29/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Ibama multa fazendeiro por corte ilegal em propriedade próxima a Sinop – 29/06/2005 – (Sonotícias); Werle se diz vítima de armação – 30/06/2005 – (Diário de Cuiabá); R\$ 25 milhões em multas já foram aplicados pelo Ibama na região de Sinop – 30/06/2005 – (Sonotícias); Prefeitos do Nortão vão discutir hoje com secretário as ações conjuntas com a Sema – 30/06/2005 – (Diário News); Justiça suspende processo contra diretor do Ibama-MT – 30/06/2005 – (Diário de Cuiabá); EXCLUSIVO: Gonçalves explica falsificações em projetos ambientais em Sinop e nega ameaças a Justus – 30/06/2005 – (Sonotícias) ; “Moleque e irresponsável” – 30/06/2005 – (Diário de Cuiabá); Ex-diretor da Fema anuncia que vai processar procurador da República – 01/07/2005 – (24 Horas News); Trabalhadores de madeireiras em Juara estão migrando para o campo – 04/07/2005 – (24 Horas News); Direção nacional do Ibama defende moratória de 1 ano – 05/07/2005 – (Gazeta Digital); 71 madeireiras em Sinop estão habilitadas para conseguir ATPFs – 05/07/2005 – (Sonotícias); Setor madeireiro: Nilson quer audiência com ministra e alfineta Blairo – 06/07/2005 – (Diário News); Madeireiras demitem 6 mil e ameaçam com medidas judiciais – 06/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Ibama libera ATPFs e anuncia fiscalização em madeireiras – 06/07/2005 – (Folha do Estado); Deputados opinam sobre “moratória do desmatamento” – 06/07/2005 – (Peixotoonline); Ibama retoma liberação de ATPFs em Alta Floresta – 07/07/2005 – (24 Horas News); Ibama prevê entrega de ATPFs e madeireiras em Sinop ainda esta semana – 07/07/2005 – (A Notícia Digital); Ambientalista diz que Floresta Amazônica poderá acabar em 40 anos – 08/07/2005 – (Jornal Mato Grosso Norte); Autorização de transporte de madeira será dada pela internet, informa Ibama – 08/07/2005 – (24 Horas News); Suspensão da exploração florestal vai começar por Mato Grosso – 11/07/2005 – (24 Horas News); Prorrogação das Licenças Operacionais beneficiará madeireiras do Nortão –



11/07/2005 – (Sonotícias); Data que Leitão e Pasini falarão na CPI Biopirataria ainda não foi definida – 11/07/2005 – (Sonotícias); Protesto em Juara deve continuar. Servidores do Ibama retomam atividades – 12/07/2005 – (24 Horas News); Justiça não acata denúncia de 16 – 12/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Juiz federal acata denúncias contra 193 da “Máfia da Madeira”; veja a lista – 12/07/2005 – (Jornal MT Norte); Em Brasília: Sinval discute crise do setor madeireiro – 12/07/2005 – (Jornal MT Norte); Prefeitos avaliam estado caótico – 13/07/2005 – (Diário de Cuiabá);79 - Marina discute política ambiental com o governador de Mato Grosso – 13/07/2005 – (24 Horas News); Estado de emergência e demissões – 13/07/2005 – (Gazeta Digital); É preciso encontrar solução para movimentar o setor madeireiro – 13/07/2005 – (Folha do Estado); Deputado critica falta de visão de Marina Silva – 13/07/2005 – (Folha do Estado); Caos no Nortão de Mato Grosso – 13/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Setor madeireiro precisa de fomento a alternativas sustentáveis – 14/07/2005 - (Estação Vida);- Riva considera radical postura da ministra Marina Silva – 14/07/2005 – (24 Horas News); Provável moratória na agricultura poderá prejudicar madeireiros, diz Sindusmad – 14/07/2005 – (Sonotícias); Proibição às queimadas começa amanhã e Ibama promete fiscalização intensificada – 14/07/2005 – (24 Horas News); Justiça liberta ex-chefe do Ibama preso na Operação Curupira – 14/07/2005 – (Sonotícias); Gerência local afirma que 148 já têm ATPFs – 14/07/2005 ( Gazeta Digital); Boa Parceria – 14/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Aumenta lista suja de trabalho escravo – 14/07/2005 – (Folha do Estado); Silval destaca avanços ao setor madeireiro – 15/07/2005 – (A Notícia Digital); Redução do desmatamento será definida em Cuiabá com governo de MT – 15/07/2005 – (EGM Notícias); Despachante preso em Sinop na Operação Curupira foi transferido por ameaças – 15/07/2005 – (Sonotícias); Política ambiental muda de rumo – 18/07/2005 – (Gazeta Digital);Meio ambiente na encruzilhada – 18/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Desmatamentos na Amazônia caem 95% - 18/07/2005 - (Gazeta Digital); Repressão não basta contra quem desmata florestas – 19/07/2005 – (correspondente da Terramérica/IPS, Mário Osava); Recomeçam depoimentos de três acusados de crimes – 19/07/2005 – (Folha do Estado); Operação Curupira e seus efeitos – (24 horas news) - 20/07/2005; Ibama já liberou mais de duas mil ATPFs para madeireiras em Sinop – 20/07/2005– (Sonotícias) ; Engenheiro florestal diz que servidores cobravam propina – 20/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Madeireiro preso no Nortão na Operação Curupira depõe hoje – 21/07/2005 – (Sonotícias); Repressão não basta contra quem desmata florestas – 22/07/2005 – (Ecoagência); Governo, MP e Juvam estudam centro para combater crimes – 22/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Empresário preso em Colíder na Operação Curupira depõe na Justiça Federal – 22/07/2005 - (24 horas news); Diretor de

Florestas reassume cargo no Ibama – 22/07/2005 – (Folha do Estado); Madeireiros entram com ação contra Ibama – 26/07/2005 – (Folha do Estado); Justiça nega liberdade para empresários do Nortão presos na Operação Curupira – 28/07/2005 – (A Notícia Digital); Interventor teme nomeação política – 28/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Pesquisa aponta prioridade ambiental – 29/07/2005 – (Diário de Cuiabá); Governo e Sema discutem moratória do desmatamento em Mato Grosso – 29/07/2005 – (Diarionews); Polícia Federal investiga novas quadrilhas e a “desova” de ATPFs falsas – 01/08/2005 – (Diarionews); Madeireiros buscam apoio da Assembléia para resolver problemas do setor – 01/08/2005 – (Sonotícias); Judiciário de Mato Grosso se posiciona contra “moratória do desmatamento” – 01/08/2005- (24 horas news); Ibama diz que 140 madeiras de Sinop ainda estão irregulares – 01/08/2005 – (Florestanet.com.br); Fraude apagou R\$ 50 milhões em multas – 01/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Vettorato diz que vai buscar ajuste para manter crescimento – 02/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Madeira ilegal percorre nova rota – 02/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Equação pra mais de metro – 02/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Governo abre fórum estadual do Meio Ambiente nesta quarta-feira – 03/08/2005 – (24 Horas News); Fórum busca convergência na política ambiental de Mato Grosso – 04/08/2005 – (Estação Vida – André Alves); Mudança no Ibama não prejudicará relação com Governo – 05/08/2005 – (24 Horas News); Ministra diz que será intensificado combate a extração ilegal de madeira em MT – 05/08/2005 – (24 Horas News); Justiça começa a ouvir testemunhas – 05/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Meio Ambiente e o estigma da madeira – 08/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Integrar a democracia para não entregar a esperança – 08/08/2005 – (artigo assinado por Michéle Sato(profa da UFMT)); Meio Ambiente e o estigma da madeira (final) – 09/08/2005; Ibama já tem novo gerente executivo – 09/08/2005; Ibama anuncia a extinção das ATPFs – 09/08/2005 – (24 Horas News); Ex-interventor depõe na justiça – 10/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Ex-interventor vai pedir auditorias – 11/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Que Deus proteja Mato Grosso este ano contra as queimadas! – 12/08/2005 – (Folha do Estado); Desmate caiu 91% após operação – 15/08/2005 – (Diário de Cuiabá); Audiência sobre hidrelétrica de Dardanelos ocorre mesmo com irregularidades no EIA-Rima – 29/08/2005 – (reportagem especial para Estação Vida); Propostas para controle do desmate vão ser discutidas – 30/08/2005 – (Gazeta Digital);

O veículo de comunicação Ambientebrasil é outro que apresenta uma grande diferença entre a quantidade de conteúdo que publica e a que realmente produz. Neste caso, a coleta é mais seletiva, no sentido da preferência por agências de notícias governamentais como Radiobras, Agência Câmara, Rádio Nacional, entre outras. Mas sem excluir veículos de

comunicação da mídia comercial como Folhaonline e Estadão Online, por exemplo. Neste estudo de caso foram publicadas, no período em análise, 47 matérias, das quais apenas 4 são conteúdo próprio. As matérias veiculadas com as respectivas datas de publicação e fonte são as seguintes: Governo desmantela quadrilha que atuava no Mato Grosso – 02/06/2005 – (MMA - Ministério do Meio Ambiente); Marina Silva diz que quadrilha no Ibama não surpreende – 02/06/2005 – Estadão Online); Polícia Federal e Ibama vão investigar desmatamento ilegal no país – 02/06/2005 – (Agência Brasil ) ; Presidente do Ibama defende diretor preso – 03/06/2005 - ( Estadão Online); Prisões devem reduzir desmatamento, diz ministra – 03/06/2005 – (Estadão Online); Diretor do Ibama implanta o Deter em Cuiabá/MT – 03/06/2005 – (Agência Brasil); Esquema de desmatamento envolvia 600 madeiras – 03/06/2005 – (Estadão Online); Polícia investiga envolvimento de petistas no Mato Grosso – 05/06/2005 – (Gazeta do Povo); Ministra do Meio Ambiente promete rigor contra corrupção no Ibama – 05/06/2005 – (JB Online); EXCLUSIVO: Adesões e programa que controla origem da madeira usada em obras públicas podem diminuir pressão sobre a Amazônia – 06/06/2005 – por Danielle Jordan; Ex-gerente do Ibama em MT presta depoimentos na PF – 06/06/2005 (Estadão Online); PF pede prisão de mais 13 madeireiros e despachantes de Rondônia – 07/06/2005 – (Agência Brasil); Meio Ambiente e PF vão tornar permanentes convênios para combate ao desmatamento – 08/06/2005 – ( Rádio Nacional); Justiça liberta diretor do Ibama e investigado pela Operação Curupira – 08/06/2005 – (Radiobras); CPI da Biopirataria ouviu procurador do Ibama – 09/06/2005 – (Ibama); PF investiga fraudes com madeira em outros 3 Estados – 09/06/2005 – (Estadão Online); Ibama estuda controle digital para evitar corrupção – 14/06/2005 – (Agência Câmara); Presidente do Ibama promete continuidade no combate à extração ilegal de madeira – 14/06/2005 – (Agência Brasil); EXCLUSIVO: Queda de braço entre servidores do Ibama e Governo Lula transcende a questão salarial – 14/06/2005 – por Mônica Pinto; Marcus Barros substituirá ATPF até dezembro – 15/06/2005 – (Ibama); Fiscais do Ibama/MT apreendem madeira com ATPF falsificada – 17/06/2005 – (Ibama); PF indiciou 90 por fraude ambiental – 18/06/2005 – (O Globo); Ex-Gerente do Ibama nega denúncias de corrupção – 21/06/2005 – (Agência Câmara); Procurador denuncia esquema de venda de autorização do Ibama em MT – 21/06/2005 – (Agência Brasil); Madeireiros reagem à Operação Curupira e paralisam noroeste do MT – 23/06/2005 – (Amazônia.org); Inocentado, diretor do Ibama busca rumo – 23/06/2005 – (Estadão Online); ATPFs voltarão a ser liberadas no Mato Grosso – 28/06/2005 – (Gazeta de Cuiabá); Ibama/MT começa a receber solicitação de ATPFs – 05/07/2005 (Ibama); Autorização de transporte de madeira será dada pela internet, informa Ibama –

07/07/2005 – (Radiobras); EXCLUSIVO: Morosidade do Ibama prejudica empresas florestais com certificação – 08/07/2005 por Mônica Pinto; Ministra, governador e presidente do Ibama se reúnem para discutir desmatamento em MT – 12/07/2005 – (Radiobras); Redução do desmatamento deve ser definida na próxima semana com governo de Mato Grosso – 14/07/2005 – (Agência Brasil) Combate à corrupção reduz 90% do desmatamento na Amazônia, afirma ministério – 21/07/2005 – (Voz do Brasil); Desmatamento: Ibama e MMA defendem moratória parcial – 29/07/2005 – (Gazeta de Cuiabá); Madeira ilegal percorre nova rota – 02/08/2005 – (Diário de Cuiabá); EXCLUSIVO: Prosseguem as investigações da Polícia Federal sobre corrupção de fiscais do Ibama no Paraná – 06/08/2005 por Mônica Pinto; PF prende 16 pessoas na Operação Curupira II – 18/08/2005 – (Ibama); Madeira apreendida pela Operação Curupira 2 será doada a entidades sociais, diz diretor do Ibama – 18/08/2005 – (Agência Brasil); Greenpeace: falta de recursos no Ibama compromete combate ao fogo – 18/08/2005 – (JB Online); PF descobre “conexão Rondônia” em esquema de madeira ilegal – 21/08/2005 - (Folha Online); Grupo do Ibama tem 90 dias para apurar irregularidades nas autorizações de produtos florestais – 22/08/2005 – (Agência Brasil); Redução em desmatamento faz governo Lula antecipar divulgação – 25/08/2005 – (Folha Online); Queda no desmatamento é momentânea, dizem ONGs – 29/08/2005 – (Estadão Online).

Conforme dito anteriormente, foram listados todos os títulos das matérias jornalísticas publicadas na mídia ambiental: Estação vida e Ambientebrasil, com suas respectivas fontes, apenas para dar uma noção da pouca produção própria de conteúdo em comparação com o que é publicado, assim como para mostrar de onde esses veículos de comunicação copiam as matérias que veiculam. A seguir, as matérias exclusivas que serão analisadas, publicadas nas mídias Estação Vida e Ambientebrasil no período analisado, de 01/06/2005 a 31/08/2005: Ambientebrasil: Adesões e programa que controla origem da madeira usada em obras públicas podem diminuir pressão sobre a Amazônia – 06/06/2005 – por Danielle Jordan; Queda de braço entre servidores do Ibama e Governo Lula transcende a questão salarial – 14/06/2005 – por Mônica Pinto; Morosidade do Ibama prejudica empresas florestais com certificação – 08/07/2005 por Mônica Pinto; Prosseguem as investigações da Polícia Federal sobre corrupção de fiscais do Ibama no Paraná – 06/08/2005 por Mônica Pinto.

No portal Estação Vida – BR 163 Sustentável, foram publicadas as seguintes matérias exclusivas: Presidente da FEMA/MT é preso por participar de esquema de extração ilegal de madeira - 02/06/2005 - (redação com informações do MMA); FORMAD declara apoio à Operação Curupira – 06/06/2005 (Redação Estação Vida); Setor madeireiro precisa de

fomento a alternativas sustentáveis – 15/07/2005(redação); Fórum busca convergência na política ambiental de Mato Grosso – 04/08/2005 – (Estação Vida – André Alves).

## 2. A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conceito relativamente novo, ainda em construção, não há uma definição única de desenvolvimento sustentável que possa ser incorporada por todas as áreas do conhecimento. Mesmo sendo recente, o termo desenvolvimento sustentável caiu na banalização. Vem sendo utilizado em diferentes contextos com diversos significados; às vezes, como estratégia para alterar políticas públicas, angariar fundos e conquistar mercados. Indústrias, empresas de serviços e o comércio também começam a se valer do termo para enfeitar *folders*, fazer propaganda, cartazes, relatórios e material de mídia. Na maioria dos casos, deixando o conceito real esquecido em algum canto na prática cotidiana. Por este motivo, desenvolvimento sustentável vem sendo substituído por outros conceitos. As tentativas de conceituação do desenvolvimento sustentável têm origem principalmente na economia e na ecologia.

A América Latina iniciou reflexão própria sobre desenvolvimento (sem o adjetivo sustentável) a partir dos estudos realizados pela CEPAL<sup>39</sup> (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). São reflexões que avaliam o processo de desenvolvimento a partir da condição periférica e subordinada aos grandes centros do capitalismo mundial, em que se encontra a América Latina. Tal subordinação aparecia claramente expressa na forma em que se dava nossa inserção na divisão internacional do trabalho antes de 1930, na qual cabia à América Latina produzir produtos primários e importar produtos industriais. “As reflexões da CEPAL, logo após sua criação, já faziam fortes críticas à nossa inserção internacional, à nossa excessiva vulnerabilidade externa e à forma perversa como se dava nosso desenvolvimento orientado para poucos produtos de exportação”. (MOTA, 2001, p.33).

As questões colocadas pela CEPAL deram origem a amplas discussões sobre o desenvolvimento econômico e animaram os debates entre os adeptos da Teoria da Dependência, da qual participaram Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Celso Furtado,

---

<sup>39</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Santiago do Chile, criado em 1948 para estudar diagnósticos e propostas de desenvolvimento para a América Latina. Os textos mais importantes da Cepal foram publicados numa coletânea: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro, Record/Conselho Federal de Economia, CEPAL, 2000. v.1 e 2.

Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe e Osvaldo Sunkel, entre outros. A idéia central da Teoria da Dependência, da qual existem numerosas versões, é que:

“a evolução dos países ricos e a evolução dos países pobres são partes de um mesmo processo, o qual produz desenvolvimento no centro e subdesenvolvimento na periferia. Em outras palavras: a condição dos países subdesenvolvidos (tal como identificou a teoria do desenvolvimento) é consequência do capitalismo mundial”.(BERNAL-MEZA, 2005, p.213. In: PROCÓPIO, Argemiro. Os excluídos da Arca de Noé).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu na ONU (Organização das Nações Unidas), no final dos anos 80. Uma das deliberações da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, foi a criação de uma comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento (CMMD). Somente uma década depois a ONU criou a comissão, presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Em 1987 os trabalhos da comissão foram concluídos e apresentados em forma de relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como *Relatório Brundtland*<sup>40</sup>. O documento constituiu-se num diagnóstico dos problemas globais ambientais da época e “propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, surgindo assim o conceito de desenvolvimento sustentável”. (BATISTA, 2005, p.54).

O Relatório Brundtland traduziu-se em um levantamento da situação econômica, social e ambiental dos países de todo o mundo e apresentou as preocupações para o futuro dos povos em relação à segurança alimentar, energia, indústria, conglomerados urbanos e paz. Trouxe esperança numa nova era de crescimento econômico, apoiado em práticas que conservam os recursos naturais. Uma importante conclusão do relatório, é a de que nenhuma mudança ocorrerá de modo isolado, e sim com a cooperação internacional. O documento apresenta propostas de mudanças institucionais e conclama os governos, a comunidade científica, e as ONG's (Organizações Não Governamentais) para, em conjunto, agirem em defesa da humanidade.

O Relatório Brundtland chamou a atenção para o conceito de desenvolvimento sustentável e mostrou que o meio ambiente não suportará tanta exploração. O documento lembra que o desenvolvimento deve ser voltado a satisfazer as necessidades e as aspirações humanas básicas, mas as futuras gerações também deverão ver atendidas as suas necessidades. As regiões que não estiverem conseguindo atender a essas necessidades terão

---

<sup>40</sup> Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD). *Nosso futuro comum*, 2ª ed., Rio de Janeiro, RJ. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

que atingir um crescimento econômico mínimo, de forma a aumentar o potencial de produção para, em consequência, assegurar a todos, um ganho também social. Está claro no relatório, que o desenvolvimento sustentável não é uma situação estática ou um objetivo a ser atingido; é um processo de transformação pelo qual devem se orientar os investimentos econômicos, as explorações dos recursos, a tecnologia e as mudanças institucionais necessárias para sua consecução.

A Constituição Federal do Brasil, carta magna do país, promulgada em 05 de outubro de 1988, e considerada uma das mais progressistas em matéria ambiental, traz em seu capítulo VI, do meio ambiente, artigo 225, o que poderia ser uma introdução ao desenvolvimento sustentável:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes, e futuras gerações. (BRASIL, Constituição, 1988, p.124)

A Operação Curupira foi uma das ações de governo que zelaram pelo cumprimento do preceito constitucional. Representou uma imposição do poder público no sentido de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. O desmatamento ilegal e a corrupção estavam levando a Amazônia a perder um de seus maiores tesouros: a floresta e toda a sua biodiversidade. O desenvolvimento que vinha ocorrendo nas regiões atingidas pelas irregularidades com ATPFs (Autorização para Transporte de Produtos Florestais), principalmente Mato Grosso, Pará e Rondônia, não era nada sustentável.

A consolidação do termo desenvolvimento sustentável no Brasil aconteceu na Cúpula Mundial da Terra, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Este foi o acontecimento político-ambiental mais importantes do final do século XX. Contou com a ação da sociedade, governo e comunidade internacional. Registrou a presença de mais de cem chefes de Estado. Na ocasião foi assinado um conjunto amplo de documentos e tratados, cobrindo biodiversidade, clima, florestas, desertificação, e o acesso e uso dos recursos naturais do planeta, além da aprovação da Agenda 21. Este, um volumoso documento de quarenta capítulos programáticos, com cerca de trezentas páginas, onde estão os postulados centrais do modelo de desenvolvimento sustentável e a busca de comprometimento das nações com as gerações futuras.

Dentre os temas contemplados pela Agenda 21, destacam-se as questões da desertificação, da poluição atmosférica e hídrica, da transferência de tecnologias energéticas e

agrícolas, dos poluentes orgânicos consistentes e dos resíduos radiativos. Aborda também a questão da saúde e da má nutrição, evidenciando os vínculos existentes entre meio ambiente e desenvolvimento. Os países signatários da Agenda 21 comprometeram-se a elaborar e adotar estratégias para o desenvolvimento sustentável. “Mais de uma centena destes países constituíram comissões nacionais, responsáveis pelo que se vem chamando de Agenda 21 Nacional e pelo desenvolvimento de suas respectivas estratégias” (TEIXEIRA, 2006, p. 16). No Brasil o processo está adiantado e quase todas as capitais criaram as suas Agendas 21 locais com a parceria dos governos municipais.

Esses antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas um modismo, surgido de repente e do nada. Ele tem fundamentação socioeconômica e política. Decorre de vários antecedentes técnicos, conceituais, e vem se difundindo como proposta de desenvolvimento diferenciada. Resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e de formulações acadêmicas e técnicas surgidas nas três últimas décadas. Formulações estas, que apresentam críticas ao crescimento desordenado e defendem o respeito ao meio ambiente e às culturas.

Ignacy Sachs<sup>41</sup> estudando o desenvolvimento sustentável, preferiu chamá-lo de ecodesenvolvimento, e construiu o conceito a partir de cinco pilares básicos: social, ambiental, territorial, econômico e político. Esses critérios foram ampliados posteriormente, desmembrando o social em cultural, o ambiental em ecológico e o político em nacional e internacional. De acordo com Sachs, o desenvolvimento sustentável é um processo altamente complexo que, para acontecer, requer o envolvimento de cada um individualmente. A partir da mudança de hábitos e costumes, do local poderá chegar ao nível mundial. “O desenvolvimento sustentável é um desafio planetário. Ele requer estratégias complementares entre o Norte e o Sul. Evidentemente, os padrões de consumo do Norte abastado são insustentáveis”. (SACHS, 2002 p.58.)

Ao incluir a questão ambiental numa ordem planetária e discutir a situação do Brasil em relação aos outros países do mundo, Ignacy Sachs recomenda que o Brasil seja autônomo e não espere ajuda dos países desenvolvidos em forma de doação. “Acho que seria irreal e até certo ponto impróprio, esperar que haja um fluxo de assistência de recursos financeiros vindos do norte para o sul” (SACHS, 1996, p.22) E ele complementa: “Não se pode, de um lado dizer que o Brasil não é mais um país subdesenvolvido. E depois dizer que ele precisa ser assistido,

---

<sup>41</sup> SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2004.; Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, ed. Garamond, 2002; e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, série meio ambiente em debate. Edições Ibama, 1996. Informações adicionais sobre vida e obras de Sachs, no site: [www.ehess.fr/crbc](http://www.ehess.fr/crbc). Acesso em 27/09/2006.



quando se vê situações do tipo da África e países que têm renda per capita dez vezes menor do que a do Brasil”. (SACHS,1996, p.22).

O desenvolvimento sustentável, na linha de Sachs, limita o uso dos recursos não-renováveis, respeita a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Preocupa-se também com a melhoria do ambiente urbano, constrói configurações urbanas e rurais balanceadas para superar as disparidades inter-regionais. Para isso busca estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. Na vertente econômica fica assegurada a segurança alimentar, a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção e um razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica. (SACHS, 2002). O conceito de desenvolvimento sustentável tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e intelectuais. O próprio Sachs aprimora suas concepções a cada novo livro publicado. Em sua obra publicada no Brasil, “Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado”, ele demonstra preocupação com o alto índice de desemprego e reforça o papel includente que deve ter o desenvolvimento sustentável, apelando para a inclusão social por intermédio do trabalho, que ele denomina de decente. (SACHS, 2004).

Com um enfoque mais econômico, Mauricio T. Tolmasquim afirma que a noção de desenvolvimento sustentável implica em gestão e manutenção de um estoque de recursos e de fatores a uma produtividade ao menos constante, em equidade entre gerações e entre países. Esse estoque pode ser tanto o artificial, como o natural (renovável ou não renovável). Todavia, a idéia de sustentabilidade só aparece quando percebe-se que aquele capital natural não pode ser substituído pelo capital artificial. Caso contrário, seria possível manter um fluxo de renda constante, se os bens artificiais pudessem assegurar as mesmas funções que os recursos naturais. Como inúmeros recursos naturais não têm nenhum substituto artificial, a produção de bens artificiais deve manter o fornecimento de bens naturais. (TOLMASQUIM, 2003).

Ainda na linha da economia, Lester Brown acredita que o desenvolvimento sustentável seria viável apenas se houvesse mudança geral, uma reestruturação, se surgisse a nova economia, denominada por ele de eco-economia. Assim, “a energia renovável substituirá os combustíveis fósseis destruidores do clima e uma economia de reciclagem tomará o lugar da economia do descarte” (BROWN, 2003, p. s/n.)<sup>42</sup>.O autor crê que a reestruturação da

---

<sup>42</sup> Textos de Lester Brown estão disponíveis em [www.wwiuama.org.br/eco\\_nova\\_eco.htm](http://www.wwiuama.org.br/eco_nova_eco.htm). Acesso em 14/08/2006.

economia global já começou. Como exemplo disso, ele cita a geração mundial de eletricidade eólica, cuja taxa de crescimento quase quadruplicou no período de 1995 a 2000.

Uma das definições ecológicas de desenvolvimento sustentável abrange quatro princípios: 1) equanimidade – distribuição equânime entre as diferentes classes sociais dos benefícios obtidos pelo uso de recursos naturais; 2) uso e conservação – o uso dos recursos naturais e ecossistemas deve estar dentro dos limites de capacidade de suporte do ambiente, o que demanda um aumento da eficiência de uso e uma conservação da biodiversidade; 3) valorização – valorizar tanto os bens e serviços prestados pelos recursos naturais e ecossistemas quanto os custos ambientais e sociais decorrentes da degradação; 4) transferência entre escalas de atuação – as questões ambientais devem ter uma perspectiva global, além de regional e local. “A sustentabilidade definida com base nesses princípios, deixa de ser um conceito exclusivamente científico para explicitar as interações entre os sistemas físico, biológico e socioeconômico, e a interface entre ciência e política”. (KLINK, 2001, p.79).

Seguindo os princípios conceituais da linha ecológica do desenvolvimento sustentável percebe-se que na região abrangida pela Operação Curupira, onde estava ocorrendo desmatamento ilegal em grandes proporções, não há vestígios de desenvolvimento sustentável. Primeiro, porque não ocorria a equanimidade na distribuição dos benefícios obtidos pelo uso dos recursos naturais. Pelo contrário, havia apropriação indébita dos recursos alheios, já que estava acontecendo desmatamento em terras griladas, áreas da União e até em Terras Indígenas. O uso dos recursos naturais e do ecossistema não estava dentro dos limites e capacidades de suporte do meio ambiente. E para completar, não se valorava os custos ambientais e sociais decorrentes da degradação. A Operação Curupira foi o primeiro passo, que pode ou não, dar início ao processo de mudança visando à sustentabilidade na Amazônia.

“O desenvolvimento sustentável não é um conceito claro. Foi endereçado, sobretudo, aos países periféricos...”.(BECKER, 2004, p.148). Com esta afirmação, Bertha Becker polemiza ao defender que o conceito foi criado com o propósito de fixar a população no campo e impedir a emigração para os países do Norte. Segundo ela, esse conceito é uma tentativa de conter a expansão do padrão de consumo dos centros desenvolvidos em seus territórios. Interpretação essa, que é corroborada pelas propostas de contenção de seu crescimento demográfico e de alternativas de desenvolvimento baseadas em práticas de pequena escala. A pesquisadora acredita que desenvolvimento sustentável é uma proposta para regular o uso do território no Sul e, como tal, um instrumento político. No que diz respeito ao conceito a partir do Relatório Brundtland, Becker é pessimista citando ela mesma em capítulo do livro Para pensar o desenvolvimento sustentável, organizado por Bursztyrn e

publicado em 1993 : “Não há um presente comum e, muito mais difícil será alcançar um “futuro comum” no curto e médio prazo”(BECKER, 2004, p.148).

Enrique Leff vê o desenvolvimento sustentável envolvido numa enorme complexidade. Para ele, é necessário reformular todo o saber ambiental, que deve estar associado não só a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social. Segundo Leff, “a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade” (LEFF, 2002, p.60). Para ele, colocar em prática princípios e estratégias do ecodesenvolvimento provou ser mais complexo e difícil do que a simples internalização de uma dimensão ambiental dentro dos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a atual racionalidade produtiva. Isto porque as estratégias do ecodesenvolvimento estão sujeitas também a certas ideologias teóricas e delimitadas por paradigmas científicos que dificultam as possibilidades de reorientar as práticas produtivas.

O conceito de desenvolvimento sustentável vem recebendo uma infinidade de variantes. Novas adjetivações surgiram em complemento à qualificação sustentável do processo de desenvolvimento: local, situado, justo, solidário etc. Cada autor busca precisar, com mais detalhes, aspectos que lhe parecem necessários inserir na formulação.

“Mas, se por um lado, a plasticidade das definições revela preocupação com a precisão de aspectos que devem ser considerados, por outro lado, há de uma maneira geral, uma forte convergência quanto à noção comum que deve ser considerada. O desenvolvimento sustentável está, basicamente, assentado no seguinte tripé: economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado”. (BURSZTYN, 2006, p.60)

Para José Eli da Veiga<sup>43</sup>, o desenvolvimento sustentável é uma utopia, “um dos mais generosos ideais surgidos no século passado. Só comparável ao, bem mais antigo, anseio por justiça social” (VEIGA, 2005, p.4). Para ele, a junção do substantivo desenvolvimento com o adjetivo sustentável resulta num “mágico binômio”, que pode exprimir um desejo coletivo enunciado pela humanidade contemporânea ao lado da paz, da democracia, da liberdade e da igualdade. Segundo Veiga, a noção de desenvolvimento está ligada ao fenômeno industrial.

---

<sup>43</sup> Alguns artigos de José Eli da Veiga estão disponíveis no site do pesquisador: [www.econ.fea.usp.br/zeeli](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli). O artigo acima citado, intitulado: O principal desafio do Século XXI foi publicado na Revista Ciência e Cultura, ano 57, abril-junho de 2005 e está disponível em: [www.econ.fea.usp.br/zeeli/textos/artigoscientificos/2005\\_ciencia\\_e\\_cultura.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/textos/artigoscientificos/2005_ciencia_e_cultura.pdf). Acesso em 17/08/2006.

Não há distinção entre industrialismo e desenvolvimento; e a utopia industrialista está ultrapassada, principalmente nos países do norte europeu, onde produzir mais não significou, necessariamente, melhoria da qualidade de vida. Com o esgotamento dos recursos naturais tornou-se necessário “salvar” a Terra. Mas esse anseio de salvação entra em atrito com a utopia desenvolvimentista. Esta é a contradição que, de acordo com o autor, está na base da noção de desenvolvimento sustentável. “Procura-se uma solução de compromisso entre o industrialismo ainda exigido pela periferia e o pós- industrialismo já inaugurado no centro. Sejam quais forem os termos desse compromisso, uma coisa é certa: a velha utopia industrialista não é mais sustentável” (VEIGA, 2005, p.5).

O desenvolvimento sustentável enquanto utopia não agrada a muitos acadêmicos e técnicos, como Sérgio C. Buarque que assevera: “o desenvolvimento sustentável torna-se uma alternativa viável e não mais apenas uma utopia ou fantasia organizadora da sociedade...”. (BUARQUE, 2002, p.58.). Ele elaborou uma metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, que foi publicado pela primeira vez em 1997 e já está na terceira edição. Este livro vem sendo utilizado como material didático em vários treinamentos e seminários e como referencial metodológico em experiências de planejamento local e regional. A metodologia pode ser usada para qualquer unidade territorial de pequeno porte, com as adaptações e simplificações devidas para microrregiões, bacias hidrográficas, estados, municípios e comunidades, com diferentes escalas e níveis de complexidade.

O pesquisador cubano Mario Arencibia Gonzalez<sup>44</sup> avalia a teoria do desenvolvimento sustentável a partir de uma visão dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e percebe que a origem do termo está baseada em experiências do mundo desenvolvido, que por sua vez, tem sido influenciada pelo pensamento globalizador. Ele rechaça a pretensão de tornar a teoria universal, o que faz supor a existência de uma unidade abrangendo o que é diverso, ao mesmo tempo em que deixa um pouco de lado a questão humana. O pesquisador afirma pertencer a um “movimento global” que defende a mudança do termo desenvolvimento sustentável para desenvolvimento humano sustentável, o qual, segundo ele, guarda estreita relação com o ideal socialista, por seus objetivos essencialmente baseados no melhoramento humano. Esta nova concepção abre, segundo ele, a possibilidade de ter o homem como objeto e sujeito de transformação. Gonzalez resume assim a defesa da mudança do termo:

---

<sup>44</sup> O livro *Una gráfica de la teoría del desarrollo. Del crecimiento al desarrollo humano sostenible*, de autoria de Mário Arencibia González, está disponível no site: [www.eumed.net/libros/2006/mga-des](http://www.eumed.net/libros/2006/mga-des). Acesso em 27/09/2006.

“Esta concepción aborda el supuesto del carácter limitado del planeta tomando en cuenta no sólo los problemas ecológicos, sino sociales, superando la relación política Estado-población o paternalismo colectivo, al asumir que las personas deben participar en las actividades, procesos y eventos que afectan su vida” (GONZALEZ, 2005, p. 129)

Corroborada a mesma posição o pesquisador chileno Roberto P. Guimarães<sup>45</sup> que acredita na necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, pois os atuais estão em crise. Para ele, os paradigmas de modernidade que definem a orientação do processo de desenvolvimento referem-se ao “esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo”. (GUIMARÃES, 2006, p.30). Segundo o autor, deve-se adotar um “paradigma de desenvolvimento humano sustentável que coloque os seres humanos no centro do processo de desenvolvimento, que considere o crescimento econômico como um meio e não como um fim em si mesmo”. (GUIMARÃES, 2006, p.30). Para este pesquisador, o desenvolvimento humano sustentável respeita a integridade dos sistemas de suporte à vida no planeta. Trata-se, em síntese, de um paradigma que responde a um novo padrão civilizatório, a uma forma distinta de definir a articulação entre seres humanos e natureza. Um paradigma que responde também à necessidade de um novo padrão de relacionamento entre os próprios seres humanos.

Quando o desenvolvimento sustentável está em debate, surgem as mais diversas e surpreendentes constatações, como aquela registrada pelo relatório bianual produzido pela Ong WWF. De acordo com esse documento, “Cuba é o único país do mundo com desenvolvimento sustentável”. Apresentado em Pequim, em 25/10/2006, o relatório<sup>46</sup> provocou grande polêmica. Apresentou um gráfico onde se sobrepõem duas variáveis: o índice de desenvolvimento humano (estabelecido pela ONU) e a “pegada ecológica”, que indica a energia e os recursos naturais consumidos por pessoa em cada país. Surpreendentemente, apenas Cuba tem, nos dois casos, níveis suficientes de sustentabilidade que permitem dizer que é um país que cumpre com os critérios mínimos da sustentabilidade. O relatório afirma também que se os níveis de consumo continuarem os mesmos, por volta do

---

<sup>45</sup> GUIMARÃES, Roberto P. A Ecopolítica da sustentabilidade em tempos de globalização corporativa. In: As dimensões humanas da biodiversidade. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, Editora Vozes, 2006.

<sup>46</sup> Comentário sobre o relatório está disponível em: [www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index\\_noticias.asp?id=11457](http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=11457). e no site [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br). Acesso em 26/10/2006)

ano 2050 a humanidade estará consumindo recursos e energia equivalentes a dois planetas Terra.

Às vésperas de completar duas décadas de existência, o conceito de desenvolvimento sustentável, mesmo sem uma definição exata para o termo, já recebe propostas de mudança na sua denominação. Independente de permanecer com as mesmas duas palavras, ou ter acrescentada mais uma, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda tem um longo percurso pela frente até a sua consolidação. Poderá até, quem sabe, perder o adjetivo sustentável e voltar a ser apenas crescimento, com uma conotação bem mais abrangente do que aquela que define este termo atualmente.

Este novo século começou marcado pelo aumento da disparidade econômica entre ricos e pobres. Em função desse contexto, a Conferência de Johannesburgo, em 2002, também chamada de Rio+10, que tinha como objetivo central revisar os compromissos assumidos na Eco 92, foi muito mais um debate em torno do enfrentamento da pobreza do que de tratamento do meio ambiente natural. A agenda foi notadamente social. E este fato evidenciou uma verdade que estava escondida por trás da agenda verde: é difícil tratar de temas de longo prazo quando as mínimas condições de subsistência não estão garantidas. Não se trata de evitar que as populações que possuem territórios ainda preservados disponham de seu meio para obter maior bem-estar. Já está provado que o desenvolvimento a qualquer custo não vale a pena porque muitos danos ambientais são irreversíveis. Para Bursztyn & Bursztyn, 2006, a adjetivação sustentável ao substantivo desenvolvimento é algo passageiro. Segundo eles, “é de se esperar que, quando a sustentabilidade for característica e condição intrínseca ao processo, já não será mais necessária tal adjetivação; voltaremos ao “desenvolvimento””. (BURSZTYN, 2006, p.67). Mas para que isto aconteça, de acordo com os autores, serão necessárias duas condutas: reverter as práticas incompatíveis com a noção de sustentabilidade e apoiar iniciativas que estejam em consonância com os pilares do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável dificilmente seria realidade na região Amazônica onde a Operação Curupira desvendou quadrilhas que agiam há mais de dez anos, num processo de corrupção abrangente. O envolvimento de funcionários dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental em âmbito nacional e estadual – Ibama e Fema – com madeireiros, despachantes e empresários, facilitava a formação de redes de corrupção responsáveis pelo aumento exorbitante do índice de desmatamento da Amazônia. Esse cenário é incompatível com a sustentabilidade e com o desenvolvimento sustentável, tenha ele a nomenclatura que tiver.

## 2.1 O DESMATAMENTO

O desmatamento é um fenômeno de natureza complexa, que não pode ser atribuído a um único fator. A exploração seletiva e predatória de madeiras nobres funciona como uma espécie de porta de entrada para o desflorestamento. Milhares de quilômetros de estradas clandestinas são abertos na mata, viabilizando a expansão das migrações e da grilagem de terras públicas, assim como de projetos de colonização e de pecuária extensiva. Também há evidências de que a agricultura intensiva – especialmente a ligada ao agronegócio da soja - , mais capitalizada, tem contribuído para o desmatamento. Ocorre ainda, o desflorestamento sem qualquer critério, comandado pela corrupção, que permite desmatar em desacordo com a legislação ambiental vigente, e após explorar os produtos florestais, passa à queimada e posteriormente à agropecuária.

Em 1999 o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)<sup>47</sup> concluiu um estudo no qual criticou a abordagem dada aos problemas dos incêndios florestais e das queimadas na Amazônia, definindo-a como uma “emergência crônica”. Cinco anos depois, ao analisar o desmatamento na região, o mesmo instituto chegou à conclusão que “o desmatamento na Amazônia sofre do mesmo “emergencialismo”. A cada ano busca-se, de maneira geral, combater a derrubada das florestas sem que a raiz do problema seja atacada”. (ALENCAR, 2004, p.10). Apesar do debate e do esforço do governo brasileiro de buscar políticas de controle, o desmatamento continuava avançando a altas taxas anuais, até 2003, quando o desmatamento começou a ser reduzido. Isto, após a tomada de várias decisões, que veremos ainda neste trabalho.

No contexto de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, é importante diferenciar o “desmatamento legal”, realizado de forma produtiva, seguindo a legislação vigente e com finalidades apropriadas para as condições locais, daquele “desmatamento ilegal”, que além de não respeitar as leis ambientais, é utilizado para finalidades apenas especulativas ou atividades inapropriadas para as condições locais. Sem falar no desmatamento ilegal, acobertado pela corrupção e a fraude. As três principais formas de desmatamento na Amazônia são: a conversão de floresta em pastagens para a criação de gado, o corte e a queima da floresta para cultivos anuais pela agricultura familiar, e a implantação de cultivos de grãos pela agroindústria.

---

<sup>47</sup> Publicações do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia estão disponíveis em: <http://ipam.org.br>. Acesso em 21/10/2006.

Apesar de contar com inúmeros fatores, as três atividades predominantemente causadoras do desmatamento na Amazônia são: a pecuária, a agricultura familiar e, a causa mais recente: a agricultura mecanizada. A expansão do plantio mecanizado de grãos na região amazônica assumiu posição de destaque na dinâmica do desmatamento. “O avanço da soja na Amazônia, especialmente no Mato Grosso, tem sido impulsionado pelo aumento da demanda externa” (ALENCAR, 2004, p.12). O bioma mais afetado pela expansão da soja e da pecuária na Amazônia tem sido a floresta de transição, que ocorre nos Estados do Mato Grosso e Pará, mais especificamente numa zona entre a floresta densa e o cerrado do planalto central.

Foi nessa região que a Operação Curupira atuou descobrindo diversas formas de fraudes contra os mecanismos de comando e controle dos órgãos de defesa do meio ambiente. Nos vinte maiores municípios situados ao norte do Estado do Mato Grosso, como Sinop, Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Juína, Colniza, Colider e Aripuanã, o crescimento populacional anual vem apresentando incremento muito superior à média nacional<sup>48</sup>, que está em torno de 1,97%. Em Juína, por exemplo, localizada 724 quilômetros ao norte de Cuiabá, a taxa de crescimento anual de 2002 para 2003, foi de 4,23%. São municípios que expandiram as áreas plantadas de grãos, avançando sobre a floresta Amazônica.

A demanda pela expansão da soja e da pecuária está refletindo nos preços da terra, principalmente no Mato Grosso, que possuía um dos hectares de mais baixo preço do país no final do século passado. De acordo com levantamento realizado em 2003 a valorização da terra naquele Estado foi da ordem de 110% no período de 2001 a 2003. As regiões do Mato Grosso que registraram maior valorização nas áreas de pastagem foram: Nova Bandeirante/Nova Monte Verde, Guarantã/Matupá, e Colider/Alta Floresta. Essas áreas representam certamente as novas frentes de expansão da soja naquele Estado. (ANUALPEC, 2003)<sup>49</sup>. Ainda mais se levar em conta que o norte do Estado apresenta aproximadamente 50% de seu território com alto potencial para mecanização devido ao relevo plano e onde a cobertura vegetal é formada principalmente por florestas de transição, que guardam semelhança com o cerrado.

Evitar o desflorestamento desenfreado não é só missão do Estado, mas a iniciativa privada e o terceiro setor no Brasil, sentem-se desencorajados a tomar partido em favor do

---

<sup>48</sup> Tendo como fonte os censos do IBGE, a Secretaria de Planejamento do Mato Grosso sistematizou dados sócio-econômicos do Estado. Disponível em: [www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A\\_Deb09ef74ab9859e1574f1d2d20326f4INDICADORES%20SOCIAIS%20MT.pdf](http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_Deb09ef74ab9859e1574f1d2d20326f4INDICADORES%20SOCIAIS%20MT.pdf). Acesso em 20/10/2006.

<sup>49</sup> ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira. Disponível em: [www.fnp.com.br/prodserv/anuarios/index2.php](http://www.fnp.com.br/prodserv/anuarios/index2.php). Acesso em 21/10/2006.



meio ambiente, ao perceberem que os órgãos públicos, responsáveis pela gestão ambiental estão repletos de maus funcionários há mais de uma década. Registros do relacionamento mercenário de servidores do Ibama com madeireiros foram feitos pelo então secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger, antes mesmo de ser criado o Ministério do Meio Ambiente. Ao declarar que o “departamento do Ibama encarregado de florestas e madeira é uma sucursal de madeireiros, onde pilhas de guias em branco para extração eram entregues aos madeireiros...”(URBAN, 2001, p.86), o secretário foi demitido pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Esta situação de corrupção generalizada dentro do principal órgão de comando e controle da gestão ambiental do país permaneceu por mais de dez anos e começou a mudar a partir da deflagração de operações de investigação, que em novembro de 2006 somavam 13, e cuja primeira a contar com a participação da Polícia Federal e do Ministério Público, foi a Curupira, objeto de estudo desta dissertação.



Gráfico 1 – Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal. Fonte: MCT/INPE <sup>50</sup>

Para detalhar o gráfico acima, construímos uma tabela 1- Desmatamento na Amazônia Legal - mostrando a extensão territorial desflorestada ano a ano no período de 2000/2001 a 2005/2006. A medição era feita de agosto ao mesmo mês do ano posterior, com dados fornecidos pelo MCT/INPE. Atualmente os cálculos podem ser realizados com menor espaço de tempo, pois os números são disponibilizados quase em tempo real. Para o

<sup>50</sup> Gráfico disponível no site do Inpe: [www.inpe.br](http://www.inpe.br). Ou diretamente no endereço: [www.inpe.br/noticias/noticia.php?cod\\_noticia=856](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?cod_noticia=856). Acesso em 07/11/2006.

período 2005/2006 os dados não estão consolidados, o que se apresenta é apenas uma estimativa.

Período	Área desflorestada (em quilômetros quadrados)
2000/2001	21.166
2002/2003	24.865
2003/2004	26.140
2004/2005	18.967
2005/2006	13.100

Tabela 1 - Desmatamento na Amazônia Legal

Fonte: MCT/INPE

O governo brasileiro trabalha com dados do seu instituto, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que utiliza a metodologia do Projeto Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite). Desde 1988 o Inpe vem produzindo estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia Legal. A partir de 2002, essas estimativas estão sendo produzidas por classificação digital de imagens LANDSAT e de outros satélites. O Projeto Prodes é financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e conta com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama.

Conforme pode ser observado no gráfico 1 e na tabela 1, a estimativa de desmatamento da Amazônia Legal para o período de agosto de 2005 a agosto de 2006 aponta para uma queda de aproximadamente 30% do desmatamento em relação ao período 2004/2005. Foram analisadas 34 imagens de onde ocorreram 67% do desmatamento no período 2004-2005. A taxa calculada, a partir destas imagens, foi de 8.836 quilômetros quadrados. Com estes dados o Inpe estima que a extensão territorial desmatada seja de 13.100 quilômetros quadrados no período de agosto 2005/06, com uma margem de erro de 10%. Se confirmada esta estimativa, a taxa de desmatamento registrada na Amazônia Legal seria a segunda menor, desde que o Inpe iniciou esse tipo de levantamento anual, em 1988. E a segunda menor após o vexame de 2003, quando a Amazônia perdeu 26.140 quilômetros quadrados de florestas. Esta estimativa de desmatamento apresentada não representa nem de longe o percentual almejado, mas pelo

menos já corresponde a pouco mais do que o Estado do Mato Grosso desmatou sozinho em 2003, que foram 12 mil e quinhentos quilômetros quadrados.

O governo antecipou a divulgação, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), para 26 de outubro de 2006 – três dias às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais - a divulgação, em clima de comemoração, dos dados do desmatamento no país. A antecipação ocorreu porque havia a intenção de apresentar dados recentes durante a 12ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, da ONU, ocorrida em Nairóbi, no Quênia, de 6 a 17 de novembro de 2006. Os números consolidados devem ser divulgados oficialmente em dezembro de 2006.

O governo federal credita a queda do índice de desmatamento às operações de controle e fiscalização desencadeadas pelo Ibama/MMA em parceria com outros órgãos federais e os governos estaduais. As fiscalizações foram aperfeiçoadas com o uso simultâneo dos sistemas Prodes e Deter. Em entrevista<sup>51</sup> à assessoria de comunicação do Ibama, o diretor de proteção ambiental daquele instituto, Flávio Montiel, rebateu o argumento de que a queda de 30% no índice de desmatamento deve-se à retração da economia agropecuária. Ele sustenta que o IBGE detectou aumento da área plantada de lavoura temporária na Amazônia. Segundo o diretor, apenas o Mato Grosso aumentou de 64 mil para 87 mil quilômetros quadrados no período 2003-2005.

Enquanto o governo comemora a redução no índice de desmatamento na Amazônia o WWF Brasil, em seu relatório Planeta Vivo, divulgado<sup>52</sup> em 27/10/2006, alerta para o fato de que as reduções atuais são resultante daquilo que a Ong classifica de “várias iniciativas pontuais”. A secretária geral do WWF Brasil, Denise Hamú, em entrevista ao ICV, declara: “não podemos continuar reféns de conjunturas e ações pontuais para conservar a floresta Amazônica. Precisamos imediatamente fortalecer o plano de combate ao desmatamento”. Ela lembrou que a redução da taxa influi diretamente nas mudanças climáticas, porque, segundo a secretária, cerca de 75% das emissões brasileiras de gases causadores do efeito estufa são provenientes das queimadas feitas para desmatar. E quando esse índice é levado em conta o Brasil torna-se o 4º no ranking dos vilões do aquecimento global.

---

<sup>51</sup> Para ver matéria completa, publicada em 28/10/2006, acesse [www.ambientebrasil/noticias/index.php3?action=ler&id=27548](http://www.ambientebrasil/noticias/index.php3?action=ler&id=27548). Acessado em 29/10/2006.

<sup>52</sup> Matéria publicada em 27/10/2006. Disponível em [www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index\\_noticias.asp?id=11478](http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=11478). Acesso em: 29/10/2006.

O Instituto Socioambiental, em sua *newsletter* Notícias Sociambientais<sup>53</sup>, de 27/10/2006, ressalta que mesmo com a estimativa de redução do desmatamento apresentada, e mesmo apresentando uma taxa de redução do desmatamento acumulada pela administração petista de 52%, o governo Lula, ainda assim, ostenta o título de campeão do desflorestamento. Os estudiosos desta Ong elaboraram gráficos demonstrativos dos índices de desmatamento comparando-os com as duas gestões do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. De acordo com os estudos, a média anual do desmatamento no governo Lula foi de 21,7 mil quilômetros quadrados. Acima dos 19,2 mil quilômetros quadrados registrados no período de 1995 a 2002; número considerado já bastante alto. A verdade é que na tragédia do desmatamento na Amazônia não há vencedores nem vencidos. A perda das florestas nos governos, tanto FHC quanto Lula, já acumulam 222,6 mil quilômetros quadrados, quase o equivalente ao território do Reino Unido.

A redução das taxas de desmatamento nos dois últimos anos representa um avanço no que se refere às ações de controle implementadas, principalmente a partir de 2004. Há uma reversão de tendência e certamente as iniciativas governamentais estão relacionadas com reduções que, mesmo localizadas, são significativas no cálculo total da devastação. Mas ainda que fossem mantidos os 13.100 quilômetros quadrados estimados para o período de 2005/2006, este patamar é altíssimo. Fazendo comparações chegamos às seguintes proporções: 13 mil quilômetros quadrados em um ano significam uma média de desflorestamento de mais de 36 quilômetros quadrados por dia, ou 1,5 quilômetros quadrados por hora. Fazendo analogias, esses 13 mil quilômetros quadrados equivalem a cinco campos de futebol devastados por minuto, durante os 365 dias analisados. Em quatro anos, são 16,6 milhões de campos de futebol, o equivalente ao território da Áustria<sup>54</sup>, de acordo com cálculos do Jornal do Meio Ambiente.

O debate sobre o desmatamento foi intensificado a partir do início de novembro de 2006, às vésperas da 12ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, (COP 12) da ONU, ocorrida em Nairóbi, no Quênia, de 6 a 17 de novembro. Não há como pensar em mudanças climáticas sem ter em mente, o desmatamento como uma das principais causas. Na semana que antecedeu a COP 12 foi divulgado<sup>55</sup> em Londres, o Relatório Stern, encomendado pelo

---

<sup>53</sup> Ver matéria completa no [www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2348](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2348). Acesso em 28/10/2006.

<sup>54</sup> Informações mais detalhadas no endereço: [www.inpe.br/noticias/clipping/img/clip06112006\\_01a.jpg](http://www.inpe.br/noticias/clipping/img/clip06112006_01a.jpg). Acesso em 07/11/2006.

<sup>55</sup> Matéria completa sobre o assunto em: [www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA/index\\_noticias.asp?id=11502](http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA/index_noticias.asp?id=11502). Publicada em 31/10/2006. Acesso em 03/11/2006

governo do Reino Unido. O estudo de 700 páginas foi executado pelo economista Nicholas Stern. O relatório procura quantificar os custos econômicos das mudanças climáticas e chega à conclusão de que catástrofe econômica, semelhante a uma guerra mundial, seria o resultado das mudanças climáticas. De acordo com o autor do relatório, “o custo final de mudanças climáticas descontroladas ficaria em torno de 5% a 20% do PIB mundial a cada ano”. No entanto, afirma o relatório, agir agora para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, custará apenas 1% do PIB mundial a cada ano. Simultaneamente à divulgação do relatório, o Reino Unido também anunciou a nomeação do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, como assessor para a luta contra a mudança climática, na qual a Inglaterra parece pretender ser liderança mundial.

Conforme pretendia, o Brasil apresentou<sup>56</sup> na 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP 12), a proposta de criação de um mecanismo de incentivo para países em desenvolvimento que reduzirem seus índices de desmatamento. A sugestão é de criação de um fundo, financiado voluntariamente por países ricos, para beneficiar os países em desenvolvimento. O valor arrecadado seria rateado proporcionalmente à redução de emissões conquistada. Não há definição de compromissos de nenhuma das partes, o sistema tem caráter voluntário. A iniciativa está amparada na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que estabelece o compromisso dos países desenvolvidos de apoiar os países em desenvolvimento na redução de suas emissões de gases de efeito estufa.

No entanto, a apresentação não surtiu o efeito esperado. A tentativa de integrar a proteção das florestas tropicais, às discussões sobre mudanças climáticas não deu certo. Os principais envolvidos no tema não estavam presentes. A exposição da ministra do meio ambiente, Marina Silva na quarta-feira, 15 de novembro, ficou esvaziada. O assunto não foi tratado abertamente pela imprensa, mesmo porque quase nenhum veículo de comunicação enviou correspondente à África para cobrir a COP 12. Na Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais (RBJA)<sup>57</sup>, onde há profissionais que estiveram fazendo cobertura da conferência,

---

<sup>56</sup> Na data de 19/10/2006 foi publicado no *site* do MMA, matéria intitulada “Ministra apresenta a Al Gore mecanismo para compensar redução no desmatamento”. Portanto, naquela data ainda não havia ocorrido a COP 12. Os dados a que nos referimos, disponíveis na página do MMA na internet, referem-se apenas à proposta que foi apresentada posteriormente na COP 12, e que havia sido exposta pela Ministra Marina Silva, ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, quando de sua vinda ao Brasil para lançamento de livro de sua autoria. Matéria sobre o assunto está disponível no *site*: [www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=2859](http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=2859). Acesso em 19/10/2006.

<sup>57</sup> A discussão em torno da proposta do Brasil apresentada na COP 12 ocorreu nos dias 16 e 17/11/2006 e pode ser solicitada para leitura por meio do e-mail: [jorn-ambiente@yahoogrupos.com.br](mailto:jorn-ambiente@yahoogrupos.com.br).

em Nairóbi, surgiram algumas conjecturas a respeito do ocorrido. De acordo com membros da rede, o Itamaraty não havia agendado a fala da ministra na COP 12 para a exposição da proposta brasileira.

Ainda de acordo com o que foi discutido na RBJA, esse “esquecimento” do Itamaraty em agendar a fala da ministra teria sido proposital. Isto porque, seria interesse do próprio governo brasileiro “esconder” a fala da ministra e deixar o Brasil apagado na conferência. Isto, para evitar críticas pelo fato de não querer assumir metas de redução da emissão de gases de efeito estufa pós 2012, quando será iniciado o novo período de compromisso do Protocolo de Kyoto. Segundo matéria publicada em 17/11/2006 no *site* da Envolverde<sup>58</sup>, 75% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ao contrário dos países ricos que têm como fonte a queima de combustíveis, neste país são provenientes do desmatamento. E mesmo com as ações desencadeadas a partir da Operação Curupira para inibir o desmatamento, os índices continuam altíssimos.

O governo brasileiro vai insistir nessa proposta de criação de um fundo para beneficiar países com redução de índice de desmatamento sem estabelecer metas. Uma nova rodada de discussões ocorrerá durante workshop da Convenção de Mudanças Climáticas a ser realizado em abril de 2007. A proposta brasileira tem especial interesse de países detentores de grandes florestas tropicais, como Costa Rica, Papua Nova-Guiné e República Democrática do Congo. Caso seja aprovado, esse fundo proporcionaria uma situação confortável ao Brasil, que poderia continuar praticando a agricultura graneleira mecanizada, avançando floresta adentro, e reduzindo minimamente o desmatamento. Como os índices de desflorestamento na Amazônia são estratosféricos, reduções de 30%, o meio ambiente não suporta. É infinitamente pouco.

## **2.2 SISTEMAS DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO**

A organização de informações ambientais em bancos de dados informatizados é prática constante nos diversos órgãos de meio ambiente do mundo. E no Brasil não é diferente. Os bancos de dados são diversos, variando na quantidade de informações e tecnologia dentro da administração pública federal, estadual e municipal. Dentre as informações ambientais armazenadas, estão aquelas relacionadas ao desmatamento da Amazônia Legal. O aumento do

---

<sup>58</sup> A matéria completa pode ser lida no endereço: [www.envolverde.com.br/materia.php?cod=24753&edt=](http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=24753&edt=) .

desmatamento nessa região vem desencadeando ações governamentais para monitoramento e controle.

Dos sistemas existentes, até o ano de 2004, relacionados ao desmatamento na Amazônia, destacavam-se 6. São eles: 1) Projeto de estimativa de desflorestamento da Amazônia/Instituto Nacional de pesquisas espaciais (Prodes/Inpe) – os dados são disponibilizados gratuitamente via internet por meio do uso de satélite de baixa resolução, pelo projeto Deter; 2) Sistema integrado de monitoramento e controle dos recursos e produtos florestais (Sisprof) – desenvolvido pelo Ibama, o sistema possui considerável número de informações cadastrais, no formato alfanumérico, mas sem estar aliado a uma ferramenta de geoprocessamento; 3) Ato declaratório ambiental (ADA); documento emitido pelo Ibama, com cópia para a Receita Federal, que reduz o Imposto Territorial Rural (ITR), conforme o tamanho de Reserva Legal declarada como conservada. No ADA são discriminadas importantes informações sobre o proprietário rural e sua propriedade; 4) Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade rural (SLAPR) – desenvolvido pela antiga FEMA/MT(Fundação Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso), atual secretaria estadual do meio ambiente, para monitorar e apoiar o controle do desmatamento em propriedade rural; 5) Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) – sistema cadastral em aperfeiçoamento pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pelo qual as propriedades rurais serão georreferenciadas com precisão de 50 centímetros; e 6) Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) – desenvolvido pelas Forças Armadas, que também elaborou base cartográfica digital na escala de 1:250.000, disponibilizada aos órgãos estaduais do meio ambiente. (MMA, 2006).

A partir de 2004 entrou em operação O DETER – Sistema de detecção do desmatamento em tempo real do Governo, criado pelo Inpe, a pedido do MMA. Propunha atualizar os dados mensalmente, mas desde o início do seu funcionamento, não tem conseguido. Utiliza imagens dos satélites americanos *Modis* para monitorar a floresta e guiar a fiscalização do Ibama. Só consegue detectar desmatamentos acima de 20 hectares.

Outro sistema mais recente é o SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento, criado pela ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), do Pará. É o primeiro sistema independente para monitorar o desmatamento em tempo real, por meio de imagens de satélite. O novo sistema, lançado em 11 de outubro de 2006, pretende disponibilizar na internet, dados sobre o desmatamento, atualizados mensalmente. Detecta desmatamentos a partir de 5 hectares. Foi firmado um Termo de Cooperação Técnica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso com as Ongs que criaram o Sistema de Alerta de Desmatamento

(SAD) – Instituto do Homem e Instituto Centro de Vida. “Este termo deve instrumentalizar o Ministério Público para agilizar a responsabilização dos infratores. Além de ser uma mostra de controle social e transparência nas atividades”, declarou o promotor público Gerson Barbosa, responsável pelo termo no MP, em entrevista<sup>59</sup> à assessoria de comunicação do ICV.

Uma equipe formada por trabalhadores do Ministério do Meio Ambiente e Ibama, com a colaboração de órgãos estaduais de meio ambiente e outras instituições públicas, avaliou os sistemas de controle do desmatamento existentes até 2004, antes da implantação do DETER, e chegou à conclusão de que falta compartilhamento dos dados gerados por todos os sistemas. Com o objetivo de solucionar esse problema, técnicos elaboraram e apresentaram a proposta de implantação do SISCOM (Sistema Compartilhado). E o primeiro passo para a sua implantação foi dado com a inauguração do Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama. Em seguida, ocorreu a inclusão do Siscom no Plano Interministerial de Combate ao Desmatamento, “no qual foram reservados aproximadamente R\$ 6,6 milhões para elaboração e criação do Siscom” (MMA, 2006, p.133).

O Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais – SLAPR, operado pela SEMA, incorporou a tecnologia de sensoriamento remoto e a proposta de integração das atividades de monitoramento, licenciamento e fiscalização. Mesmo com toda a tecnologia e pioneirismo, o SLAPR não foi eficaz no sentido de evitar os desmatamentos ilegais no Estado, tendo em vista que o MT foi líder em desmatamento no período de 2003/2004. A ineficácia do SLAPR não ocorreu por falta de recursos financeiros, já que para a sua estruturação e operacionalização o sistema recebeu verba de diferentes programas do governo federal, como o Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso – Prodeagro, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 e do Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento – Proarco. Além dos recursos provenientes do governo federal, o SLAPR arrecada também com a cobrança de taxas de serviços para expedição e renovação das licenças ambientais.

Um estudo sobre a eficácia e a eficiência do SLAPR encomendado pelo MMA ao ISA (Instituto Socioambiental) e ao ICV (Instituto Centro de Vida) e publicado como parte da “série estudos, nº 7”, constatou que “foi observada falta de transparência na gestão financeira do SLAPR, além da aplicação de recursos arrecadados com taxa de licenciamento em outras

---

<sup>59</sup> Matéria disponível em: [www.icv.org.br](http://www.icv.org.br). Publicada em 10/10/2006. Acesso em 11/10/2006.



atividades da Fema, não relacionadas ao sistema de licenciamento”. (MMA, 2006, p.20). Além da má gestão dos recursos financeiros, o SLAPR, de acordo com o estudo, não possibilita o compartilhamento das informações com parceiros dos governos estadual e federal, assim como é total a ausência de mecanismos de acesso da sociedade e inexistem metas e indicadores de avaliação de desempenho das atividades e resultados. Com esta publicação evidenciou-se que o acesso público às informações contidas no SLAPR é um aspecto determinante para o funcionamento eficaz do sistema.

Dissertação de mestrado na UFMT, defendida pelo geógrafo Frederico Muller<sup>60</sup>, ex-secretário de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso na gestão anterior ao governo Blairo Maggi, em 18/09/2006, defende o SLAPR como um responsável pela redução do índice de desmatamento. Mas para o pesquisador, o funcionamento adequado desse sistema depende de vontade política, o que segundo ele, faltou na gestão do governador Blairo Maggi. O ex-secretário mostrou em números que a média do desmatamento no Mato Grosso foi de mais de 1 milhão e duzentos mil hectares entre 1993 e 1999, tendo caído pela metade entre 2000 e 2002, período de início de utilização do SLAPR. No entanto, “no primeiro ano do governo Maggi, a falta de estratégia da antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) permitiu que o estado atingisse o recorde de 1 milhão e 858 mil hectares em 2003”(MULLER, 2006).

Posições políticas à parte, o que fica evidente é que a Operação Curupira trouxe à tona a ineficácia dos sistemas de monitoramento do desmatamento e a fragilidade do seu controle. O envolvimento de funcionários públicos, tanto do governo federal como estadual, com a corrupção, proporcionou o enriquecimento ilícito dos mesmos e a devastação da Amazônia. Na verdade, não deveríamos estar falando mais em reduzir o desmatamento. Este já deveria ser zero há mais de uma década. No momento em que o governo comemora redução do desmatamento com estimativas de 13.100 quilômetros quadrados desmatados no período 2005/2006, deveria estar elaborando políticas públicas que visem à recomposição das florestas destruídas.

O Brasil está em situação ruim perante o resto do mundo no que diz respeito ao desmatamento, de acordo com pesquisa publicada em novembro de 2006 na revista científica “*Proceedings of the National Academy of Sciences*” porque continua perdendo muita biomassa e área florestal. A referida pesquisa<sup>61</sup> utilizou uma nova técnica para medir o estado

---

<sup>60</sup> Comentários sobre a dissertação de mestrado de Frederico Muller estão disponíveis em: [www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index\\_noticias.asp?id=11230](http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=11230). Acesso em 25/09/2006.

<sup>61</sup> Notícia sobre a pesquisa foi divulgada em 16/11/2006, e está disponível em: [www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=27858](http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=27858). Acesso em 17/11/2006.

das florestas no mundo, desenvolvida por equipe internacional de pesquisadores, que mede o volume de madeira, de biomassa e de carbono; deixando de considerar apenas a área coberta por árvores para medir o desflorestamento. Os dados da nova metodologia, chamada de Identidade Florestal, de acordo com Pekka Kauppi, um dos autores do estudo, oferecem uma visão mais sofisticada do que estudos anteriores. O Brasil não faz parte da maioria dos cinquenta países de maior cobertura florestal, onde as perspectivas de redução do desmatamento são otimistas. A taxa anual de desflorestamento é muito alta.

O desmatamento no Brasil apresenta índices altíssimos e anda de braços dados com a corrupção. A Organização Não Governamental Transparência Internacional divulga anualmente um *ranking* dos países onde a percepção de corrupção é maior. E em 2006 a percepção cresceu neste país. Isto demonstra que pouca coisa mudou no período de um ano, após a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Em 14 de dezembro de 2005 o Brasil participou dessa convenção e ratificou o documento, que foi o primeiro instrumento internacional anticorrupção juridicamente vinculante, ou seja, que obriga o cumprimento. Esse texto traz uma série de normas a serem adotadas pelos países ratificantes. Em entrevista à Revista do Terceiro Setor<sup>62</sup> o representante do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), Giovani Quaglia, afirmou que ainda é cedo para dizer se o combate à corrupção, por meio dessa Convenção trouxe resultados positivos. Segundo ele, “em 2006 foram tomadas algumas medidas pela Controladoria Geral da União (CGU) para aperfeiçoar os controles, mas a programação vai até 2009. O Legislativo ainda tem coisas por fazer, como terminar a aprovação da Convenção”.

### **2.3 A AMAZÔNIA MATOGROSSENSE**

A Amazônia envolve, além do Brasil, sete outros países, dos quais, fora o Equador, todos fronteiriços: Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname, e outro, a Guiana Francesa, conhecida por seu *status* colonial. A Amazônia perfaz uma extensão territorial de 6,5 milhões de quilômetros quadrados; o que corresponde a 40 por cento da América do Sul, e tem uma população de 260 milhões de habitantes. Constitui a parte do planeta com a maior diversidade biológica – em floresta e cursos d’água -, com grandes extensões de terras ainda não alteradas. Devido à sua continentalidade, a Amazônia tem peso e grandiosidade universal.

---

<sup>62</sup> <http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDasecao.htm>. Acesso em 15/12/2006.

Somente na Amazônia brasileira encontram-se 40 mil espécies de plantas, 427 tipos de mamíferos, 1.294 espécies de pássaros, 378 répteis e 427 anfíbios.<sup>63</sup>

“A Amazônia Legal é uma expressão criada pela Constituição de 1946, em seu artigo 199. Inspirada em critérios políticos e geográficos, a Amazônia Legal foi regulamentada pela Lei 1/806, de 1953”. (PROCÓPIO, 2005, p.239.). Atualmente abrange os estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia. É uma região estratégica para o país, que corresponde a 61% do seu território nacional, e onde coexistem fronteiras de vários tipos: móvel, demográfica, econômica, científica, internacional, de capital natural e geopolítica, entre outras.

“É o novo significado da geopolítica, que não mais atua na conquista de território, mas sim na apropriação da decisão sobre o seu uso” (BECKER, 2004, p.21). Diferente do que ocorreu no século passado, quando prevaleceram políticas de incentivo à ocupação do território amazônico, neste novo milênio politiza-se a questão ambiental com atores interessados na preservação da natureza, desenvolvendo projetos voltados para um padrão de desenvolvimento sustentável e insuficientemente divulgados pela mídia. Ao contrário do estardalhaço feito quando a Amazônia é alvo de investigação policial, como foi o caso da Operação Curupira, estudado nesta dissertação de mestrado.

A região analisada, a Amazônia Matogrossense, é parte da Amazônia Legal, com ênfase para o Estado do Mato Grosso, onde estavam concentrados os atores sociais deste estudo de caso. Mato Grosso ocupa posição geopolítica estratégica em relação às Américas. É o centro da América do Sul e o Portal da Amazônia. Com uma extensão territorial de 901.420 quilômetros quadrados, representa 10,55% do território nacional e pertence à região Centro-Oeste, sendo que 50 dos seus 141 municípios que estão localizados ao norte do Estado pertencem à Amazônia Legal<sup>64</sup>. Samuel Benchimol<sup>65</sup> trabalha com a divisão da Amazônia em três macrorregiões: Arco do povoamento Adensado, Amazônia Central e Amazônia Ocidental. A região do Mato Grosso que pertence à Amazônia integra a região do arco do povoamento adensado, correspondente a parte do Acre e do Amapá, além dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Amapá. (BENCHIMOL, 2002).

---

<sup>63</sup> Fonte: Conservação Internacional Brasil. Disponível em: [www.conservation.org.br/como/index.php?id=11](http://www.conservation.org.br/como/index.php?id=11). Acesso em 09/07/2006.

<sup>64</sup> Informações detalhadas podem ser obtidas no site da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. Endereço: [www.seplan.mt.gov.br](http://www.seplan.mt.gov.br). Acesso em 15/07/2006.

<sup>65</sup> BENCHIMOL, Samuel, Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – cenários, perspectivas e indicadores. Manaus, Editora Valer, 2002.

A capital do Estado, Cuiabá tem uma população estimada para 2003, em 508.156 habitantes. Em termos hidrográficos, a maior parte do território pertence à bacia Amazônica, ficando a pequena parte do sul ligada à bacia Platina. Mato Grosso é um Estado biologicamente diverso, apresentando dentro de seus limites territoriais, características de vegetação dos biomas Cerrado, Amazônia, Pantanal e área de transição Amazônia-Cerrado. A porção puramente Amazônica do Estado é formada por grandes áreas descontínuas no norte, ao longo das fronteiras com os Estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Tocantins, com uma extensão territorial de 406.736 quilômetros quadrados, que correspondem a aproximadamente 45% da área total do Estado. Os mato-grossenses convencionaram chamar essa região de “Nortão”, onde a maior cidade é Sinop, com mais de 85 mil habitantes. Exceto Sinop, entre os cinquenta municípios que formam a Amazônia Mato-Grossense, cinco - Colider, Juína, Alta Floresta, Sorriso e Juara - possuem mais de 30 mil habitantes. (MATO GROSSO, 2004).

A ocupação territorial do Estado não foi diferente da história do desenvolvimento brasileiro. O ouro e as pedras preciosas deram origem à exploração de grande parte do território nacional, e conseqüentemente dos sertões mato-grossenses. O trabalho de exploração estabeleceu pilares fundamentais na história de Mato Grosso, mas a atividade agropecuária desenvolveu-se paralelamente, pois tinha a função de abastecer a população. Foi um estado diretamente contemplado pela política do então presidente Getúlio Vargas, denominada de “marcha para o oeste”. A agricultura foi a base dessa política de colonização e povoamento, que se acelerou a partir da década de 60. A região oeste foi colonizada basicamente por mineiros, goianos e nordestinos, em busca de diamantes, pastagens e outros fontes de riqueza. Uma outra iniciativa desse mesmo presidente da República, denominada de “marcha para o norte” levou à região norte do Estado gaúchos, catarinenses e paranaenses. Nessa região predominou a extração de madeira e ouro. (PPA 2004/2007)<sup>66</sup>.

A Amazônia Mato-Grossense é uma área com dinamismo superior ao sul pantaneiro e o seu entorno próximo. Porém, com menor dinamismo do que a área do cerrado e a de transição entre cerrado e Amazônia. No entanto, seu significado é cada vez maior na formação socioeconômica estadual. Esta grande região do Estado continua com crescimento influenciado pelas forças econômicas que, a partir da “revolução produtiva do cerrado”, são os vetores direcionadores do processo de desenvolvimento estadual. Mato Grosso deixa cada vez mais de ser um Estado com características de puro Centro-Oeste ou “pantaneiro-cerrado”,

---

<sup>66</sup> O Plano Plurianual – PPA 2004/2007 está disponível no site oficial do governo do Mato Grosso: [www.mt.gov.br/seplan](http://www.mt.gov.br/seplan). Acesso em 15/07/2006.

para tornar-se um Estado mais amazônico. O processo de ocupação e de desenvolvimento parece ter esgotado o movimento leste-oeste. Nas últimas décadas acentuou-se em Mato Grosso o movimento migratório campo-cidade, como resultado da substituição das pequenas lavouras por grandes plantações mecanizadas, o que influencia no processo de urbanização<sup>67</sup>. A projeção populacional para todo o Estado no ano de 2005 era de 2.803.274 habitantes.

A apropriação das terras no Mato Grosso geralmente foi acompanhada de uma rápida conversão em plantios, incentivada pelos preços das *commodities*<sup>68</sup> agrícolas, especialmente soja, arroz e milho, que na década de 90 chegaram a patamares elevados. O movimento especulativo também mobilizou grande contingente de produtores de gado bovino, intensificando um processo de ocupação pela pecuária, que expandiu estruturalmente no norte do Mato Grosso. O setor madeireiro também foi intensificado no seu movimento migratório estrutural pela onda especulativa que mobilizou o setor na busca de formação de estoques de matérias-primas. “Os três segmentos - madeira, gado e agronegócio, em seu conjunto -, foram os responsáveis pela elevação dos índices de desmatamento e ocupação desordenada das florestas”. (BRASIL, 2006, p.44).

O Estado do Mato Grosso gera superávit na balança comercial. Em agosto de 2006 o saldo foi de 2,7 bilhões de dólares, valor 7% acima ao do mesmo período de 2005, que ficou em 2,5 bilhões. Está na décima posição do *ranking* nacional dos maiores exportadores<sup>69</sup>, apesar de ter apresentado uma queda no crescimento das exportações no período 2005/2006. O Mato Grosso amargou uma perda de 300 milhões de reais no último ano devido à queda na cotação do dólar de 8,9% no período. De acordo com o consultor econômico da Fiemt (Federação das Indústrias no Estado do Mato Grosso), Carlos Vitor Timo<sup>70</sup>, o Estado registrou uma significativa queda no crescimento das exportações, mas mesmo assim, continua líder entre os Estados da região Centro-Oeste, que representa um total de 5,81 do montante exportado pelo país anualmente. Mato Grosso contribui com 57% de toda a exportação da região, seguido de Goiás, com 29%, Mato Grosso do Sul com 12% e Distrito

---

<sup>67</sup> Ver mais estatísticas e dados numéricos no site do IBGE: [www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=MT](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=MT). Acesso em: 17/07/2006.

<sup>68</sup> Commodities: mercadorias . De acordo com: KLETT, Ernst. Dicionário Escolar Inglês-Português, São Paulo, Martins Fontes Editora, 2005.

<sup>69</sup> Informações detalhadas sobre o comportamento da economia matogrossense nos últimos anos podem ser obtidas no endereço: [www.sonoticias.com.br](http://www.sonoticias.com.br). Pesquisar data de publicação: 20/10/2006. Acesso em 20/10/2006.

<sup>70</sup> Entrevista com Carlos Vitor Timo foi publicada em 20/10/2006 no site: [www.sonoticias.com.br](http://www.sonoticias.com.br). Acesso em 20/10/2006.

Federal com 0,89%. Para este consultor, Mato Grosso demonstrou no último ano queda nas exportações de soja, madeira, milho, carne e milho. O Mato Grosso tem também o maior rebanho bovino da Amazônia, registrando 27 milhões de cabeças em 2005.

2006, ao que tudo indica não está sendo um bom ano para os sojicultores do Mato Grosso. Por este motivo, os maiores produtores de soja já anunciaram redução da área plantada em substituição por outras culturas. Arroz e algodão devem ser os sucessores da soja em grande parte da área anteriormente destinada à soja. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) estima que a área plantada da oleaginosa em 2006/07 deve ser 15% inferior à safra passada, caindo para 5 milhões de hectares<sup>71</sup>. A área plantada de soja no Estado no período 2004/05 era de 6,1 milhões de hectares. Na safra seguinte: 2005/06 essa área caiu para 5,9 milhões de hectares, segundo dados da Associação dos Produtores Rurais do Estado do Mato Grosso (Aprosoja)<sup>72</sup>.

O diretor da Aprosoja, Paulo Resende, enumera algumas possibilidades para a queda da produção de soja no Mato Grosso: o preço do dólar, que caiu de uma média de R\$ 3,00 para R\$ 2,00 depois que os agricultores já haviam se endividado no preço antigo do dólar, o que elevou os custos de produção em aproximadamente 28%. Houve também uma desvalorização do preço da soja em torno de 17% por saca no Brasil após a recuperação da safra sojeira nos Estados Unidos. O mesmo fenômeno observado no Mato Grosso deverá ocorrer em Rondônia, estado vizinho que também registrou queda no índice de desmatamento previsto para 2005/06 e onde esteve concentrada a Operação Curupira 2.

Mesmo após a Operação Curupira e as demais operações policiais deflagradas para investigar fraudes relacionadas ao desmatamento com vistas à agricultura mecanizada, o governo continua investindo pesado no agronegócio.

“A expansão sojeira apresenta-se como escolha consciente do modelo democrático de crescimento econômico periférico aplicado na Amazônia. Priorizando exportação de *commodities*, a política agrícola do menor esforço transformou florestas e cerrados em mercadoria a vender no mercado.”. (PROCÓPIO, 2005, p.326).

A agricultura graneleira e a pecuária têm papel preponderante na dinâmica do desmatamento no Mato Grosso. A velocidade do aumento do rebanho bovino e da área

---

<sup>71</sup> Ver matéria publicada no Valor Econômico de 05/10/2006. Disponível em: [www.valor.com.br/Acesso](http://www.valor.com.br/Acesso) em: 05/10/2006.

<sup>72</sup> Dados disponíveis em [www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index\\_noticias.asp?id=11482](http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-index_noticias.asp?id=11482). Acesso em 29/10/2006.

cultivada no Estado, principalmente na região de transição entre cerrado e Amazônia, acompanham os índices de desflorestamento. Certamente que a desaceleração da expansão desses setores, ocorrida em 2005 e 2006 refletiu diretamente na demanda pela abertura de novas áreas, causando redução nos índices de desmatamento. O peso exato do fator econômico sobre a derrubada da floresta, no entanto, somente poderá ser melhor avaliado quando da retomada do crescimento do setor agropecuário. O Brasil é o maior exportador mundial de carne e soja<sup>73</sup>. Os dois produtos foram responsáveis por cerca de 43 bilhões de dólares gerados pela exportação do segmento agropecuário brasileiro de 2005<sup>74</sup>. Cerca de 46% da produção nacional de soja em grão e 25% da carne são exportados. Os preços nacionais, tanto da produção quanto dos insumos, também são influenciados pelo mercado internacional. Portanto, a pujança dos dois setores cresceu em paralelo a sua vulnerabilidade em relação às variações da cotação do câmbio e das *commodities* fora do país.

Passadas as eleições presidenciais, com a garantia da permanência por mais quatro anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começa a dar sinais de que pretende liberar a ampliação da área plantada na Amazônia. A aproximação entre o presidente Lula e o principal símbolo do agronegócio, o governador Mato Grosso, Blairo Maggi, é o primeiro sinal claro dessa possibilidade. Reeleito no primeiro turno com mais de um milhão de votos, ou seja, 922.765 votos, o que representa 65,39% dos válidos no Estado, Blairo Maggi anunciou apoio à reeleição do presidente Lula no segundo turno, contrariando decisão do seu partido, o PPS, do qual foi expulso e continua sem partido.

Numa conversa no Palácio do Planalto, logo após o primeiro turno das eleições de outubro de 2006, o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi assegurou a obtenção de três bilhões de reais para o agronegócio, sendo um bilhão para o seu Estado e dois bilhões para o restante do país. A garantia de liberação do dinheiro foi feita pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff<sup>75</sup>. Desde a confirmação da reeleição, o presidente Lula vem protagonizando atos simbólicos a favor do grande capital do agronegócio. As cenas mais recentes ocorreram em 20 de novembro de 2006, quando o presidente visitou o reduto de

---

<sup>73</sup> Estatísticas e indicadores socioeconômicos disponíveis no site do IBGE: [www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php). Acesso em: 17/10/2006.

<sup>74</sup> Dados disponíveis no *site* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: [www.mapa.gov.br](http://www.mapa.gov.br). Acesso em 18/10/2006.

<sup>75</sup> Matéria sobre o assunto foi publicada em 13/10/2006 no endereço: [www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=223797](http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=223797). Acesso em 14/10/2006.

Blairo Maggi, pernoitando na fazenda do governador, localizada no município de Sapezal, distante 464 quilômetros de Cuiabá. Na terra de Maggi, o presidente Lula inaugurou quatorze quilômetros da BR 364 e fez discurso<sup>76</sup> a favor da retomada do crescimento do agronegócio.

Além de trecho de rodovia, o presidente Lula inaugurou também no Mato Grosso, unidade de biodieses da Usina Barralcool, no município de Barra dos Bugres. Nesse comício o presidente estava inspirado<sup>77</sup>. Após ter afirmado que “não tem nenhum sistema financeiro melhor do que o nosso”, listou como entraves ao desenvolvimento do país os ambientalistas, as licenças ambientais, os índios os quilombolas e o Ministério Público. O presidente excluiu a ministra do meio ambiente, Marina Silva, das críticas aos que entravam o crescimento do país ao afirmar que ela costuma dizer: “eu não estou aqui para proibir fazer, eu estou aqui para tentar discutir como fazer melhor, sem prejudicar o meio ambiente”. Nesse sentido, fica uma pista sobre a permanência da ministra no segundo mandato de Lula. Ela ficará enquanto for capaz de ceder, como aconteceu com o caso dos transgênicos.

Interessados em ampliar as áreas de grãos na Amazônia Matogrossense, os sojicultores pressionam o governo. No entanto a legislação permite o desmatamento de apenas 20% do total da propriedade rural para agricultura ou pecuária na região Amazônica. E nas áreas de transição, o percentual é de 50%. O apetite dos empresários do agronegócio pelas áreas de floresta é grande, e o *lobby* da categoria parece estar dando resultado. O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PC do B) em entrevista<sup>78</sup> declarou: “o país precisa rediscutir a presença do agronegócio na floresta, que o grão cultivado de forma responsável estimula o desenvolvimento. E os empresários instalados na região não podem ser tratados como criminosos”.

Se para expandir a fronteira agrícola no Mato Grosso for preciso retirar o Estado dos domínios da Amazônia Legal, os empresários estão dispostos a fazê-lo. E para liderar a campanha, eles elegeram um deputado federal. Homero Pereira, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato), foi o segundo deputado matogrossense mais votado nas eleições de outubro de 2006. O deputado recém eleito

---

<sup>76</sup> O Correio Braziliense publicou reportagem intitulada “Crise nos pegou de calça curta, diz Lula” em 22/11/2006. Parte do conteúdo pode ser lido no site: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br). Acesso em 22/11/2006.

<sup>77</sup> Cópia do discurso do presidente em Barra dos Bugres (MT) proferido em 22/11/2006, está disponível no site do Palácio do Planalto: [www.info.planalto.gov.br/exec/inf\\_discursosdata1.cfm](http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata1.cfm).

<sup>78</sup> Ver nota intitulada “Aldo defende soja na floresta” publicada em 22/11/2006 no Correio Braziliense. Disponível em: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br).



declarou<sup>79</sup> que defenderá na Câmara Federal a proposta de seu Estado deixar de ser considerado uma Unidade da Federação Amazônica. Ele afirmou: “a manutenção de Mato Grosso na Amazônia Legal acaba distorcendo os indicadores agropecuários e do desmatamento de toda a região”. A saída do Mato Grosso da Amazônia Legal faria com que o limite de Reserva Legal nas propriedades rurais caísse de 80% para apenas 20%. O deputado garante que este não é o motivo da mudança proposta por ele.

## 2.4 DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO CURUPIRA

No Estado do Mato Grosso, com o anúncio dos primeiros resultados da Operação Curupira, incriminando o titular da pasta do meio ambiente no Estado, o presidente da Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente), Moacir Pires, o chefe do Executivo, governador Blairo Maggi, se viu obrigado a tomar atitudes. E a primeira delas, foi trocar o comando do meio ambiente. Após extinguir a Fema, e criar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, assim como o FEMAM (Fundo Estadual do Meio Ambiente), por meio da Lei Complementar nº 214, aprovada pela Assembléia Legislativa daquele Estado e sancionada em 23/06/2005, o promotor de justiça, Marcos Machado foi nomeado para a pasta. Tido como um excelente administrador<sup>80</sup>, este funcionário já havia exercido o cargo de secretário de segurança pública, onde realizou uma boa gestão, segundo moradores de Cuiabá, que o consideram um “coringa” nos quadros do governo estadual.

Simultaneamente às mudanças, foram suspensos todos os processos de licenciamento ambiental e de planos de manejo em andamento. O documento federal que permitia o transporte de madeira, a ATPF, ficou sem validade no Estado, o qual criou um sistema próprio, informatizado, que foi denominado pela Sema, de Sistema Compartilhado de Fiscalização, ou CC-Sema (Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais) um serviço *on-line* que permite ao Estado o controle completo sobre a comercialização da madeira, desde o momento que a árvore é extraída da floresta, até a sua venda. E para o seu transporte, o sistema emite a Guia Florestal – GF, em substituição à ATPF. Esse sistema compartilhado foi desenvolvido em conjunto pela Sema, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, é inédito no país e foi chamado de olho eletrônico ambiental de Mato Grosso. Por

---

<sup>79</sup> Matéria sobre o tema intitulada “Desmatamento na Amazônia e agronegócio” foi publicada em 13/11/2006 e está disponível em: [www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2357](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2357). Acesso em 13/11/2006.

<sup>80</sup> Ver no anexo 1 entrevista com o Promotor de Justiça, Gerson Barbosa. Pergunta nº 7.

meio do Sistema de Detecção em Tempo Real (DETER), que funciona via satélite, é possível cruzar informações que faça a distinção entre desmatamento ilegal e autorizado.

Em poucos meses de funcionamento o CC-Sema provou ser bastante eficiente na produção de informações precisas sobre os cadastrados, mas ineficaz, quando não há controle sobre quem opera o sistema. Foi detectada fraude<sup>81</sup> que estava permitindo a inserção de créditos fictícios de madeira em nome de usuários que não tinham direito, era cometida por funcionários terceirizados da Sema. A notificação da fraude levou promotores públicos daquele Estado a entregarem ao secretário estadual do meio ambiente, Marcos Machado, um documento, elaborado por eles, contendo vinte recomendações para a melhoria da segurança do sistema que emite as Guias Florestais (GF). O Ministério Público deu um prazo de 60 dias, a partir de outubro de 2006, para que o Governo do Mato Grosso implante as mudanças sugeridas.

Em seguida, ocorreu a mudança dos principais técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, seja por meio de contratos terceirizados, ou como cargos de confiança. O novo secretário determinou o aumento do número de vagas no concurso público que estava pronto para ser realizado e que previa o provimento de vagas no setor ambiental. O número de vagas que era de 90, foi aumentado para 150 com a alteração do edital.<sup>82</sup> Para assessorá-lo nos assuntos relativos à comunicação social, nomeou o jornalista Antonio Ferreira de Souza. E para poder trabalhar melhor, o secretário recebeu mais verba quando o governador conseguiu, junto à Assembléia Legislativa, dobrar o orçamento para aquela secretaria. Com mais dinheiro em caixa, a Sema melhorou sua infra-estrutura, aumentando o número de escritórios regionais municipais, que antes eram 8 para 16, espalhados pelo Estado. Em 29 de setembro de 2005, visando aumentar a abrangência da Sema, é sancionada a Lei Complementar nº 220 que altera a lei que criou essa secretaria. Esta lei inclui a Superintendência de Defesa Civil, que anteriormente era ligada à Casa Civil, para tornar-se um órgão de execução programática da Sema.

Por intermédio do Decreto nº 6901, de 15 de dezembro de 2005, o governador cria o Batalhão de Polícia Militar Ambiental – BPMA, com efetivo próprio. E em 21 de dezembro de 2005, por meio de Lei Complementar, a de número 232, de autoria do Executivo, fica alterado o Código Estadual do Meio Ambiente. Na mesma data foi sancionada a Lei Complementar 233 que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Mato Grosso. Com essa

---

<sup>81</sup> Matéria sobre a fraude no novo sistema do MT foi publicada em 19/09/2006. Disponível em [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm). Acesso em 19/09/2006.

<sup>82</sup> No axexo 1 ver entrevista com o assessor de comunicação da Sema, Antonio Ferreira de Souza.

nova legislação o Estado do Mato Grosso responsabiliza-se pelo licenciamento ambiental de todos os empreendimentos e pela aprovação de planos de manejo, o que anteriormente era atribuição do Ibama. As atividades de comando e controle da gestão ambiental no Estado passam para o âmbito da nova secretaria.

Também por decreto, foi instituído o Comitê Estadual de Gestão do Fogo, vinculado à Sema, do qual fazem parte outros órgãos do governo do Estado, o governo federal, entidades civis e não-governamentais. A partir da instituição desse comitê fica proibido qualquer tipo de queimada no Estado no período de 15 de julho a 15 de setembro. O Governo do Estado contratou cento e cinquenta trabalhadores que vivem em áreas distantes dos postos de fiscalização no Mato Grosso para atuarem como agentes ambientais nos seus respectivos locais de moradia. São lavradores, ex-caçadores, ex-pescadores, ex-garimpeiros e gente do povo, moradores dos mais distantes rincões, que receberam treinamento na Sema e atualmente recebem um salário de R\$ 400,00 para proteger o meio ambiente. Outro decreto importante para a manutenção da biodiversidade e redução dos índices de desmatamento no Estado, foi o que criou a Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Paraguai, englobando 77 mil hectares nos municípios de Diamantino e Alto Paraguai.

O governo do Estado realizou, em Cuiabá, de 22 a 25 de maio de 2006, o Forest 2006, 8º Congresso e Exposição Internacional sobre Florestas, que contou com a participação da ministra Marina Silva e do governador do Estado, Blairo Maggi, entre outros convidados do Brasil e do exterior. Dentro desse congresso aconteceu também o 1º Seminário Estadual de Resíduos Sólidos. Constituiu-se num dos maiores eventos ocorridos no Mato Grosso sob o patrocínio do governo Estadual, levando pesquisadores, estudantes e gestores ambientais do serviço público de várias regiões àquele Estado. Na ocasião, o governador assinou também o Decreto nº 7.616 que instituiu o Programa de Gestão do Pantanal (PGP), com o objetivo de regulamentar as atividades desenvolvidas na maior área alagável do planeta, com 14 milhões de hectares, que mesmo sendo área federal, não conta com legislação específica para a região; ao contrário da Amazônia, por exemplo.

Todas as empresas que trabalham de alguma forma com a madeira, não apenas madeireiros, mas também proprietários de olarias, indústrias moveleiras e construção civil, entre outras, um número superior a mil empresários, tiveram que se cadastrar junto à Sema. O cadastramento foi realizado via internet e de maneira presencial. Só poderão consumir ou vender madeira os cadastrados, e estes ficam obrigados a informar à Sema toda aquisição de produtos florestais. O sistema funciona de forma semelhante a uma conta bancária. Os

empresários adquirem créditos de acordo com o seu consumo mensal e passam a realizar operações de débito ou crédito, conforme a movimentação de compra e venda de madeira.

Conforme declarou o entrevistado Francisco de Arruda Machado<sup>83</sup>, muito do que o governador Blairo Maggi realiza no Estado é para beneficiar-lhe pessoalmente. Exemplo disso foi a criação do Selo Verde, por meio da Lei nº 8.397, de 20/12/2005, tendo como uma das primeiras outorgadas com o prêmio, a sua própria empresa: Amaggi Exportação e Importação Ltda, além da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, e a Plantações Michelin, entre outras. Este selo é conferido às empresas como um reconhecimento pelos resultados positivos obtidos com a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O selo verde certifica o processo de produção da empresa, e não o seu produto final e poderá ser utilizado durante três anos. A renovação do mesmo é solicitada após esse período, quando deverá ocorrer nova solicitação e inspeção.

As Ongs Instituto Centro de Vida e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia criaram o boletim denominado Transparência Florestal do Estado de Mato Grosso<sup>84</sup>, que discute diversas questões relacionadas ao desmatamento no Estado. Utilizando dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), o segundo número do boletim apresenta números apontando decréscimo nos índices de desflorestamento no Estado, a partir de 2004. De acordo com esses dados, em 2006, Mato Grosso perdeu 106 quilômetros quadrados de floresta. No ano passado o desmatamento foi de 288 quilômetros quadrados, contra 360 quilômetros quadrados em 2004. O pesquisador-sênior do Instituto do Homem, Adalberto Veríssimo, afirma<sup>85</sup> que ainda não é possível separar, nesses percentuais, o desmatamento ilegal daquele que é permitido porque, segundo ele, 89% das áreas desflorestadas estão em propriedades rurais, sendo que metade dessas, não está cadastrada no SLAPR. E como não estão sendo fiscalizadas, não há como saber se possuem autorização para o desmatamento, ou se o fazem ilegalmente.

Projetos de desenvolvimento sustentável começam a aparecer. Provenientes não apenas da academia, mas também dos setores técnico e político. Exemplo disso, é o “Projeto Biodiesel Colniza – uma integração criativa entre o econômico, o social e o ecológico visando o bem comum”, apresentado em abril de 2006, por seus autores, o deputado de MT, José

---

<sup>83</sup> Ver entrevista com Francisco de Arruda Machado, no anexo 1, pergunta nº 6.

<sup>84</sup> Os três números do boletim Transparência Florestal estão disponíveis para download nos endereços: [www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br), e [www.icv.org.br](http://www.icv.org.br). Acesso em 10/11/2006.

<sup>85</sup> Disponível em: [www.amazonia.org.br/noticia.cfm?id=223228](http://www.amazonia.org.br/noticia.cfm?id=223228). Acesso em 06/10/2006.

Geraldo Riva e pelo economista Maurício Munhoz Ferraz. Inédito, esse estudo recebeu o Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente<sup>86</sup>. Selecionado entre cerca de trezentos e cinquenta trabalhos, foi avaliado por um júri composto por Fritjof Capra, Norberto Odebrechet, Mirian Vilela, Sérgio Moreira e Miguel Kringsner, entre outros. O referido trabalho demonstra que o atual modelo de ocupação da Amazônia Matogrossense provoca destruição ambiental e não gera riqueza para a maioria da população. E apresenta uma solução: a produção de biodiesel a partir da mamona no município de Colniza, emancipado de Aripuanã em 2000, localizado no norte do Estado, distante 1.100 km de Cuiabá, com aproximadamente 45 mil habitantes, e que vive basicamente da exploração da madeira. Esse projeto cita a Operação Curupira como um marco por ter constatado irregularidades na gestão ambiental e ter apontado para o fato de que o mecanismo que sustentava a indústria madeireira estava em absoluto desacordo com a lei florestal.

O último relatório do Banco Mundial<sup>87</sup>, lançado em 23/10/2006, intitulado: “Em desacordo? Expansão agrícola, Redução da Pobreza e Meio Ambiente nas Florestas Tropicais” confirma que o carbono pode ajudar a preservar florestas. O texto revela que para melhorar as perspectivas econômicas de milhões de pessoas de baixa renda e preservar florestas tropicais é necessário muita governança das florestas. “O financiamento global do carbono pode ser um poderoso incentivo para deter o desmatamento” afirma o relatório, acrescentando, que as florestas podem valer cinco vezes mais do que valem desmatadas para pastagens, liberando grandes volumes de CO<sub>2</sub>.

A partir da Operação Curupira ações implementadas pelo governo federal visaram à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal. As autorizações para transporte de produto florestal (ATPFs), foram substituídas pelo DOF (Documento de Origem Florestal), lançado em agosto de 2000, e vigorando a partir de outubro de 2006 na maioria dos Estados brasileiros. Com o novo sistema, produtores e empresas que comercializam produtos florestais, passam a controlar eletronicamente as entradas, saídas e o próprio saldo de volume de madeira de suas contas. Se não tiverem pendências, podem solicitar, preencher e emitir, via internet, o documento que acompanhará as cargas de madeira, o DOF. Isto poderá ser feito da própria empresa, residência ou ainda de terminais de computadores que ainda serão instalados em todas as unidades de Ibama.

---

<sup>86</sup> O texto não está disponível na íntegra, mas cópia do resumo pode ser solicitada por intermédio do site: [www.bancoamazonia.com.br](http://www.bancoamazonia.com.br). Acesso em 07/10/2006.

<sup>87</sup> O relatório completo em inglês, está disponível no [www.worldbank.org/tropicalforestreport](http://www.worldbank.org/tropicalforestreport). Acesso em 26/10/2006.

Com a demora, percebida a partir de outubro de 2006, na chegada dos equipamentos necessários à fiscalização e ao uso do DOF o trabalho do Ibama, órgão responsável pelo trabalho de fiscalização e controle, fica bastante comprometido. Marcelo Marquesini, membro da campanha da Amazônia do *Greenpeace*, aponta<sup>88</sup> falhas no processo de transição da ATPF para o DOF. Segundo ele, faltou ao governo planejar, estruturar e preparar a transição entre os dois sistemas. “Não houve um projeto maior prevendo capacitação, adequação e aparelhamento da fiscalização e o envolvimento dos estados e até da própria Polícia Rodoviária, parceira comum na fiscalização das ilegalidades do setor”.

A Operação Curupira foi classificada pelo Governo Federal como um dos resultados do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, este plano de ação está a cargo do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices de Desmatamento na Amazônia Legal (GPTI), composto por 15 ministérios e instituído por Decreto em julho de 2003. O plano tem a finalidade de propor medidas estruturantes para fomentar atividades produtivas sustentáveis na região e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

Das ações propostas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, grande parte se concentra na área da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). As outras, dizem respeito às operações conjuntas entre Polícia Federal, Ministério Público e Ibama, de desarticulação de quadrilhas especializadas em grilagem de terras públicas, combate a esquemas fraudulentos de desmatamento e exploração florestal ilegal. Uma legislação considerável é decorrente das ações desse plano, como por exemplo, o Decreto 5583, de agosto de 2005, que aumenta em cinco vezes o valor da multa a ser aplicada por órgãos públicos, por hectare de floresta derrubada sem autorização.

A Portaria Conjunta nº 10 do MDA e INCRA, suspende os cadastros de imóveis rurais para os proprietários que não efetuarem o recadastramento, e também é resultado do trabalho desse grupo interministerial. Outra lei, editada em 2005, a de número 11.196, é tida como decorrência do Plano de Ação. Esta, define novos parâmetros para a regularização de ocupações entre 100 e 500 hectares em terras públicas. Destacam-se ainda, a criação de 85 mil quilômetros quadrados de Unidades de Conservação nas zonas de conflito e frentes de expansão agrícola; a homologação de 93 mil quilômetros quadrados de Terras Indígenas; a criação de 3,76 mil quilômetros quadrados de Projetos de Assentamentos Sustentáveis; e a

---

<sup>88</sup> Ver matéria completa em [www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=223131](http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=223131). Acesso em 09/10/2006.

assinatura de 13 decretos, em fevereiro de 2006, que aumentam em 6,4 milhões de hectares as áreas de Unidades de Conservação no oeste do Pará, formando o 1º Distrito Florestal Sustentável do país. (BRASIL, 2006, p.23-25).

No dia do lançamento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (15.03.2004) foi instituído por decreto presidencial o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por 21 órgãos entre ministérios, Casa Civil e Secretarias da Presidência da República, encarregado de elaborar o Plano BR-163 Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, que abrange 73 municípios, sendo 29 no Pará, 38 no Mato Grosso e 6 no Amazonas, perfazendo uma área total de 1.232 mil quilômetros quadrados, cujo limite ao sul é o município de Nova Mutum(MT). A rodovia BR-163, em seu trecho entre Cuiabá e Santarém, atravessa uma das regiões mais importantes da Amazônia do ponto de vista do potencial econômico, diversidade biológica, riquezas naturais e diversidade étnica e cultural.

É importante citar esses projetos e planos do governo federal porque são ações que atingem diretamente a área de incidência da Operação Curupira. A BR-163, por exemplo, tem como principal beneficiário, o Estado de Mato Grosso, maior produtor e exportador de soja do país, que terá importante alternativa de escoamento pelo porto de Santarém, no Pará. A área de influência dessa rodovia cobre um grande mosaico, que inclui áreas inalteradas, e outras já bastante desmatadas. E é parte do Arco do Desmatamento, região de expansão da fronteira agrícola na Amazônia. No processo de elaboração do Plano BR-163 Sustentável foram realizadas quinze consultas públicas na região, “nas quais destaca-se o fato do asfaltamento ser defendido pela sociedade local, o que é uma reivindicação de mais de três décadas”. (BRASIL, 2006, p.27).

O Programa Amazônia Sustentável (PAS) é parte do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). E este, é previsão constitucional, complementar à previsão orçamentária anual da União, que atribui ao Governo Federal o planejamento dos recursos orçamentário-financeiros a médio prazo. Planejam-se questões fundamentais, tais como estímulo à produção, geração de emprego, redução das desigualdades regionais, melhoria na infra-estrutura, desenvolvimento tecnológico e científico, desenvolvimento humano e inclusão social com a melhoria da distribuição de renda. O PPA do governo Lula é denominado “Plano Plurianual 2004/2007 – Orientação Estratégica de Governo – Um Brasil para Todos”.

O referido documento apresenta a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de Ordenamento Territorial (PNOT), na qual está incluído o PAS (Plano Amazônia

Sustentável)<sup>89</sup>. Elaborado parcialmente a partir do resultado do processo de discussão do PPA 2004/2007, o PAS apresenta um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, tendo como base a expansão do mercado interno, com a condicionante da estabilidade econômica e o atributo da sustentabilidade ambiental. Procurando a interação entre dois níveis de governo, o estadual e o federal, o PAS propõe integrar os instrumentos das políticas públicas com base em cinco eixos temáticos: gestão ambiental e ordenamento territorial; produção sustentável com inovação e competitividade; inclusão social e cidadania; infra-estrutura para o desenvolvimento; e novo padrão de financiamento para a região.

“Para o período de 2004-2007 estão previstos no PPA investimentos para a pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá(MT) a Santarém(PA), e da BR-230 entre Marabá e Rurópolis (PA), além da construção da Hidrelétrica de Belo Monte(PA)” (BRASIL, 2006, p.21). O PAS modifica a percepção predominante no passado, que entendia o meio ambiente como obstáculo ao crescimento econômico. Este documento está organizado em duas partes:

“A primeira apresenta o diagnóstico da Amazônia atual e seus desafios centrais, considerando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e institucionais mais relevantes, e a segunda, uma estratégia de futuro para o desenvolvimento regional, que se estrutura com base em uma nova regionalização”. (BRASIL, 2006, p.17).

Na comissão interministerial do PAS, a coordenação efetiva ficou a cargo do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente. A abrangência territorial do PAS corresponde à Amazônia Legal, que inclui os Estados da região Norte, mais parte do Estado do Mato Grosso e a maior parte do Estado do Maranhão. A área de abrangência equivale a 45% do território nacional. O documento-base do PAS, atualizado, começou a ser debatido em junho de 2006 com governadores dos Estados da Amazônia Legal. A partir de então, em conjunto com o Governo Federal, tiveram início as consultas públicas, nas capitais dos estados da Amazônia Legal. (BRASIL, 2006, p.23). A versão preliminar do documento também ficou disponível na internet. Até o momento da conclusão desta pesquisa, a versão final do documento-base<sup>90</sup> ainda não havia sido concluída para apreciação e aprovação dos governadores da região da Amazônia Legal, dos ministros e do Presidente da República.

---

<sup>89</sup> Resumo do texto-base preliminar do Plano Amazônia Sustentável (PAS) está disponível na internet. O acesso ao texto pode ser feito pelo endereço do Ministério do Meio Ambiente: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) ou diretamente pelo endereço: [www.mma.gov.br/estruturas/sca/\\_arquivos/resumo\\_pas.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/resumo_pas.pdf). Acesso em 05/10/2006.

<sup>90</sup> Cópia resumida do texto-base preliminar do PAS está disponível no site do Ministério do Meio Ambiente: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em 05/10/2006.



Outras ações implementadas pelo governo federal na Amazônia Legal a partir de 2003, e discriminadas no PAS, foram divididas em sete itens, dos quais destacam-se a seguir, apenas aquelas relacionadas direta ou indiretamente com o desmatamento na região estudada. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163, também conhecido como Plano BR-163 Sustentável, é uma ação de planejamento regional. Como parte do item ordenamento territorial desse plano, destaca-se a criação, até 2005, de 25 novas Unidades de Conservação (UC) federais, com área total de 19,2 milhões de hectares. A elaboração do Mapa Integrado dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEEs) dos Estados da Amazônia Legal, concluída em 2005, é a base para um macrozoneamento regional. Operação realizada pela Polícia Federal em 2004 e denominada de Faroeste é apresentada como uma das ações de ordenamento territorial, e teve o objetivo de debelar ações de grilagem praticadas por quadrilhas na região Amazônica.(PAS, 2006).

O governo federal tem confiança no Plano BR 163 Sustentável como estratégia de redução do desmatamento na Amazônia. Tanto é, que o referido plano é citado também no item das ações federais de infra-estrutura, com ênfase para o EIA-RIMA e investimentos na manutenção das rodovias federais da região, particularmente a BR-163 e a BR-230. Apesar de estar declarado em documento, esse investimento como trabalhos de manutenção, o que se vê nessas duas rodovias, por intermédio de matérias em veículos de comunicação é exatamente o contrário. Ou seja, absoluta falta de manutenção e trafegabilidade bastante deficiente.

No item referente ao fomento à produção, a principal ação destacada pelo governo federal é o envio do Projeto de Lei e aprovação pelo Congresso Nacional, da Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, prevendo a concessão para fins de manejo florestal sustentável como uma das soluções para as terras públicas federais da Amazônia. Aprovada em 13/02/2006, a Lei nº 1128, de Gestão de Florestas Públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e prevê a concessão de áreas da União para a iniciativa privada explorar de maneira sustentável por aproximadamente 40 anos. Esta lei foi aprovada pelo Congresso Nacional, em março deste ano, mas ainda não foi regulamentada. Em 27/10/2006 ocorreu uma das várias audiências públicas previstas com a finalidade de apresentar o texto à sociedade, debater e colher sugestões de alterações para o texto final, antes do Decreto que regulamentará a Lei. O texto também está disponível na internet<sup>91</sup>. E qualquer cidadão poderá apresentar sua contribuição. Após realizadas as audiências públicas, e coletadas as sugestões postadas via internet, a compilação desses dados será analisada pela

---

<sup>91</sup> A Lei sobre Gestão de Florestas Públicas está disponível em: [www.mma.gov.br/sbf](http://www.mma.gov.br/sbf). Acesso em 05/10/2006.

Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) e pela Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOP). Somente após todo esse trâmite, será elaborado o texto do decreto e encaminhado à Presidência da República para sanção.

Outro ponto do fomento à produção é a criação do primeiro Distrito Florestal Sustentável (DFS) brasileiro, o DFS da BR 163, com 190 quilômetros quadrados, e perspectiva de produção de cinco milhões de metros cúbicos de madeira em tora, e geração de cem mil empregos. A ampliação dos créditos do Programa Nacional para a Agricultura Familiar na Amazônia, atingindo R\$ 889 milhões em 2004/05 distribuídos entre 184 mil contratados e uma previsão de R\$ 1,5 bilhão para 2005/06, que totalizariam 295 mil contratos foi outra ação de fomento à produção. O envio de Projeto de Lei, com a proposição de novas bases para a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, é mais uma ação prevista.

Inclusão social é o quinto item da lista das ações do governo federal implementadas com o objetivo de reduzir o desmatamento na Amazônia. Dentre as ações implementadas com essa finalidade destacam-se a implantação de 28 Agendas 21 em 43 municípios da região; implantação de 11 pólos do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural (Proambiente), abrangendo 37 municípios amazônicos; ampliação dos programas de combate ao trabalho escravo e de erradicação do trabalho infantil (Peti); além da ampliação do programa Bolsa Família para 1,4 milhão de famílias na região, com transferência prevista de R\$ 1,2 bilhão para este ano de 2006.

O fortalecimento institucional, como sexto item, está expresso pela necessidade de ampliação da presença da Polícia Federal na região, com a instalação de novas bases operacionais. O sétimo e último item – monitoramento e gestão ambiental - do PAS, onde constam as ações em âmbito federal para a redução do desmatamento na Amazônia, traz a realização da Operação Curupira, em 2005, como aquela que desmontou quadrilhas que praticavam extração ilegal de madeira no Mato Grosso. Este item traz também, a implementação do Plano de Ação e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, a partir de julho de 2003. O lançamento de edital e a aprovação de novos projetos de alternativas ao desmatamento e queimada (Padeq), assim como a implantação do GESTAR (Gestão Ambiental Rural) em quarenta e dois municípios da região, são ações que integram o mesmo item. A instalação do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento (SIAD) no Centro Técnico Operacional do SIPAM em Belém, e do Sistema de Detecção de Desmatamento (DETER), permitindo o monitoramento quase instantâneo do desmatamento em toda a Amazônia, foi outra medida adotada pelo governo federal no sentido de reduzir o índice de desflorestamento na região.

O Diário Oficial da União do dia 20 de outubro de 2006 publicou duas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que contemplam a gestão florestal. A Resolução nº 378 regulamenta o inciso III do parágrafo 1º do artigo 19 (Código Florestal Brasileiro), alterado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06). Esta Resolução define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional, estabelecendo competências para o licenciamento de exploração florestal. Estabelece uma gestão compartilhada. O que antes era atribuição única do governo federal, agora será compartilhado com os Estados e o Distrito Federal, que passam a ter responsabilidades sobre a fiscalização e o licenciamento. O Ibama só deverá fiscalizar exploração de madeira em área superior a cinquenta mil hectares e desmatamentos maiores que dois mil hectares na Amazônia e mil hectares no resto do país. Na prática, somente latifúndios e projetos agropecuários de grande impacto ambiental ficarão a cargo do órgão ambiental federal.

Outra resolução do Conama publicada no DOU do mesmo dia foi a de nº 379. Esta cria o sistema de dados de informações no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)<sup>92</sup>. A partir desta resolução, a União os Estados e o DF terão de publicar na internet dados sobre autorizações de plano de manejo, supressão de vegetação nativa, e planos integrados de indústria e floresta. Sendo assim, a sociedade civil, o Ministério Público e os governos poderão acompanhar o que está sendo feito no que diz respeito à gestão florestal no país.

Outra proposta do Governo Federal para reduzir o índice de desmatamento na Amazônia, é a criação de um “arco da conservação” ou “muro verde”, uma ação ainda sem denominação oficial. Trata-se da criação de um mosaico formado por Unidades de Conservação que engloba também Terras Indígenas e áreas militares em regiões de expansão da fronteira agrícola. Este muro verde acompanha o tradicional arco do desmatamento da Amazônia, que começa com ação dos madeireiros no Pará, segue pelo Mato Grosso dos sojicultores, por Rondônia, e termina no Acre. As áreas a serem atingidas podem ser federais, estaduais e municipais, e se dividem em dois grandes grupos: o de proteção integral, como por exemplo as estações ecológicas e os parques nacionais, e o de uso sustentável, como as florestas nacionais e as reservas extrativistas. Para fechar o muro verde, faltam alguns trechos de terra. O principal deles é o entorno da BR-319, que liga Manaus(AM) a Porto Velho(RO). Esta rodovia, que liga Manaus por terra ao resto do país, e cujas obras estão paralisadas desde

---

<sup>92</sup> Publicado em 20/10/2006 no InforMMA, órgão informativo diário do Ministério do Meio Ambiental. Disponível em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em 20/10/2006.

os anos 70, é reivindicada há décadas pelos moradores da região e não recebe o apoio de ambientalistas e cientistas<sup>93</sup>. Mas, ao que tudo indica, a BR-319 deve sair do papel nos próximos anos. Isto porque, o amazonense, Alfredo Nascimento, ex-ministro dos transportes do atual governo, conseguiu eleger-se senador, tendo como uma das suas promessas de campanha, a conclusão dessa rodovia

Frequentemente circulam notícias sobre interesses de pessoas, entidades e até mesmo governos estrangeiros com relação à região amazônica. Em outubro de 2006, ocorreu uma onda de rumores dando conta de empresários de países desenvolvidos adquirindo terras na Amazônia. A justificativa é sempre a mesma: conservação ambiental ligada à preocupação com o fenômeno da mudança do clima e ao possível papel do desmatamento nesse processo. Os insistentes debates em torno da compra de terras brasileiras por estrangeiros com finalidades de preservação levaram à publicação de notas oficiais desmentindo publicações anteriores sobre o assunto. Exemplo disso, foi a nota<sup>94</sup> do ministro britânico David Miliband, intitulada “Reino Unido nega intenção de propor fundo para compra de terras na Amazônia”, publicada em 5/10/2006 nos principais jornais da Inglaterra. O governo brasileiro, embora tardiamente, reagiu respondendo. Publicou mais de dez dias depois, em 19/10/2006, nos principais jornais de circulação nacional, artigo intitulado “A Amazônia não está à venda”, assinada conjuntamente pelos ministros Celso Amorim, Marina Silva e Sérgio Rezende, das relações exteriores, do meio ambiente e da ciência e tecnologia, respectivamente.

### **3. A ANÁLISE DOS DISCURSOS**

A análise do discurso é uma metodologia originária da lingüística. E esta, uma ciência recente. Seu surgimento data do início do século XX, e mesmo assim, ocupa a posição de ciência-piloto das Ciências Humanas com seus métodos de grande rigor acadêmico que servem como metodologia para várias outras ciências. “A lingüística definiu-se como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana” (ORLANDI, 1999, p.9). O suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) é considerado o pai da lingüística moderna. Ele teve publicado, postumamente, o Curso de Lingüística Geral, resultado de compilações de

---

<sup>93</sup> Disponível no site do Instituto Centro de Vida – ICV, no seguinte endereço: [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6484&tpl=printerview&sid=78](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6484&tpl=printerview&sid=78). Acesso em: 13/10/2006.

<sup>94</sup> Cópia da nota traduzida foi publicada no site do MMA: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) em 05/10/2006. Atualmente não está disponível.

suas aulas, feitas por alunos de Genebra, sobre o qual se construiu todo o arcabouço teórico desta ciência.

Os lingüistas dividem o estudo da linguagem em certo número de áreas que são estudadas de forma quase independente umas das outras. As divisões mais conhecidas da lingüística são: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, lexicologia, estilística, pragmática e filologia. Certamente que não há unanimidade quanto a essas divisões, que se sobrepõem. Existem ainda, os campos da lingüística teórica e da lingüística histórica. E os lingüistas, por sua vez, podem ser divididos entre os que estudam a linguagem em um dado ponto do tempo, geralmente o presente, e fazem a lingüística sincrônica, e os que estudam sua evolução no tempo, fazendo a lingüística diacrônica.

A preocupação com a descrição das línguas espalhou-se pelo mundo e várias línguas foram analisadas em diversos graus de profundidade no início do século XX. Nessa época, ao confrontarem línguas de diversas origens, os pesquisadores encontraram línguas cujas estruturas diferiam muito do paradigma europeu. Foi então que perceberam a necessidade de desenvolver uma teoria da estrutura das línguas e métodos de análise. Uma das primeiras escolas da lingüística foi o estruturalismo, muito bem-sucedido desde sua origem e que teve muitas formas no interior da própria lingüística. Dentre as diversas formas que o estruturalismo adquiriu destacam-se o funcionalismo e o distribucionalismo. Roland Barthes (1915-1980) fez parte da escola estruturalista. Ele foi semiólogo<sup>95</sup> e, assim como Saussure, que teve suas aulas compiladas e transformadas em livro, tornou célebre a aula inaugural da cadeira de semiologia literária, no Colégio de França, em 1977, com o livro intitulado “Aula”. Apesar do pequeno número de páginas, apenas 89, este é considerado um dos textos mais intensos e radicais do autor. Na obra, Barthes denuncia, com velada ironia, a pluralidade do poder e o papel da linguagem na conquista e manutenção desse poder (BARTHES, 1994). É neste livro que ele afirma: “a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”.(BARTHES, 1994, p.14).

Durante muito tempo, a lingüística ignorou a sociedade em suas pesquisas científicas, apesar de concordar com a existência de uma relação entre linguagem e sociedade. Há controvérsias quanto à natureza dessa relação. Essas controvérsias dão origem às mais

---

<sup>95</sup> Semiologia: principal metodologia da lingüística estrutural. Designa um campo de estudo que analisa sistemas, códigos e convenções de sinal de todos os tipos. Como decorrência da semiologia surge a semiótica, que gradualmente substituiu o termo estruturalismo. O surgimento da Associação Nacional para estudos Semióticos, nos anos 60, solidificou ainda mais esta tendência. Detalhes em: “o estruturalismo – a semiologia e a semiótica”. Disponível em: <http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2002/07/05/001.htm>. Acesso em 18/08/2006.

variadas metodologias que ora tomam a linguagem como causa, ora como efeito da sociedade. (ORLANDI, 1999). Atualmente as variações ligadas à localização social e espacial dos falantes já estão codificadas de forma razoável na lingüística.

A sociolingüística toma a sociedade como causa, vendo nela os reflexos das estruturas sociais. Considerando que a língua é diretamente observável, esta ciência centra sua análise nos dados e desenvolve procedimentos sofisticados e precisos para coleta e tratamento desses dados. Outra variação da lingüística com postura diametralmente oposta à sociolingüística é a etnolingüística, que tem como proposta, encarar a linguagem como causa das estruturas sociais ou culturais, e não como reflexo das mesmas. Enquanto essas duas metodologias trabalham com a linguagem como causa ou como reflexo da sociedade, há uma terceira possibilidade: a de que não há separação entre ações lingüísticas e ações sociais. Esta é a sociologia da linguagem. Para o pesquisador José Luiz Fiorin, “é preciso ter cuidado para não considerar a linguagem algo totalmente desvinculado da vida social nem perder de vista sua especificidade, reduzindo-a ao nível ideológico” (FIORIN, 1993, p.9).

Nas três metodologias citadas, os aspectos social e cultural são importantíssimos. Se a língua não é mais vista apenas como instrumento do pensamento, como nos formalistas mais ortodoxos, vai-se percebendo que ela também não serve só para transmitir informações, como poderiam deixar crer os que trabalham a linguagem enquanto comunicação. Quando as pessoas se comunicam, elas fazem muito mais do que apenas informar. Começam a ter importância teorias que levam em conta tanto a relação linguagem/pensamento quanto a relação linguagem/sociedade. Entre as teorias que se propõem a trabalhar nessa perspectiva está a pragmática, também conhecida como conhecimento enciclopédico, que nada mais é do que a informação extra-textual que cada pessoa tem. A compreensão dos textos não deriva diretamente da análise da sua estrutura lingüística, mas de um complexo processo de interação da língua com o conhecimento do mundo. FOWLER é um dos teóricos pragmáticos. Ao referir-se ao seu próprio trabalho ele afirma:

fundamental para a minha abordagem é o facto de que o papel que as estruturas lingüísticas desempenham na literatura é uma função das relações entre a construção textual e as condições sociais, institucionais e ideológicas da sua produção e recepção. (FOWLER, 1994, p..22).

A teoria pragmática subdivide-se em várias outras, entre as quais, a conversacional, a teoria da enunciação e a da filosofia analítica, também conhecida como teoria dos atos de linguagem. No desenvolvimento da lingüística houve uma evolução da teoria descritiva, representada pelo estruturalismo, para uma teoria científica explicativa, o gerativismo. Faltava

uma teoria crítica da produção da linguagem. E esta teoria é a proposta pela análise do discurso. (ORLANDI, 1999).

Os conceitos de discurso são vários, complexos e até conflitantes, em alguns casos. Há diversas formas de utilização dos discursos, a mais comum faz referência às amostras ampliadas da linguagem falada, escrita e dos diálogos. Para a lingüística tradicional o discurso é formado por partes como: substantivos, adjetivos, preposições, e outras, totalizando dez partes. John Lyons, quando lançou a sua primeira edição inglesa do clássico *Linguagem e Lingüística*, em 1981, condenou essa divisão:

“o que tradicionalmente, e de forma bem enganadora, é denominado de partes do discurso – substantivos, verbos, adjetivos, preposições, etc. – desempenha um papel crucial na formulação das regras gramaticais da língua.. (...) se tomarmos o valor real de tais definições, elas não funcionam perfeitamente sequer em grego ou em latim.” (LYONS, 1987, p.109).

Para a pesquisadora Helena Brandão, o discurso é o efeito de sentido construído no processo de interlocução e opõe-se à concepção de língua como mera transmissão de informação. (BRANDÃO, 2004). Segundo ela, o discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. “...E o homem se faz sujeito; não um sujeito ideal e abstrato, mas um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social” (BRANDÃO, 2004, p. 104).

A palavra discurso tem em si a idéia de curso, de percurso, de movimento. A pesquisadora Eni Orlandi define discurso como a palavra em movimento, prática de linguagem. Assim, no estudo do discurso há que se observar o homem falando (ORLANDI, 2003). Para ela, há uma relação necessária entre o dizer, e as condições de produção desse dizer; e isto coloca a exterioridade como marca fundamental do discurso. A Psicanálise se utiliza do discurso, na forma de fala para tratar os pacientes. Para esta ciência, o inconsciente é uma cadeia de significantes que se repete e insiste em interferir nas fissuras que lhe oferece o discurso efetivo.

Fairclough analisa o discurso num quadro tridimensional, como texto, prática discursiva e prática social. Todos interligados, sobrepostos e interdependentes. Nesse aspecto, o discurso não pode ser estático, nem uma atividade individual. O discurso é um modo de ação, uma forma que as pessoas têm para agir sobre o mundo e especialmente sobre as outras pessoas. De acordo com esta análise, o discurso desenvolve uma relação dialética com a estrutura social, ao mesmo tempo em que é moldado por ela. Já os discursos na forma de textos são

traços e pistas. Não se pode reconstruir o processo de produção, nem explicar o processo de interpretação somente com referência a textos. (FAIRCLOUGH, 2001).

Além de focar a linguagem em seu uso concreto, ou seja, como prática social, a análise do discurso contempla forma e função – pontos nucleares dos dois paradigmas do pensamento humano – considerando, pois, a língua na sua dualidade e a produção de sentido do discurso como resultante de processos de interação social. O que se conhece é a convivência de muitas conexões entre estrutura lingüística e prática social, uma vez que ambas moldam a realidade e são moldadas mutuamente por esta. Por este ponto de vista, que associa língua e interação, diversas abordagens convergem para a análise do discurso, sendo a análise da conversação e a lingüística textual as mais proeminentes.

Enquanto a análise da conversação privilegia, desde sua raiz norte-americana, a produção e a interpretação da fala cotidiana, a lingüística textual, de origem européia, concentra-se na organização interna do texto e nas características textuais. Em ambos os casos, os primeiros estudos voltam-se, essencialmente, para a descrição das formas de interação orais e escritas, respectivamente. Hoje, a pesquisa resultante dessas duas áreas tem demonstrado que “os textos orais e os textos escritos são, em sua maioria, sistematicamente estruturados e socialmente organizados” (SILVA, 2002, p.8). Na obra, *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*, a pesquisadora Denize Silva, faz um breve retrospecto das teorias e métodos de análise do discurso, ao tempo em que apresenta o trabalho de profissionais brasileiros que se dedicam ao estudo do discurso nas diversas universidades do Brasil.

Embora uma experiência prévia em lingüística, em princípio, possa ser pré-requisito para fazer análise de discurso, na verdade esta análise é uma atividade multidisciplinar, proposta pela filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva. É muito utilizada para analisar textos da mídia e as ideologias que trazem em si. Analisar discursos é interpretar as formas simbólicas situadas em campos de interação. As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais. A reconstrução desses ambientes é uma parte da análise do discurso. (THOMPSON, 2002). Segundo este mesmo autor,

“embora as instâncias do discurso sejam sempre situadas em circunstâncias sócio-históricas particulares, elas também apresentam características e relações estruturais que podem ser analisadas formalmente, com a ajuda de vários métodos”. (THOMPSON, 2002, p. 371).



A análise do discurso tem uma função crítica e uma função instrumental. E se apresenta como uma disciplina não acabada, em constante construção, problematizante, onde o homem se faz sujeito, por intermédio de sua manifestação, um sujeito histórico, concreto, porta-voz de um discurso social, que são as práticas discursivas. A partir da natureza de sua orientação social, há duas classificações de análise do discurso: as abordagens críticas e as não-críticas. Estas, com interesses de análise voltados mais para a descrição das práticas discursivas, sem se preocupar com os efeitos dos discursos. A principal diferença entre as duas ultrapassa a simples descrição das práticas discursivas. A análise crítica mostra como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia. (FAIRCLOUGH, 2001). Este autor classifica como não-críticas os pressupostos para a descrição do discurso de sala de aula, de Sinclair e Coulthard (1975); o trabalho etnometodológico da análise da conversação (AC); o modelo de discurso terapêutico de Labov e Fanshel (1977) e a análise do discurso desenvolvida por Potter e Wetherell (1987).

### **3.1 HISTÓRICO DAS ANÁLISES DE DISCURSO**

Em sua origem, a retórica clássica foi o primeiro berço da análise de discurso. Os recursos retóricos e a persuasão em contextos públicos marcavam a argumentação da época. Apesar de os estudos retóricos se concentrarem mais nas figuras de linguagem, ainda assim, são bastante relevantes para os estudos contemporâneos do discurso. Outra grande contribuição para os estudos do discurso foi dada pelo estruturalismo, um dos mais tradicionais movimentos lingüísticos. O objeto das pesquisas estruturais era a fala, e não a escrita. Os estruturalistas analisavam o número de fonemas, os morfemas e os sintagmas contidos na frase, mas não ultrapassavam os limites da sentença, não iam além do nível da frase. As relações entre frases estabelecidas por determinadas conjunções, preposições, pronomes ou advérbios eram desconhecidas e desconsideradas (VIEIRA, 2002). Este é tido por muitos como um modo não-social de estudar a linguagem, pois nada tem a dizer sobre as relações entre linguagem, poder e ideologia.

Na obra *Ideología*, Teun A. van Dijk mostra as deficiências da análise não-crítica do discurso e do conceito de ideologia: “ideología es una de esas nociones que han dividido a marxistas y no marxistas al igual que a estudiosos críticos y no críticos, divisiones que, obviamente, son ideológicas en si mismas”. (DIJK, 200. Pág.13). Uma das linhas da lingüística, a chamada autônoma, que tem em Chomsky um dos mais importantes teóricos,

nega a evidência da inserção da linguagem em contextos sociais. Linguística esta, que Dijk critica com veemência.

Nem sempre há concordância entre autores e seus respectivos pontos de vista. Mas, como o próprio Foucault dizia, “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros”. A abordagem de análise de discurso de Foucault é amplamente referida como um modelo pelos cientistas sociais. O trabalho dele representa uma importante contribuição para a teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social. Foucault optou por focar as práticas discursivas num esforço para ir além dos dois principais modelos alternativos de investigação disponíveis na pesquisa social naquela época: o estruturalismo e a hermenêutica. (FAIRCLOUGH, 2001).

Os filósofos hermeneutas dos séculos XIX e XX, especialmente Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur são as bases do referencial metodológico seguido por John B. Thompson e denominado de Hermenêutica da Profundidade (HP). Esta oferece uma reflexão filosófica sobre o ser e a compreensão como uma reflexão metodológica sobre a natureza e tarefas da interpretação na pesquisa social. (THOMPSON, 2002). Um ponto de partida primordial e inevitável do enfoque da HP é a hermenêutica da vida cotidiana, do senso comum. É um momento etnográfico, um estágio preliminar indispensável à HP, a elucidação das maneiras como as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto. Ou seja, pelas pessoas que as produzem e as recebem no decurso de suas vidas cotidianas. E para isto, a simples avaliação do texto em si não basta. Para esta metodologia utilizam-se também entrevistas, observação participante e outros tipos de pesquisa etnográfica, tentando reconstruir as maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas, nos vários contextos da vida social. “A HP apresenta três fases de enfoque: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação”. (THOMPSON, 2002, p. 365).

Bakhtin(1895-1975) foi o primeiro teórico a apresentar as linhas da Análise Crítica do Discurso. Ele era um homem de vida dupla, que publicava artigos e até livros na Rússia, no início do século XX, entre a década de 20 e 30, com o nome de Volochínov. Ao mesmo tempo, era professor de universidade pública que pertencia a pequeno círculo de intelectuais, denominado de “círculo de Bakhtin”, com alunos admiradores e seguidores. Ainda que contemporâneo dos movimentos formalista e futurista, ele não participou de nenhum deles. (BAKHTIN, 2002). Este foi pioneiro no quadro de críticas, na negação do objetivismo abstrato e do subjetivismo idealista.

Na década de 70 do século passado surgiram as duas grandes linhas de fundamentação crítica da análise de discurso. Propondo reformular a teoria lingüística, estudiosos marxistas, sociólogos e outros pesquisadores criaram na França a Análise de Discurso de linha francesa (AD) e na Grã-Bretanha, a Lingüística Crítica anglo-saxônica (LC), que se tornaria mais tarde a Análise de Discurso Crítica (ADC). A linha francesa de análise de discurso tem em Michel Pêcheux seu principal teórico e apresenta certa homogeneidade de pensamento. Pêcheux e seus colaboradores desenvolveram uma abordagem crítica à análise de discurso que tentava combinar teoria social do discurso com método de análise textual. Ele trabalhou principalmente com o discurso político escrito, especialmente a relação entre os partidos comunista e socialista na França dos anos 70 e uma comparação de seu discurso político. (FAIRCLOUGH, 2001). Pêcheux faz o casamento da teoria marxista do discurso com métodos lingüísticos de análise textual.

Um grupo de lingüistas da Grã-Bretanha desenvolveu, a partir de 1978, a chamada Lingüística Crítica (LC). Com a intenção de desmistificar discursos de forte impacto social e de grande potencial de manipulação da verdade, como o político e o publicitário, o objetivo prático dos lingüistas críticos foi transformar o seu conhecimento em um instrumento de mudança social. Ao considerar que lingüística não é um procedimento de descoberta e que depende do contexto detalhado do discurso, a sua deficiente instrumentalização torna-se uma das maiores dificuldades de interpretação do modelo formalizado. No entanto, possui caráter inovador na perspectiva de transitividade na análise de textos falados e escritos e sua prática traduz uma instrumentalidade transformadora de modelo (FOWLER, 2004).

Como uma evolução da Lingüística Crítica surge a Análise de Discurso Crítica (ADC). Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar um pequeno corpo de texto, a ADC amplia a noção de texto e propõe uma teoria e um método para o estudo do discurso debatendo questões da vida social. Izabel Magalhães, pesquisadora da UnB, considera que a lingüística contribui bastante para o estudo das práticas sociais. Para ela, a abordagem adequada para a análise desses processos sociais, dentro da Teoria Crítica do Discurso, é a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ATD), que envolve gêneros discursivos e a construção de sentido nos textos: ações (gêneros), representações (discursos) e identificações (estilos). (MAGALHÃES, 2004). Os efeitos sociais dos textos precisam ser compreendidos e qualificados. E disto se encarregam os pesquisadores que utilizam a Teoria Crítica do Discurso.

O ano de 1991 pode ser considerado um marco referencial teórico e temporal para a afirmação da ADC. Nesse ano definiu-se o paradigma da análise crítica de discurso e seus

critérios de uma forma nova. Apesar de constituir rede de estudos sistematizada, cada estudioso desenvolveu seu próprio método de análise segundo suas influências pessoais e a instituição que representava. Os discursos foram reafirmados como ideológicos e priorizou-se o contexto nos estudos de textos falados e escritos. (VIANA,2005). Na verdade, existem duas traduções no Brasil para o termo *Critical Discourse Analysis* (CDA), que foi introduzido no *Journal of Pragmatics*, em artigo de Fairclough em 1985. São elas: Análise de Discurso Crítica e Análise Crítica do Discurso. Ambas são traduções para o termo em inglês. “Porém, defendo o primeiro termo por uma razão histórica. É o termo adotado pelo Grupo de Pesquisa de Linguagem e Ideologia (GPLI) da UnB desde 1986, com a publicação do meu artigo *Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso* na revista Delta, da PUC-São Paulo, declarou a pesquisadora Izabel Magalhães”<sup>96</sup>.

Fairclough (2001), ao comparar a AD e a ADC afirma que ambas têm uma visão estática sobre as relações de poder desencadeando uma supervalorização do papel da ideologia dos textos lingüísticos nas relações de poder existentes e do entendimento dos textos como produtos acabados. Para o autor, a disputa e a transformação nas relações de poder e no papel exercido pela linguagem foram percebidas apenas num segundo momento, mas permanecem pouco desenvolvidas. Identifica pouca atenção aos processos de produção e interpretação textual e às suas tensões, resultando em métodos inadequados de análise de discurso para linguagens dinâmicas em processos de mudança social e cultural.

A Teoria Social do Discurso (TSD) inicialmente formulada por Norman Fairclough, propõe uma agenda de debate sobre a linguagem textualmente orientada e oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos processos sociais relacionados às transformações econômicas e culturais contemporâneas (MAGALHÃES, 2004). O desafio deste teórico é reunir a análise de discurso orientada lingüisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que seja adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social.

Ao analisar textos e/ou discursos avaliam-se simultaneamente questões de forma e de significado. Existe uma ilusória distinção entre eles porque não é possível seguir orientações estritamente lingüísticas ou somente orientadas para o sentido. A análise textual é dividida em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Analisar discursos é também

---

<sup>96</sup> A afirmação foi feita pela professora Izabel Magalhães durante conferência proferida por ela e intitulada A análise de discurso crítica no Brasil, realizada em 10/10/2006, por ocasião do III Encontro Nacional do GELCO (Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste), ocorrido no período de 9 a 11 de outubro de 2006, na Finatec/UnB.

analisar as práticas discursivas. E estas, em Fairclough, envolvem processos de produção, distribuição e consumo textual. Este autor credita à análise de discurso sete dimensões, entre as quais contexto, coerência e intertextualidade. Sendo esta última, considerada por ele a mais importante. “Intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Isto acentua o caráter histórico de todo discurso.

A intertextualidade é muito importante para a Análise de Discurso Crítica. E Fairclough encontra uma divisão entre elas: a intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva, também chamada, de interdiscursividade. A primeira refere-se ao que está expresso no texto, quando se recorre explicitamente a outros textos específicos, citando a fonte. Já a intertextualidade constitutiva, é algo heterogêneo, formado pela junção de elementos, de convenções, de ditos e não-ditos, enfim pela própria interdiscursividade. Neste sentido, a intertextualidade pode tomar os textos historicamente, e transformar o passado em presente, fazendo apenas uma atualização de dados. E isto pode ocorrer de maneira relativamente convencional e normativa. Quando isto acontece, há uma mudança discursiva. Para que ela seja possível, tem que haver hegemonia e para ser visível, é necessário que haja uma ligação com uma teoria de mudança social. Nisto acredita Fairclough, que para demonstrar sua teoria, investiga a mudança discursiva dentro de processos mais amplos de mudança cultural e social.

Para a lingüística crítica a ideologia está nos textos. Mas não é possível ler a ideologia expressa e impressa. E para isto há concepções textuais de localização da mesma nos eventos discursivos. O que se pode fazer é identificar pistas, traços dos processos e das estruturas ideológicas. Mas nem todo discurso é ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante. “À medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). O caráter de transdisciplinaridade da ADC é enfatizado por diversos estudiosos. Segundo eles, existe uma relação dialética entre os elementos das práticas sociais, sem que haja redução entre eles. Isto torna viável a transdisciplinaridade.

### **3.2. OS DISCURSOS DA MÍDIA**

Tentando seguir os ensinamentos de Norman Fairclough, daremos início à análise de discurso. Na condição de intérprete e analista estaremos realizando descrição e interpretação,

simultaneamente, porque uma não pode ser separada da outra. E até mesmo produzir a transcrição de um texto falado implica fixar uma interpretação desse texto. “A escolha que se faz do que descrever depende de conclusões interpretativas anteriores”(FAIRCLOUGH, 2001, p. 275). Na condição de analistas temos ciência de não estar acima da prática social que analisamos. Estamos dentro dela. O resultado da análise terá como resultado um texto, o qual será distribuído e consumido, assim como milhares de outros textos. E o discurso gerado como resultado desta análise também será como um outro discurso qualquer, um modo de prática social. Este discurso estará dialeticamente relacionado com estruturas sociais, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideológica e politicamente.

O arcabouço teórico geral no qual está sendo baseada esta pesquisa, segue as propostas de Fairclough (2001) de uma Análise de Discurso Crítica. Segundo ele, ao analisarmos um texto, devemos levar em consideração não somente as marcas lingüísticas que estão evidentes no mesmo, mas também procurar inseri-lo num contexto sócio-político e ideológico do momento em que o mesmo foi escrito. A Análise de Discurso Crítica (ADC) possibilita o relacionamento entre o discurso como uma atividade social e as cognições sociais manifestadas por indivíduos como participantes de grupos, instituições ou outras estruturas sociais, refletindo, assim, preconceitos, poder e ideologias. (MAGALHÃES, 2003). Por acreditar que todo trabalho desenvolvido na academia é um ato político, escolhemos essa abordagem teórica, que muitas vezes tem sido considerada não-científica e politicamente tendenciosa, exatamente por esse envolvimento estreito entre a ciência e a prática social.

As matérias jornalísticas analisadas foram publicadas no período de 1º de junho a 31 de agosto de 2005. O acontecimento político da época era o escândalo dos Correios, quando foi descoberto o “mensalão”, um dos maiores casos de corrupção envolvendo parlamentares de diversos partidos políticos, e que consistia em pagamento de propina aos deputados federais para votar projetos de lei e emendas do interesse do Executivo. O Governo Federal tentou evitar a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara Federal para investigar esse caso, que envolveu deputados e ministros ligados ao partido do Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores (PT). A tentativa foi em vão, a CPI foi instalada e posteriormente, chegou a derrubar o ministro da casa civil, José Dirceu, e a cassar alguns deputados, além de provocar a renúncia de outros que preferiram evitar a perda de direitos políticos.

Outro fato político ocorrido na véspera da divulgação dos primeiros resultados da Operação Curupira foi o anúncio oficial do índice de desmatamento da Amazônia no período

de agosto de 2003 ao mesmo mês de 2004. Em apenas um ano, o Brasil perdeu 26.140 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica, o que corresponde a um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior. O aumento exorbitante do índice de desmatamento repercutiu internacionalmente e deixou o Governo brasileiro em situação vexatória. A Operação Curupira surge nesse momento como uma resposta a esses dois escândalos, com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmando que o Governo está disposto a investigar todos os casos de corrupção no serviço público, independente de quem possa ser atingido. Isto porque, em ambos, foi comprovada a participação de integrantes do Partido dos Trabalhadores.

Depois desta exposição do cenário político do momento em que ocorreram os fatos e as publicações das matérias analisadas, passemos agora para a análise das práticas discursivas no nível da macroanálise, tentando focalizar a intertextualidade e a interdiscursividade das amostras dos discursos (as matérias jornalísticas publicadas nas mídias ambiental e convencional). A prática discursiva em Fairclough, como já foi dito anteriormente, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual. A natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos. (FAIRCLOUGH, 2001).

Neste momento, o autor refere-se às rotinas produtivas. E no caso específico dos textos analisados, os contextos sociais são bem diversificados. As matérias da mídia convencional - Folha de S. Paulo, Revista Veja, Diário de Cuiabá e Correio Braziliense - são resultado de rotinas produtivas parecidas: indústrias da informação, onde a notícia é o bem produzido e comercializado. Já na mídia ambiental em análise: Jornal do Meio Ambiente, O Eco, Ambientebrasil e Estação Vida, encontram-se realidades diferentes pela natureza das empresas. O tipo de associação de cada uma delas nem sempre está expresso na fonte de pesquisa: a página da instituição na internet. Nos portais eletrônicos disponíveis, a Estação Vida e o Jornal do Meio Ambiente afirmam ser OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Eco se auto-denomina uma entidade sem fins lucrativos, que recebe doações internacionais e apóia projetos de interesse social e ambiental em vários países, e o Ambientebrasil não revela a sua natureza empresarial.

Ao contrário da mídia convencional em questão: Folha de S. Paulo, Revista Veja, Diário de Cuiabá e Correio Braziliense, a mídia ambiental analisada, em sua totalidade, não tem a produção de notícias como sua principal atividade. A quantidade de profissionais de comunicação contratados na mídia ambiental é infinitamente menor. Daí, provavelmente um dos motivos para a baixa produção de matérias jornalísticas. Isto não deixa de ser também, uma consequência das rotinas produtivas, já que os profissionais atuantes na mídia ambiental

desenvolvem atividades múltiplas que vão desde a educação até planejamento e gestão; e onde o jornalismo é apenas uma das inúmeras atribuições dos profissionais.

Dos quatro veículos de comunicação ambiental analisados, apenas O Eco dispõe de uma grande equipe de repórteres e articulistas, e publica em quantidade comparável à mídia comercial. Este veículo de comunicação ambiental produziu 33 textos no total, o mesmo número produzido pelo jornal Diário de Cuiabá, o que apresentou a maior quantidade de matéria impressa sobre o tema e está localizado no Estado onde ficou concentrada a Operação Curupira. A diferença do primeiro colocado em produção jornalística da mídia ambiental para os demais é muito grande. O Jornal do Meio Ambiente e o Ambientebrasil produziram quatro matérias cada uma e o Estação Vida, cinco, no período de três meses. Enquanto esses veículos da mídia ambiental têm no máximo três jornalistas em seus quadros, O Eco apresenta dezenas de profissionais especialistas em temas específicos, assim como jornalistas, que fazem reportagens e escrevem artigos e textos opinativos em geral.

O fato de não ter matérias próprias, exclusivas, para divulgar, não deixa os portais das mídias ambientais e as *newsletters* sem conteúdo. Pelo contrário, esses veículos de comunicação dispõem de um completo banco de dados e fizeram distribuição, via endereços eletrônicos, de farto material jornalístico sobre a Operação Curupira. O serviço de *clipagem* eletrônica na mídia ambiental é altamente produtivo. Certamente que as fontes são citadas, mas a manutenção do conteúdo jornalístico é feita a partir de outros veículos de comunicação. Exceto O Eco e o Jornal do Meio Ambiente, as outras duas mídias ambientais alimentam seus portais com material alheio. O Ambientebrasil prefere publicar matérias produzidas por empresas públicas como Agência Brasil, Radiobrás, Ibama e MMA, entre outras. Já o Estação Vida, utiliza principalmente matérias publicadas nos veículos de comunicação situados no Estado do Mato Grosso, sede do escritório da referida Oscip. Ressaltando que o Jornal do Meio Ambiente analisado neste trabalho, é o jornal impresso, publicado mensalmente. Esta lembrança faz-se necessária porque existe também um jornal eletrônico com o mesmo nome, criado e mantido pela mesma Oscip, e que funciona nos mesmos moldes do Estação Vida e do Ambientebrasil.

A produção da mídia convencional é comercializada. Compram-se os jornais em bancas ou assinam-se com entregas em domicílio. Já os veículos de comunicação da mídia ambiental, exceto o Jornal do Meio Ambiente, que é impresso, circulam sua produção por meio da *internet*, onde mantêm seus portais de notícias, e enviam *newsletters* diárias a um grupo de assinantes. Com exceção para o Eco, que publica somente produção própria, as outras mídias ambientais mantêm as *newsletters* com conteúdo retirado de outros veículos de comunicação,



até mesmo da mídia comercial, agências de notícias e assessorias de imprensa de órgãos do governo federal e dos Estados.

Dando prosseguimento à macroanálise, ainda na parte da produção, passemos agora para os gêneros dos textos analisados. Construimos a tabela a seguir a partir do enquadramento na classificação feita por José Marques de Melo (MARQUES DE MELO, 2003), o qual, para chegar a esse quadro, partiu da sistematização feita por Luiz Beltrão, um dos pesquisadores brasileiros pioneiro no estudo da comunicação.

Figura 2 - Gêneros discursivos

	nota	notícia	reportagem	entrevista	editorial	artigo	carta	resumo <sup>97</sup>	total
<b>Mídia Convencional</b>									
Folha de S.Paulo	3	10	3	2	1				19
Revista Veja			1						1
Diário de Cuiabá		16		1		1	15		33
Correio Braziliense	2	9	4		1	1			18
<b>Mídia Ambiental</b>									
JMA (Jornal M.Am)	2					2			4
O Eco	9	5	12			5		2	33
Estação Vida		3	1				1 <sup>98</sup>		5
Ambientebrasil		1	3						4

A classificação acima não é unanimidade porque há dificuldade em estabelecer um conceito unificado de gênero, até mesmo entre os teóricos da comunicação. No jornalismo, a primeira tentativa de classificação foi feita pelo editor inglês Samuel Buckeley, quando resolveu separar o conteúdo do jornal Dakly Courant em notícias e comentários. E esta divisão demorou quase dois séculos para ser efetivamente aplicada pelos estudiosos. Ao longo do tempo a maioria dos pesquisadores, ao estudar gênero se deparava com uma dicotomia:

<sup>97</sup> Este gênero não existe na classificação dos pesquisadores analisados. Foi criado pela autora desta dissertação para contemplar um tipo de texto presente na produção de O Eco. Como este veículo de mídia ambiental produz em grande quantidade, realiza a cada sete dias um apanhado geral do seu conteúdo e cria uma sessão denominada Resumo da Semana, onde faz apresentação/retrospectiva, com fotos, e principais textos publicados naquele espaço.

<sup>98</sup> Diferente das cartas publicadas pelo Diário de Cuiabá, que referem-se a cartas de leitores, o que foi denominado de carta e publicado no Estação Vida, é um manifesto do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad. Ambos, apesar da especificidade, são manifestações da sociedade.

forma e conteúdo. “Isto gerou a divisão por temas e pela própria relação do texto com a realidade (opinião x informação)” (PENA, 2005, p. 66).

Inicialmente os textos foram divididos em informativos, explicativos, opinativos e de entretenimento. Posteriormente surge a divisão entre narrativos, descritivos e argumentativos. Os pesquisadores brasileiros Luiz Beltrão e José Marques de Melo foram os que mais se debruçaram sobre o assunto, sendo que este último inventariou as principais classificações de gênero realizadas em diversos países. Ele apresentou a sua própria proposta, baseada nos seguintes critérios: 1. finalidade do texto ou intencionalidade do autor; 2. estilo; 3. modos de escrita ou natureza estrutural; 4. natureza do tema; e 5. articulações interculturais. (MARQUES DE MELO, 2003). As sistematizações deste autor também levam em conta a geografia, o contexto sociopolítico, a cultura, os modos de produção e as correntes de pensamento.

Ainda na macroanálise das práticas discursivas, identificamos a interdiscursividade e a intertextualidade das amostras de discursos. A intertextualidade implica na inserção da história em um texto. “Ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.134). É a capacidade que um texto tem de responder, reacentuar e retrabalhar textos passados. E assim fazendo, contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e moldando textos subsequentes. O conceito de intertextualidade aponta para a produção dos textos. Para Fairclough, a intertextualidade está dividida entre constitutiva e manifesta. Nesta, “outros textos estão explicitamente presentes no texto sob análise” (FAIRCLOUGH, 2001, p.136). Já a intertextualidade constitutiva, que também pode ser chamada de interdiscursividade, é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção. Helena Brandão lembra que existem ainda as classificações interna e externa para a intertextualidade. Segundo ela, numa intertextualidade interna há relação com discursos do mesmo campo semântico, enquanto que na externa “o discurso define certa relação com outros campos conforme os enunciados destes sejam citáveis ou não”. (BRANDÃO, 2004, p.95).

A interdiscursividade presente de maneira marcante nos textos analisados sobre a Operação Curupira, seja da mídia ambiental ou da convencional, é o enfoque policial para as coberturas jornalísticas. A preocupação em mostrar quantos envolvidos foram indiciados e presos é evidente, e pode ser observada nos títulos das matérias: Prisões temporárias em xeque; MP aponta 190 envolvidos, e Operação Curupira II prende 16, publicadas no Correio Braziliense; Operação leva quase 90 para cadeia; Envolvidos com Operação Curupira estão

com prisão temporária decretada por cinco dias; PF indicia 91 por crimes ambientais; e Juiz prorroga prisão de 12 da Curupira II, publicadas no Diário de Cuiabá.

O caráter policial da cobertura jornalística está presente até mesmo na própria criação, por parte da mídia noticiosa, dos atores sociais envolvidos, os quais são transformados em fontes para grande parte das matérias jornalísticas. O setor público é o ator social mais forte e presente na maioria dos textos analisados. Este está representado pela Polícia Federal, o Ministério Público, o Ibama, o MMA, a SEMA, a Polícia Civil e o Ministério do Meio Ambiente. O setor sociedade civil e o meio ambiente são os outros atores identificados.

### **3.3 A OPERAÇÃO CURUPIRA NA MÍDIA CONVENCIONAL**

Como a Curupira foi uma operação policial, era previsível que a cobertura jornalística fosse realizada por repórteres da editoria de polícia. Isto, na mídia convencional, nos jornais impressos considerados mídia antiga. Principalmente quando a linha editorial do veículo de comunicação não demonstra muito apreço pelo tema meio ambiente. Mas não foi o que aconteceu. No Diário de Cuiabá, o menor dos veículos, em termos de tiragem e de infraestrutura, a cobertura foi realizada pela editoria de cidades, com espaço para a editoria de opinião e de carta do leitor. O Correio Braziliense cobriu a Operação Curupira por intermédio de suas editorias de nacional, política e opinião. A Revista Veja noticiou a referida operação uma única vez durante o período analisado: de 01/06/2005 a 31/08/2005. E esta única matéria, classificada pela revista como reportagem especial, não foge ao padrão policial das demais, apresentando as ligações políticas dos acusados.

Numa tentativa de dar caráter investigativo à sua reportagem, a Revista Veja<sup>99</sup>, apresenta os dados em forma de desvendamento. E procura fazer uma ligação com o PT, partido político que ocupava o governo federal na época do acontecido (2005). Esta revista ressalta o envolvimento do PT com a corrupção usando figura de linguagem, quando compara os acusados com cupins. Outra figura utilizada é a da praga, cuja revista associa à corrupção; e durante o desenrolar da reportagem vai fazendo comparações entre a praga da corrupção e dos cupins que, juntos, estariam devastando a floresta. A Veja denuncia a derrubada ilegal de madeiras valiosas como mogno, tatajuba e maçaranduba, que, segundo a revista, demorariam “vinte anos para se regenerar”. Neste trecho, observamos que o termo regenerar foi usado

---

<sup>99</sup> A Revista Veja disponibiliza seu conteúdo atual e de anos anteriores no endereço: [www.vejaonline.com.br](http://www.vejaonline.com.br). No entanto, o material não é gratuito. Ver matéria completa, publicada em 08/06/2005, edição 1908 no CD anexo, pp. 29-34.

incorretamente, uma vez que árvore derrubada para formação de pasto ou para a agricultura, como é o caso dos desmatamentos irregulares descobertos pela Operação Curupira, não se regenera nunca mais. Há ausência de informações técnicas sobre o termo regenerar.

Com característica fortemente política, a reportagem da Revista Veja mostra o cenário do momento da deflagração da Operação Curupira como posterior ao escândalo dos Correios, cuja CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) o governo federal havia tentado evitar. A todo instante a revista relembra o envolvimento de petistas, mostrando que a bandeira da moralidade daquele partido havia caído. E para finalizar a reportagem, a Veja informa que a corrupção descoberta vinha de anos atrás, mas seus atores (filiaados ao PT ) se renovaram, numa clara atitude de julgamento e condenação dos suspeitos de envolvimento na quadrilha das ATPFs. A referida reportagem enaltece e elogia a atuação da Polícia Federal no evento, afirmando que o apartidarismo e o não aparelhamento da PF são inéditos no país.

Na mesma linha política da Revista Veja, a Folha de S. Paulo<sup>100</sup> em algumas matérias publicadas no período analisado por esta pesquisa, coloca a Operação Curupira como acontecimento político. Seria uma resposta do governo à CPI dos Correios, que não foi evitada, como queria o Executivo Federal. A Folha de S. Paulo é o jornal que mais movimentou o tema Operação Curupira nas suas páginas, tendo tratado do assunto nas editorias de economia, ciência, nacional/Brasil; e opinião. É também, o único veículo de comunicação, entre os analisados no período, que ouviu o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi. Em longa entrevista<sup>101</sup> de pergunta e resposta Maggi é questionado sobre os títulos de “rei da soja”, “motosserra de ouro” e “estuprador da floresta”, conferidos a ele de forma jocosa. A Folha de S.Paulo, mesmo dando voz ao governador, prossegue com denúncias e aponta Maggi como o maior incentivador do avanço da agricultura em direção à Amazônia.

Apesar de ter apresentando caráter fortemente político na cobertura da Operação Curupira, a permanência maior do tema na Folha de S. Paulo ficou na editoria de economia. Este jornal calcula que seriam necessários R\$ 108 milhões para recompor as áreas da floresta devastadas ilegalmente. Mas a avaliação não apresenta qualquer embasamento técnico, deixando de explicar que tipo de recomposição seria possível, e em quais áreas. A falta de informações especializadas acerca de assuntos ambientais com enfoque econômico é evidente neste jornal.

---

<sup>100</sup> As matérias da Folha de S. Paulo analisadas estão no CD anexo, pp. 03-27. O conteúdo também pode ser lido no site: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br). Acesso em: 05/10/2005. Ao baixar para leitura, é necessário pagar.

<sup>101</sup> Ver entrevista completa no CD anexo, pp.12-15.

No entanto, a sensibilidade dos repórteres da editoria de economia da Folha de S. Paulo é visível em matérias como a intitulada “Intervenção da PF paralisa economia de municípios”<sup>102</sup> onde estão expostos aspectos do ambiente: “na avenida em frente ao escritório, passa uma picape americana Savannah, modelo novo. Dentro, a família de uma das lideranças dos índios cintas-largas, que enriquecem vendendo a madeira de lei de suas terras” (CD anexo, p.15). Este jornal foge um pouco do lugar comum ao mostrar também que a ocupação hoteleira em alguns municípios do norte de Mato Grosso costuma ser alta nos meses de junho e julho, devido ao período de maior exploração da madeira. Suas matérias, em geral, apresentam um caráter histórico, onde há informações sobre a origem de determinados municípios e suas populações.

A Folha de S. Paulo foi o único veículo de comunicação, entre os analisados, que entrevistou o diretor de florestas do Ibama, Antônio Carlos Hummel, logo depois dele ter sido libertado da prisão preventiva de cinco dias, por suspeitas de envolvimento na Operação Curupira. É também o único a questionar a votação de Projeto de Lei do Executivo Estadual do MT extinguindo a floresta de transição e criando o cerrado denso, com o objetivo de aumentar as áreas passíveis de desmatamento na Amazônia Matogrossense. Este jornal cita a existência de Reserva Legal com percentual superior ao Cerrado nas áreas de transição para a Amazônia Legal; mas não explica o que isto representa e qual a importância de manter reservas em propriedades particulares. As informações referentes à conservação ambiental carecem de detalhamento e aprofundamento.

O Correio Braziliense<sup>103</sup>, durante o período analisado, publicou reportagens de caráter oficial em sua maioria, tendo entrevistado a ministra do meio ambiente, Marina Silva, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello e representantes do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. As matérias têm caráter predominantemente político e, ao contrário da cobertura da Folha de S. Paulo, a deste jornal não apresenta descrição do ambiente, passando a impressão de que os repórteres não estiveram nos locais de maior incidência da Operação Curupira para a realização das reportagens. O Correio Braziliense ressalta as divergências existentes dentro do próprio governo na condução da Curupira, quando confronta as posições do Ministério Público com as do Ministério do Meio Ambiente na questão da prisão de Antonio Carlos Hummel, diretor de florestas do Ibama. Este, devido

---

<sup>102</sup> Disponível no CD anexo, p.15.

<sup>103</sup> As matérias do Correio Braziliense analisadas nesta pesquisa estão no CD anexo, pp. 72-92 Pagando o valor estipulado, o conteúdo também pode ser lido no site: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br). Acesso em: 15/10/2005.

sem provas e sem ter sido indiciado, voltou ao mesmo cargo pouco mais de um mês após o ocorrido.

A notícia da prisão de Hummel foi divulgada pelo Correio Braziliense com ênfase para o fato desse servidor ter sido indicado para o cargo pela ministra do meio ambiente, Marina Silva. Após quase condenar o servidor do Ibama, na matéria de 04/06/2005, publicada na editoria de Brasil/nacional (CD anexo, p.75), este jornal noticia a libertação de Antonio Carlos Hummel, na mesma editoria, em 09/06/2005 (CD anexo, p.81). O Correio Braziliense muda de idéia quanto ao envolvimento do servidor na Operação Curupira, uma vez que no dia 28/06/2005, na editoria de opinião, publica o editorial<sup>104</sup> intitulado “Os excessos da PF”, onde sai em defesa de Hummel afirmando: “dois casos recentes servem de paradigma dos excessos policiaiscos. Antonio Carlos Hummel, ex-diretor do Ibama e o engenheiro florestal Randolf Zacow, detidos durante a Operação Curupira foram atirados a uma enxovia em companhia de traficantes internacionais. Dias depois, foram postos em liberdade porque não havia provas de que tivessem cometido crime”.

Ao noticiar fatos da Operação Curupira, o Correio Braziliense cria adjetivos próprios para identificar os acusados. Este jornal afirma que a “maior quadrilha especializada em crimes ambientais do país” foi desbaratada. Denomina a mesma de “máfia”<sup>105</sup>. As matérias relativas à Operação Curupira no Correio estiveram alojadas, em sua maioria, na editoria nacional, chamada de Brasil por este jornal. Do total de vinte matérias publicadas no período analisado, dezesseis estiveram na editoria nacional. Em seguida, vêm as editorias de opinião e política, onde foram publicadas duas matérias em cada uma, no período de 01/06/2005 a 31/08/2005. O fato deste jornal ter dedicado duas vezes sua página principal, onde está a opinião do veículo, no período de apenas três meses, à Operação Curupira, pode ser um indicativo da importância do tema para o Correio.

O caráter eminentemente político na cobertura dos acontecimentos relativos à Operação Curupira é uma característica do Correio Braziliense. Nas poucas vezes que tentou dar enfoque mais econômico, este jornal não apresentou subsídios para embasar os números apresentados. Assim como ocorreu com a Folha de S. Paulo, o Correio caiu no vazio ao anunciar que “seriam necessários R\$ 108 milhões para recompor a área devastada”. Do

---

<sup>104</sup> Texto completo no CD anexo, p.86. Disponível também no [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br). Buscar em matérias anteriores, data: 28.06.2005, editoria de opinião. Acesso em: 18/08/2006.

<sup>105</sup> Os referidos adjetivos podem ser encontrados nas matérias publicadas no Correio Braziliense nas seguintes datas: 03/06/2005, 04/06/2005 e 10/06/2005. Estão disponíveis no *site* do jornal: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br). Buscar pela data em matérias anteriores. Acesso em 18/08/2006.

mesmo modo que o jornal paulista não explicou que áreas seriam passíveis de recomposição, o que o veículo de comunicação denomina de recomposição e de área devastada. Enfim, mais uma vez é evidenciada a ausência de informações especializadas sobre temas ambientais durante o período em análise no Correio Braziliense.

Dentre os veículos de comunicação da mídia convencional, analisados no mesmo período, o Diário de Cuiabá foi o que divulgou o maior número de matérias (23) sobre a Operação Curupira. Como a maioria dos fatos gerados em torno dessa operação aconteceu na capital matogrossense, este jornal publicou dezesseis matérias na editoria local. Quanto ao número de matérias veiculadas de acordo com a editoria, em seguida vem a de opinião do leitor, com cinco. Logo depois, a editoria de opinião/editorial com dois artigos onde o jornal apresenta a sua visão sobre o tema.

Pelo fato de estar perto dos acontecimentos e manter essa proximidade com o local de geração das notícias da Operação Curupira, o Diário de Cuiabá<sup>106</sup> apresentou duas matérias exclusivas, com um fato novo, que nenhum outro veículo divulgou. Estas, “Ibama sob intervenção por 60 dias”, publicada em 09/06/2005, p. 39, CD anexo; e “Policias federais são assaltados”, publicada em 04/06/2005 na página 42 do CD anexo não são de grande relevância e não mudam o curso da história. No entanto, são dados exclusivos. A matéria intitulada “Ibama sob intervenção por 60 dias” em sua totalidade, não é inédita, mas apresenta em seu corpo uma informação exclusiva, a qual faz referência a incêndio, provavelmente criminoso, no escritório do Ibama em Guarantã do Norte às vésperas de inspeção anunciada. A mesma seria realizada pelo grupo de trabalho criado dentro da própria autarquia, anteriormente à Operação Curupira, com o objetivo de apurar denúncias do envolvimento de funcionários do órgão com o desmatamento ilegal no Mato Grosso<sup>107</sup>. Mesmo dispondo de informação exclusiva, o Diário de Cuiabá não investiu nela sequer como título para a matéria que tratou do tema. Este jornal poderia ter realizado uma reportagem investigativa a partir desses dados. Mas preferiu não dispensar a menor atenção à informação, colocada na boca do delegado da Polícia Federal responsável pelo caso, Tardelli Boaventura, o qual afirmou: “foi um ato deliberado. O laudo prova isso”. (CD anexo, p.39). A outra matéria exclusiva do

---

<sup>106</sup> Todo o conteúdo publicado no Diário de Cuiabá pode ser lido gratuitamente no endereço: [www.diariodecuiaba.com.br](http://www.diariodecuiaba.com.br) Basta indicar a data de publicação no espaço de edições anteriores. Acesso em 08/06/2005.

<sup>107</sup> Matéria completa pode ser lida no CD anexo, p. 39. Disponível também para leitura no *site* do Diário de Cuiabá: [www.diariodecuiaba.com.br](http://www.diariodecuiaba.com.br). Na sessão edições anteriores, inserir a data 09/06/2005. Acesso em 15/09/2005.

Diário de Cuiabá informa que policiais federais de passagem pela cidade para ajudar nos trabalhos da Operação Curupira foram assaltados. (CD anexo, p.42).

O Diário de Cuiabá utiliza muitos números na cobertura da Operação Curupira. No entanto, os mesmos são divergentes dos apresentados pelos demais veículos de comunicação. Aliás, esta é uma característica peculiar das matérias analisadas no período: não há unanimidade quanto aos números divulgados. Seja de possíveis envolvidos, de prisões decretadas, de área desmatada, ou de madeira apreendida, o quantitativo não é o mesmo. A preferência por números que impressionam, sem a devida explicação do significado dos dados apresentados, é uma das características deste jornal. Os títulos das matérias publicadas sobre o tema atestam essa fixação por números: “Operação leva quase 90 para cadeia”; “Ibama sob intervenção por 60 dias”, ambas veiculadas em 03/06/2005; “PF indicia 91 por crimes ambientais”, em 18/06/2005; “PF identifica 25 madeireiros que ainda usam ATPFs falsas”, em 30/07/2005. Outros três títulos, no período analisado por este jornal, contêm números.

A fixação por numerários não está expressa apenas nos títulos. No decorrer dos textos jornalísticos, as matérias estão repletas de números. Em matéria veiculada no dia 18/06/2005 o veículo informa que os sete inquéritos da Polícia Federal sobre a Operação Curupira têm onze mil páginas. Nesta mesma matéria há várias demonstrações desse apreço pelos números: “Em apenas 2 anos de levantamento, o grupo foi responsável pelo desmatamento criminoso de 43 mil hectares. Neste mesmo período, calcula-se que tenham sido comercializados R\$ 890 milhões em madeira ilegal” (CD anexo, p.58). Em outro texto afirma que são 600 as madeiras do Mato Grosso envolvidas com a corrupção de 10 anos. O excesso de números pode ser observado em todas as matérias veiculadas no Diário de Cuiabá. (CD anexo, pp.35-71).

Os moradores de Mato Grosso têm mais voz, nas matérias analisadas sobre a Operação Curupira, no Diário de Cuiabá. Além das páginas dedicadas às cartas de leitores<sup>108</sup>, com textos enviados voluntariamente para a redação do jornal, pelas mais variadas pessoas, está expressa, também nessa editoria, a opinião do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Públicas de Meio Ambiente de Mato Grosso, o Sintema/MT (p. 46, CD anexo). No referido conteúdo, Hélio Lopes, presidente deste sindicato, parabeniza o governo federal pela realização dessa operação e esclarece que não há um único trabalhador concursado, de carreira da Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente do MT) envolvido com as fraudes.

---

<sup>108</sup> Leitores expressam seus pontos de vista sobre a Operação Curupira no Diário de Cuiabá. Páginas 45-49 do CD anexo.



Diz a carta do dirigente sindical: “não se trata de funcionários efetivos da Fundação e sim, pessoas consideradas como de confiança pelo governo. Não são trabalhadores de carreira”.

Nos dois artigos opinativos publicados sobre a Curupira no Diário de Cuiabá está explícito o descontentamento do jornal com os fatos desvendados por essa operação. No primeiro editorial, publicado em 03/06/2005, logo após a divulgação dos primeiros resultados da operação, o Diário de Cuiabá vai contra os índices oficiais de desflorestamento registrados no Estado. Na página 41 do CD anexo, em artigo intitulado “Curupira”, o editorial diz: “não existe uma avalanche de desmatamento em Mato Grosso”. Em outro artigo opinativo e assinado por Onofre Ribeiro, intitulado “O espetáculo Operação Curupira”, este jornal afirma<sup>109</sup> que a operação “foi, de fato, um grande espetáculo de mídia. Muita gente presa, muitas algemas e muito barulho”. (CD anexo, p. 59).

O Diário de Cuiabá perdeu a chance de investir numa excelente matéria sobre a retirada ilegal de madeira da Reserva do Rio Pardo, no norte do Mato Grosso e de parques indígenas da região de Aripuanã, divulgada por este jornal sem a devida importância. Outra pauta boa que acabou perdida, e foi anunciada pelo Diário de Cuiabá, sem direito a acompanhamento, diz respeito à nova rota rodoviária criada pelos caminhoneiros para driblar a fiscalização e transportar madeira ilegal. Na página 65 do CD anexo, pode ser lida matéria completa intitulada “Madeira ilegal percorre nova rota” onde há apenas o anúncio da descoberta da rota e a quantidade de caminhões apreendidos com carregamento irregular de madeira.

Prosseguindo com a macroanálise das práticas discursivas das matérias jornalísticas publicadas pela mídia convencional, lembramos que a intertextualidade está dividida entre constitutiva e manifesta. Esta última, “é uma área cinzenta entre a prática discursiva e o texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 285). Ela diz respeito às características que estão manifestas na superfície do texto. Dentre as características manifestas, chama a atenção uma noção de proporcionalidade apresentada na maioria dos veículos de comunicação analisados. Assim que ocorreu a divulgação dos primeiros resultados da Operação Curupira, na primeira semana de junho de 2005, as matérias jornalísticas publicadas naquele período, apresentam a mesma intertextualidade manifesta. A Revista Veja<sup>110</sup>, para demonstrar uma proporção da madeira derrubada ilegalmente na Amazônia, que seriam 2 milhões de metros cúbicos, durante dois anos: 2003/2004, exemplifica: “daria para carregar 66 mil caminhões. Enfileirados, eles

---

<sup>109</sup> Artigo assinado por Onofre Ribeiro, publicado em 21/06/2005. Disponível na íntegra no CD anexo, p.59, ou no endereço: [www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=221748](http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=221748). Acesso em 10/06/2006.

<sup>110</sup> Ver matéria completa no anexo CD. Revista Veja de 08/06/2005. Edição 1908. pp. 120/124. Título: Especial Corrupção. Devastação da Floresta. Ratos e, agora, cupins.

ocupariam uma extensão equivalente à distância entre o Rio de Janeiro e Natal” A Folha de S. Paulo<sup>111</sup> mantém a mesma figura de linguagem para exemplificar o montante de madeira extraído ilegalmente no mesmo período, usando caminhões carregados. Só que a quantidade é bem maior. Diz a matéria: “são 2,5 milhões de metros cúbicos de madeira, o equivalente a 83 mil caminhões”.

Dando continuidade à verificação da intertextualidade manifesta nos veículos de comunicação da mídia convencional, observamos no Correio Braziliense<sup>112</sup> a mesma figura de caminhões carregados. Coincidindo com os números apresentados pela Revista Veja, o Correio cita: “43 mil hectares de florestas nos últimos dois anos. A madeira retirada daria para encher 66 mil caminhões”. O Diário de Cuiabá<sup>113</sup> também confirma os números da Revista Veja e do Correio Braziliense tendo divulgado que “a madeira retirada ilegalmente é suficiente para encher 66 mil caminhões”, e acrescenta uma outra figura de proporcionalidade: “uma área igual a 52 mil campos de futebol”.

O que se apreende das matérias analisadas é que, apesar de migrar de uma editoria para outra, a cobertura jornalística da Operação Curupira na mídia convencional aponta para a prevalência dos enfoques policial e político, independente da editoria em que tenham sido publicadas. Esta é a interdiscursividade mais evidente e expressa nos textos analisados da mídia convencional.

As pistas para o enquadramento das matérias jornalísticas como policiais estão expressas em trechos de todos os veículos de comunicação da mídia comercial analisados como por exemplo: “...130 pessoas foram presas e mais de 20 funcionários do Ibama afastados...”(Folha de S. Paulo de 19/08/2005 – CD anexo); “A Operação Curupira prendeu 102 pessoas – entre madeireiros, fiscais do Ibama e outros funcionários públicos” (Revista Veja de 08/06/2005 – CD, pp. 29-34); “A Justiça Federal expediu 129 mandados de prisão e 185 de busca e apreensão”. (Diário de Cuiabá, 11/06/2005 – anexo em CD); “PF prende 78 integrantes da maior quadrilha responsável pela venda de madeira extraída ilegalmente da Amazônia”. (Correio Braziliense, 04/06/2005 – CD);

Mas não apenas o que está dito pode ser analisado. O que não está dito, escrito e expresso em forma de palavras também é objeto de análise. O interdiscurso, a fala esquecida ou a memória apagada nos permitem compreender o discurso dos veículos de comunicação da

---

<sup>111</sup> A referida matéria foi publicada na Folha de S. Paulo do dia 19/05/2006. Ver anexo CD.

<sup>112</sup> Ver matéria publicada em 03/06/2005 no Correio Braziliense, p.9, editoria Brasil. Anexo CD.

<sup>113</sup> Publicado Diário de Cuiabá de 11/06/2005, editoria de cidades. Ver anexo em CD.

mídia convencional. Em todos eles identificamos os não-ditos: desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, seqüestro de carbono, serviços ambientais e cobrança pelos mesmos. Esses assuntos de extrema importância, que estão fortemente ligados ao tema desmatamento, consequência da corrupção desbaratada pela Operação Curupira, não foram abordados em nenhuma das matérias analisadas da mídia comercial. Lembramos que esta pesquisa tem um caráter exploratório, com a função de fomentar a reflexão sobre o tema, localizando pistas de compreensão, sem a pretensão de colocar um ponto final sobre o assunto.

Na condição de analista do discurso, seguimos pistas para compreender os sentidos produzidos. E para isto, não estamos presos somente ao texto, tentamos ultrapassar seus limites. O fato de não encontrar nas matérias analisadas nenhuma alusão a conceito tão importante como o de desenvolvimento sustentável e debates em torno das mudanças climáticas, é uma pista em direção ao discurso hegemônico do não-dito. Porque todos deixarem de dizer coisas que são básicas é uma forma de hegemonia. E esta, é liderança, tanto quanto dominação. De acordo com Fairclough, “pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 144). Os veículos de comunicação da mídia comercial analisados silenciaram a respeito de conceitos e assuntos considerados essenciais para o meio ambiente.

### **3.4. A OPERAÇÃO CURUPIRA NA MÍDIA AMBIENTAL**

A mídia ambiental, que tem como foco os temas do meio ambiente, seguiu os mesmos passos da mídia convencional no que tange à interdiscursividade de suas matérias jornalísticas. Certamente que os textos são mais interpretativos e menos factuais, pela natureza da sua distribuição. Principalmente no Jornal do Meio Ambiente, com periodicidade mensal, e no O Eco, que mesmo atualizando conteúdo diariamente, conta com número maior de articulistas, produzindo mais artigos de opinião. Os outros dois veículos de comunicação da mídia ambiental analisados: Ambientebrasil e Estação Vida, como publicam diariamente conteúdos que tratam de meio ambiente provenientes dos mais diversos veículos, - inclusive da mídia convencional – apresentam uma grande quantidade de matérias com enfoques marcadamente policial e político.

A interdiscursividade manifesta nos veículos de comunicação da mídia ambiental pode ser observada no caráter eminentemente policial dos títulos das matérias: “desmontaram um quadrilha que atuava há 14 anos no Mato Grosso” (Jornal do Meio Ambiente, junho/2005 –

CD anexo); “ A justiça decretou a prisão de pelo menos 42 empresários e 47 servidores do Ibama” (OEco, 02/06/2005 – CD); “investigações levaram a Justiça a decretar a prisão de 89 envolvidos” (Estação Vida, 02/06/2005 – Anexo CD); “mais de 80 funcionários foram presos no Mato Grosso acusados de participar de um esquema de venda de documentos...” (Ambientebrasil, 06/06/2005 – CD).

A abordagem econômica também é outra interdiscursividade bastante presente nos textos analisados. Porque o policial não se separa do econômico. No enfoque policial as histórias giram em torno da subtração de bens materiais, de valores, feita por acusados, descobertos pela polícia. Nesta lógica, a madeira subtraída da floresta graças a atuação de quadrilhas que manipulavam ATPFs, representa o dinheiro, quanto foi perdido em termos monetários. O curioso é que a cobertura jornalística da Operação Curupira quando aborda o tema por uma ótica econômica, não trata da remuneração dos serviços prestados pela natureza na forma de floresta em pé. Os cálculos são feitos apenas com base no produto florestal: madeira ou tora. Não são tratadas questões como a emissão de dióxido de carbono, consequência da derrubada das árvores, e a contribuição das florestas para redução de emissões de gases de efeito estufa, entre outros serviços ambientais que deixam de existir com o desmatamento. A interdiscursividade está presente na abordagem econômica como a segunda mais utilizada pelos veículos de comunicação analisados.

Um dos artigos, entre os analisados, tomado como exemplo, é intitulado “estranho...muito estranho”<sup>114</sup> (O Eco, 05/06/2005), de autoria de Marc Dourojeanni, professor universitário no Peru e presidente da Fundação Pronatureza. No texto há questionamentos sobre os números apresentados como resultados da Operação Curupira. Segundo ele, os dados “são inconsistentes e só têm efeito moral”. O articulista faz esta afirmação com base nos índices de desmatamento de anos anteriores, todos considerados por ele muito altos, mas sem a repercussão dada ao que ocorreu em 2005. A abordagem, em certo aspecto é econômica, na medida em que aponta para a quantidade de madeira cortada, observada no trecho “a quadrilha desmatou ilegalmente 40 mil hectares, 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira”. No entanto, não há aprofundamento da questão econômica no que diz respeito à perda dos serviços florestais ocorrida com o desmatamento.

Na mídia ambiental uma das intertextualidades manifestas continua sendo a mesma da mídia convencional no que tange à figura de linguagem para demonstração da quantidade de

---

<sup>114</sup> Ver artigo completo no CD anexo, p. 112. Disponível também no endereço: [www.oeco.org.br](http://www.oeco.org.br). Em matérias anteriores, digitar a data: 05/06/2005. Acesso em 14/06/2006.

madeira ilegal apreendida. O Jornal do Meio Ambiente<sup>115</sup> publicou: “...exploração ilegal de 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira, suficientes para carregar 76 mil caminhões”. Estes são os mesmos números com os quais trabalhou o Estação Vida, que publicou, inclusive com as mesmas palavras do Jornal do Meio Ambiente: “... exploração ilegal de 1,9 milhão de metros cúbicos de madeira, suficientes para carregar 76 mil caminhões”. E acrescentou: “se enfileirados, cobririam a distância entre o Rio de Janeiro e Brasília”.

Deve haver algum equívoco nas contas destes dois veículos de comunicação, porque a quantidade de metros cúbicos de madeira, apesar de ser menor, enche 10 mil caminhões a mais do que ocorre com as contas feitas pela Revista Veja, Correio Braziliense e Diário de Cuiabá. Outro veículo de comunicação da mídia ambiental que trabalhou com os mesmos números e figuras apresentados pela maioria foi O Eco<sup>116</sup>. Segundo ele, “o volume de madeira transportado pelos integrantes da quadrilha, avaliado em R\$ 890 milhões, daria para encher 66 mil caminhões, que enfileirados atingiriam a distância entre Salvador/Ba e Curitiba/PR”. (CD anexo, p. 104).

O portal de notícias ambientais O Eco introduz uma fonte jornalística presente em grande parte de suas reportagens: o Greenpeace. Esta organização não-governamental internacional que trata da conservação do meio ambiente, é colocada como fonte de confiança de O Eco. Em matéria intitulada “Corte na corrupção”<sup>117</sup>, publicada em 02/06/2005, este veículo de comunicação traz informação relevante e exclusiva sobre um dos acusados de envolvimento na Operação Curupira, detido pela Polícia Federal, o engenheiro florestal Randof Zachow, ex-diretor do Ibama. Vejamos o que diz O Eco, em matéria assinada por Carolina Elia, sobre este senhor:

“Há gente também que pontificava na área ambiental do governo à época de Fernando Henrique Cardoso, como Randolf Zachow, funcionário do Ibama preso no Paraná. Ele era o agente brasileiro da CITES, órgão da ONU que combate o tráfico mundial de animais silvestres e de produtos florestais. Em 2000, Zachow escreveu carta ao U.S. Forest Service americano dizendo que era para liberar carregamento de mogno irregular apreendido pelas autoridades dos Estados Unidos. Os americanos mandaram uma carta de volta ao Brasil dizendo-se intrigados com a liberação e o caso, pelos mãos do Greenpeace, chegou até o Palácio do Planalto. Fernando Henrique demitiu-o do cargo da CITES imediatamente”. (CD anexo, p.101).

---

<sup>115</sup> Ver matéria completa no anexo CD, p. 94. Jornal do Meio Ambiente. Edição 103/2005., p.10.

<sup>116</sup> Está publicada na coluna Salada Verde – Notas do Meio Ambiente, em O Eco de 14/05/2005. Ver CD, p. 104. Disponível também em [www.oeco.org.br](http://www.oeco.org.br). Acesso em 20/07/2005.

<sup>117</sup> Texto completo no CD anexo, pp. 99-101.

O jornal Correio Braziliense tem opinião diferente sobre o referido engenheiro florestal (Ver página 97 desta pesquisa). No dia 28 de junho de 2005 o Correio, no espaço mais importante do jornal, dedica editorial para falar dos excessos da Polícia Federal na Operação Curupira. No referido editorial<sup>118</sup> o jornal classifica as prisões dos ex-diretores do Ibama: Randolf Zachow e Antonio Carlos Hummel, como “excessos policiaiscos”. (Correio Braziliense, 28/06/2005).

Dos veículos de comunicação da mídia ambiental analisados, O Eco é o que mais investe em reportagens realizadas nos locais dos acontecimentos. Assim como ocorre com a Folha de S.Paulo, dentre os veículos da mídia convencional, verifica-se que os jornalistas de O Eco costumam viajar muito e apresentar os fatos a partir de um olhar de proximidade. As reportagens têm mais vida, mais exposição de cenário<sup>119</sup>, de ambiente local, e envolvimento com os entrevistados. E os artigos assinados por especialistas em diversas áreas do conhecimento são mais profundos do ponto de vista técnico, apresentando informações qualificadas e detalhadas. O Eco foi o único veículo de comunicação, incluindo a mídia convencional, a sugerir a qualificação do desmatamento: onde, quando e o porquê do desmatamento. E esta é uma informação essencial para quem trabalha com dados sobre desflorestamento.

O Eco apresenta historicidade em suas matérias e ressalta o fato de que os ambientalistas já denunciavam irregularidades em ATPFs há muitos anos. Este veículo de comunicação, a exemplo da Folha de S. Paulo, do Correio Braziliense, do Diário de Cuiabá e do Jornal do Meio Ambiente, também enxerga exageros na Operação Curupira e entre os quais, inclui a prisão do ex-diretor do Ibama, Antonio Carlos Hummel. Mas não inclui o engenheiro florestal, Randolf Zachow. Ainda na linha da historicização, O Eco recorda que o Mato Grosso foi o Estado que mais recebeu verba federal para combater o desmatamento. E acusa o governador Blairo Maggi de ser “desmatador de marca maior” (CD anexo, p. 103).

Atores políticos importantes para o tema meio ambiente que estiveram esquecidos pela mídia em geral como os deputados federais José Sarney Filho, ex-ministro do meio ambiente e Fernando Gabeira, ambos do Partido Verde, foram resgatados por O Eco<sup>120</sup> na cobertura da

---

<sup>118</sup> Disponível no *site* do jornal: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br). Procurar em edições anteriores data de 28/06/2005. Procurar editorial intitulado Os excessos da PF.

<sup>119</sup> Ver matérias intituladas “A caminho do fim”; e “A fresta da Amazônia”, assinadas por Andréia Fanzeres. Disponíveis em [www.oeco.org.br](http://www.oeco.org.br). Procurar em edições anteriores; data: 21/08/2005. Acesso em 30/10/2005.

<sup>120</sup> Matéria completa pode ser lida no endereço: [www.oeco.org.br](http://www.oeco.org.br). Procurar em edições anteriores, a data de 02/06/2005. Título: Aplausos e cobranças. Assinada por Andréia Fanzeres. Ver também em CD anexo, p.103.

Operação Curupira. As articulações políticas do Ministério do Meio Ambiente no Congresso Nacional para aprovar o Plano Nacional de Gestão de Florestas Públicas também tiveram destaque no O Eco (CD anexo, pp.140-141). Este foi o único veículo de comunicação da mídia ambiental que citou o relatório sobre a pressão humana na Amazônia, um estudo do Imazon, Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (CD anexo, pp. 127-129).

O Eco suscitou o debate em torno da qualificação dos servidores públicos que atuam na gestão ambiental, sejam federais ou estaduais. De maneira aberta foram apresentados os problemas referentes à profissionalização desses servidores, seus baixos salários, os processos seletivos de ingresso no emprego, que na maioria dos casos não ocorrem por meio de concursos públicos. Uma série de condicionantes a que estão expostos esses servidores, de acordo com este veículo de comunicação, facilitam o envolvimento com a corrupção. Nesse sentido, deu voz<sup>121</sup> ao ex-gerente do Ibama no Mato Grosso, Hugo Scheuer Werle, doutor em Geografia, detido por suspeita de envolvimento na corrupção das ATPFs. Em outra matéria (CD anexo, pp. 107-109) este portal trata das competências e responsabilidades dos servidores pela autorização de desmates, questionando a Fema pela autorização em fazendas com mais de 300 hectares de extensão e o Ibama, responsável pelas propriedades menores.

Das mídias analisadas, sejam convencionais ou ambientais, apenas O Eco explica os percentuais de Reserva Legal nos biomas. Fala do conflito existente entre a legislação federal, para a qual não existe área de transição: é Cerrado, onde deve-se preservar 35% da vegetação nativa da propriedade; ou é Amazônia, onde tem que preservar 80%. A legislação ambiental do Estado do Mato Grosso instituiu a área de transição Cerrado/Amazônia permitindo o desmate de até 50% da área total da propriedade. Após expor informações relativas à Reserva Legal na Amazônia e no Cerrado, O Eco publica<sup>122</sup>: “O Ministério Público concluiu que a Fema estava tratando regiões de características amazônicas como cerrado”. Assim como a Folha de S. Paulo, este veículo de comunicação ambiental informa que a alta temporada de desmatamento na Amazônia ocorre em julho, mês de divulgação da Operação Curupira. (CD anexo, p.110).

O Eco contextualiza a Operação Curupira no momento que em ocorria o escândalo do mensalão, citando inclusive, o depoimento do deputado Roberto Jefferson, denunciante do

---

<sup>121</sup> Ver matéria completa no CD anexo, pp. 123-124, sob o título: “Dissecando o método”, publicada em 23/06/2005 e assinada por Carolina Mourão.

<sup>122</sup> Matéria intitulada “Um dia a casa cai”, assinada por Carolina Elia, foi publicada em 03/06/2005 e encontra-se no CD anexo pp. 107-109. Disponível também no endereço: [www.oeco.org.br](http://www.oeco.org.br).

esquema de propinas na Câmara Federal; um dos mais altos índices de audiência já registrados na mídia brasileira. Um outro fato político esquecido pelos demais veículos e que obteve cobertura pelo O Eco foi a audiência pública da CPI da Biopirataria sobre a Operação Curupira. Um evento marcado pelo atraso (estava marcado para as 14h30 e só teve início às 17h30) e pelo ostracismo. A reportagem intitulada “De Brasília, sem holofotes”, assinada por Carolina Mourão e publicada em 15/06/2005, tem início dizendo: “Adiada três vezes na mesma tarde, a audiência pública da CPI da Biopirataria sobre a Operação Curupira, parecia que ia micar. Era o dia de Roberto Jefferson na Câmara”. (CD anexo, pp. 120-121).

Mesmo apresentando avanços em algumas questões, a cobertura da Operação Curupira pelo O Eco também mostrou falhas. Uma delas, o uso do termo manejo florestal sustentável, sem explicar o seu significado (CD anexo, pp. 107-109). Outra falha verificada foi a apresentação das oscilações do preço do metro cúbico da madeira nobre. Como exemplo, cita o ipê, cujo valor teria aumentado de R\$ 60 para R\$ 150 em quatro anos. No entanto, percebe-se a ausência de subsídios para demonstrar o que isso importa para os amazônidas, se a valorização implicou em mudança de vida para os moradores das regiões desmatadas, e o que representou de perda para o meio ambiente a extração desse produto florestal. A causa do aumento do preço da madeira é apontada por este veículo de comunicação<sup>123</sup> como consequência da Operação Curupira. Para não dizer que O Eco não abordou as consequências negativas do desmatamento ilegal, este portal citou a perda da biodiversidade como uma consequência irreversível do desflorestamento (CD anexo, pp. 127-129). São introduzidos por este veículo de comunicação outros municípios: Marcelândia, Paranaíta, União do Sul e Cláudia, todos no Mato Grosso, de onde seriam provenientes as madeiras ilegais (CD anexo, pp.125-126).

O Eco refere-se aos acontecimentos em torno da Operação Curupira como resultado da crise de governança do governo, que segundo o portal, vem desde 2003. Este veículo de comunicação cobra a presença do Estado na Amazônia de maneira mais efetiva e fala da situação fundiária e da grilagem de terras na região. Em determinado momento, a partir de 03/07/2005, a cobertura da Curupira em O Eco começa a tomar o rumo da cobrança contra a “moratória do desmatamento”, nome dado à suspensão da emissão de ATPFs. Em matéria intitulada “No passo do Curupira”, publicada nessa data, têm início as pressões para uma tomada de posição por parte do governo. Em seguida, sai em defesa dos empresários de madeireiras certificadas que atuam na Amazônia, apontando como desdobramento negativo

---

<sup>123</sup> Detalhes na matéria intitulada “Devastação em tempo real”, assinada por Manoel Francisco Brito e Carolina Elia, e publicada em 03/07/2005. CD anexo, pp. 127-129.



da Curupira o aumento da burocracia, a instabilidade regulatória e a invasão de áreas de manejo, por parte de madeireiros ilegais. Diz O Eco em matéria intitulada “Adeus”, assinada por Manoel Francisco Brito e publicada em 07/08/2005: “As medidas que o governo vêm adotando na região desde o início do ano para combater o desmatamento estão tendo um efeito muito além do que era esperado. Elas serviram para reduzir o corte ilegal de árvores. Mas acabaram paralisando também o trabalho das madeireiras legalizadas” (CD anexo, pp.143-145).

Uma denúncia grave apresentada pelo O Eco de maneira superficial não foi aprofundada quando do seu anúncio, nem posteriormente como prosseguimento. Em matéria publicada em 03/07/2005 O Eco informa<sup>124</sup> que 82% das multas aplicadas entre 1999 e 2002 pelo Ibama nunca foram pagas. Oportunidade de matéria investigativa de peso ficou perdida com uma denúncia grave tratada com desinteresse por parte de O Eco, que apenas divulgou: “A perda de recursos naturais não consegue nem mesmo ser punida. Do total de multas aplicadas pelo Ibama entre 1999 e 2002, 82% não foram pagas”. (CD anexo, p.129).

O Jornal do Meio Ambiente (JMA) publicou sobre a Operação Curupira no período analisado quatro matérias em três edições impressas. A primeira, da edição 103/2005, informa no título: “Governo desmantela quadrilha que atuava há 14 anos no Mato Grosso”. De caráter oficial, a referida matéria (CD anexo, p.94) publica fotos e dados expostos durante a entrevista coletiva de anúncio dos primeiros resultados da operação, ocorrida no Ministério do Meio Ambiente em 02/06/2005. Na edição do mês seguinte, a de número 104, o JMA (CD anexo, p.95) traz um artigo assinado por seu sub-editor, Henrique Cortez, intitulado “Lições da Operação Curupira”, onde o jornal pontua exageros e equívocos dessa operação, incluindo a prisão do diretor de florestas do Ibama, Antonio Carlos Hummel. Assim, fica confirmada a intertextualidade manifesta na maioria das mídias analisadas: há unanimidade expressa quanto a oposição à prisão, sem provas, desse funcionário do Ibama, que logo após a liberação da prisão preventiva, sem indiciamento, voltou a ocupar o cargo de diretor de florestas, com lotação em Brasília.

O Jornal do Meio Ambiente, a exemplo de O Eco, colocou em debate a qualificação dos servidores públicos federais que atuam na gestão ambiental. No artigo acima referido está grafado: “os inúmeros cargos de confiança e a partidarização, o aparelhismo dos órgãos ambientais contribuíram para aumentar a fragilidade e ampliar o raio de ação dos fraudadores.

---

<sup>124</sup> Detalhes na matéria intitulada “Devastação em tempo real”, assinada por Manoel Francisco Brito e Carolina Elia, e publicada em O Eco na data de 03/07/2005. CD anexo, pp. 127-129.

Sempre que se fala em cargos de confiança, há que se perguntar – confiança de quem?” (CD anexo, p. 95). No mesmo artigo o JMA, em tom de desafio, aponta algumas falhas do Ministério do Meio Ambiente, e cobra do governo “ações estruturantes”, um termo bastante utilizado pela titular da pasta em quase todos os seus discursos nos anos de 2003 a 2006.

Na edição 105, de agosto de 2005, o Jornal do Meio Ambiente publica uma matéria assinada por Aldem Bourschelt, que na época trabalhava na assessoria de comunicação do Ministério do Meio Ambiente. Apesar de usar a retranca “De olho no governo”, dando a impressão de texto independente, a referida matéria, aparentemente, não é exclusiva do veículo. Pelo contrário, pode configurar-se em uso de *press-release* do MMA. (CD anexo, p. 96). Na mesma edição está a quarta matéria analisada no JMA. Trata-se de um artigo assinado por Paulo Moutinho, coordenador de pesquisa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), e publicada na editoria de opinião sob o título: “É apenas o começo”(CD anexo, p.97). A exemplo de O Eco, o Jornal do Meio Ambiente, com este artigo, coloca em debate a necessidade de qualificação do desmatamento em curso na Amazônia. Diz o texto: “O Ipam defende que o governo trabalhe para desmistificar a taxa e compreender as dinâmicas de desmatamento para uma melhor gestão e planejamento das ações na Amazônia”. (CD, p.97).

O Ambientebrasil foi o único veículo de comunicação das mídias analisadas a fazer um paralelo<sup>125</sup> entre a madeira certificada e a legalizada. Tema inédito no período de avaliação das matérias sobre a Operação Curupira, muito bem abordado, citando inclusive, a cadeia de custódia da madeira ilegal apreendida no Mato Grosso. (CD anexo, pp. 175-176). A questão relativa à qualificação dos servidores públicos, que se mostrou uma preocupação por parte da mídia ambiental, apresenta-se como interdiscursividade e intertextualidade nos discursos analisados. O Ambientebrasil<sup>126</sup> trabalha esse tema na edição de 14/06/2005, em matéria intitulada “Queda de braço entre servidores do Ibama e Governo Lula transcende a questão salarial” (CD anexo, pp. 177-179). Apesar de não cumprir regra básica do jornalismo, que exige a exposição de pontos de vista diferentes, este veículo de comunicação tem o mérito de dar voz aos servidores do Ibama e seus representantes. No entanto, não ouve o outro lado: o governo. Atores da sociedade civil como sindicatos, associações e as pessoas comuns, geralmente esquecidos pela maioria dos veículos de comunicação, têm espaço na referida

---

<sup>125</sup> Matéria completa, intitulada “Adesões a programa que controla origem da madeira usada em obras públicas podem diminuir pressão sobre a Amazônia”, assinada por Danielle Jordan, publicada em 06/06/2005, (CD anexo, pp. 175-176). Disponível também em [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Procurar edições anteriores. Acesso em 30/06/2005.

<sup>126</sup> Matéria assinada por Mônica Pinto no CD anexo, p.177-179. Disponível também no *site* [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Digitar edições anteriores: dia 14/06/2005. Acesso em 02/07/2005.

matéria do Ambientebrasil, que também coloca em discussão o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, de autoria do Executivo Federal.

Empreendedores florestais que trabalham com madeira certificada começam a se mobilizar após um mês de deflagração da Operação Curupira. Assim como O Eco, o Ambientebrasil concede espaço<sup>127</sup> a esse segmento da sociedade civil organizada. A Associação dos Produtores Florestais Certificados na Amazônia (PFCA) tem voz em matéria intitulada “Morosidade do Ibama prejudica empresas florestais com certificação”. A ausência da abordagem dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na referida matéria dificulta a compreensão dos sentidos produzidos nesta prática discursiva. Ao tratar das atividades desse grupo de empresários, a reportagem fala de manejo florestal, sem contudo, especificar o sentido do termo. Ao referir-se à situação das empresas que integram a PFCA, o Ambientebrasil diz: “Praticando manejo florestal em consonância com as rígidas normas do *Forest Stewardship Council* –FSC -, o selo verde mais respeitado do mundo, elas estão com suas atividades paralisadas...” (CD anexo, p. 180).

Como a sede do Ambientebrasil está na cidade de Curitiba, este veículo de comunicação trabalhou melhor a notícia do envolvimento de paranaenses na Operação Curupira. Na matéria<sup>128</sup> intitulada “Prosseguem as investigações da Polícia Federal sobre corrupção de fiscais do Ibama no Paraná”, este portal de informações ambientais descreve a operação desencadeada pela Polícia Federal daquele Estado para prender uma fiscal do Ibama suspeita de participar do esquema de corrupção. Fala também de uma madeireira, com sede no Paraná - citando nome - acusada de pagar propina a fiscais do Ibama (CD anexo, p.181).

O Estação Vida – BR 163 Sustentável, veículo de comunicação do ICV (Instituto Centro de Vida) no Mato Grosso é a última mídia ambiental analisada nesta pesquisa. Das 136 matérias jornalísticas sobre a Operação Curupira publicadas no período de 01/06/2005 a 31/08/2005, apenas quatro foram produzidas pelos jornalistas do Estação Vida. Mesmo assim, a primeira delas, a que anuncia os primeiros resultados da operação, publicada em 02/06/2005, está assinada como: “redação, com informações do MMA” (CD anexo, p. 187). Esta matéria, intitulada “Presidente da Fema/MT é preso por participar de esquema de

---

<sup>127</sup> Matéria completa nas pp. 180-181 do CD anexo, assinada por Mônica Pinto. Disponível ainda no [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Procurar pela data da publicação: 08/07/2005. Acesso em 25/07/2005.

<sup>128</sup> Ver matéria completa, assinada por Mônica Pinto, no CD anexo, p.181. Disponível também no [site www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Procurar em edições anteriores a data de 06/08/2005.

extração ilegal de madeira”, comete falha ao informar <sup>129</sup>que “o governo federal também ajuizou uma ação civil pública contra a Fema/MT, para que deixe de autorizar desmatamentos considerando uma reserva legal de apenas 50% em propriedades rurais situadas em áreas de transição entre Cerrado e Amazônia ou de florestas”. A falha identificada é a ausência de explicação sobre reserva legal, já que poucos leitores saberiam qual o percentual de reserva que cada propriedade deve ter de acordo com a região de localização do terreno.

Assim como todos os demais veículos de comunicação analisados, o Estação Vida também usou a figura de linguagem dos “76 mil caminhões carregados de madeira, que se enfileirados cobririam a distância entre o Rio de Janeiro e Brasília” para demonstrar a quantidade de madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Prosseguindo na análise da mesma matéria, de 02/06/2005, observamos discordância quanto ao número de suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção. Este veículo de comunicação diz que “42 são empresários e 47 são servidores do Ibama – 39 de carreira e oito de cargos comissionados”. Em seguida afirma que todos foram exonerados de suas funções, enquanto outros veículos falam em inquéritos administrativos e afastamento temporário. Exoneração sumária de todos os suspeitos parece não ter ocorrido.

O Estação Vida teve o mérito de ser o único veículo de comunicação, dentre os analisados, a conceder espaço ao Formad (Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento). Mas dar voz a este fórum uma única vez é pouco para as características ideológicas do Estação Vida, expressas no portal do ICV<sup>130</sup>. Pela composição altamente representativa deste fórum, que conta com 41 organizações socioambientais do Estado, há um grande silêncio da mídia sobre o que esta entidade propõe. Principalmente por parte do Estação Vida, que além de estar localizado no MT, integra o Formad. Na matéria intitulada “Formad declara apoio à Operação Curupira” e publicada em 06/06/2005, o Estação Vida divulga<sup>131</sup>, na íntegra, um documento do fórum intitulado: “Manifesto público do dia do meio ambiente e de apoio à Operação Curupira” (CD anexo, pp. 168-170). Este documento, rico em informações importantes e bastante propositivo, poderia servir de guia para várias pautas, que

---

<sup>129</sup> Esta matéria está disponível também no endereço: [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac...](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac...) Acesso em 12/06/2005.

<sup>130</sup> ICV – Instituto Centro de Vida: [www.icv.org.br](http://www.icv.org.br).

<sup>131</sup> A íntegra do manifesto está disponível no endereço: [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=778&tpl=printerview&sid=92](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=778&tpl=printerview&sid=92). Acesso em 21/07/2005. Ver também no CD anexo, pp.168-170.

acabaram perdidas pela mídia ambiental e especialmente pelo Estação Vida, cujo coordenador na época, Sérgio Henrique Guimarães, era membro do Formad.

Para não fugir à regra dos demais veículos de comunicação da mídia ambiental analisados, o Estação Vida também concedeu espaço ao setor madeireiro para reclamar da “moratória do desmatamento” decretada pelo governo federal pelo prazo de trinta dias e que acabou se estendendo um pouco mais e prejudicando o setor. O Estação Vida dá voz<sup>132</sup> ao Simenorte (Sindicato das Indústrias Madeireiras do Extremo Norte de Mato Grosso). Sob o título “Setor madeireiro precisa de fomento a alternativas sustentáveis”, esta matéria aponta para o início da discussão em torno do desenvolvimento sustentável jogando a proposta na boca do coordenador do ICV, Sérgio Henrique Guimarães, que declara: “devem ser desenvolvidos novos mecanismos para extração de madeira vinculada a políticas de fomento a atividades legais e feitas de forma sustentável”. O Estação Vida apresentou apenas o rumo de um debate que prometia ser bastante proveitoso. No entanto, foi uma iniciativa tímida e logo abortada.

A última matéria do Estação Vida no período analisado foi publicada em 04/08/2005 e vem assinada por André Alves. Trata-se da cobertura da abertura do I Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso. Este evento foi organizado às pressas pelo governo do Estado como resposta à pressão nacional e internacional pelos altos índices de desmatamento no Mato Grosso divulgados dois meses antes. A matéria não questiona, nem interpreta os fatos ocorridos no Estado nos últimos meses. É apenas uma descrição formal da solenidade com direito a trechos dos discursos dos membros da mesa diretora dos trabalhos de abertura.

Como lembra Fairclough, “não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p.275). Como é próprio a todo discurso, o da mídia ambiental ecoa discursos outros, sejam contemporâneos ou de épocas passadas. E “o analista deve buscar o que há de fala esquecida no discurso da imprensa, o que há de silêncio, o que há de não-dito, o que há de outras falas que se afirmam com a do autor do discurso, mas que, na verdade, não o são” (MOURA, 2002 p.300).

Assim como ocorre com a mídia convencional, a mídia ambiental apresenta não-ditos, falas esquecidas sobre conceitos e temas imprescindíveis para o meio ambiente. Em alguns

---

<sup>132</sup> Matéria completa, publicada em 15/07/2005, pode ser lida no endereço: [www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac](http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=estac). Acesso em 23/07/2005. Disponível também no CD anexo, pp. 171-172.

momentos a mídia ambiental sai um pouco na frente quando tenta introduzir, embora de maneira tímida, termos como manejo florestal sustentável, madeira certificada e sustentabilidade. Mas falta embasamento técnico, falas de especialistas, para aprofundamento das questões mais específicas, além de detalhamento de informações resultantes de inovações tecnológicas. Um silêncio inquietante observado em todo o conteúdo analisado é sobre mudanças climáticas. Se a Operação Curupira tratou diretamente do desmatamento, temas como seqüestro de carbono, liberação de CO<sub>2</sub> na atmosfera, aquecimento global e conseqüências do desflorestamento, assim como desenvolvimento sustentável, não deveriam estar ausentes nos discursos da mídia, seja ambiental ou convencional.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido utilizado pela publicidade com muito mais ênfase do que pelo jornalismo. Em grande parte dos casos, para vender a imagem de empreendimentos que não têm preocupação com a conservação ambiental. A Editora Abril, a líder do país em produção e distribuição de revistas, lançou recentemente uma campanha publicitária. Denominada de Planeta Sustentável<sup>133</sup>, a campanha conta com o apoio financeiro de patrocinadores. O “Manifesto da Sustentabilidade” será publicado em 339 edições das 54 revistas do grupo no período de um ano, a partir de abril de 2007. Diz o texto publicitário da campanha que o objetivo é “sensibilizar os profissionais acerca do tema para que ele seja incorporado às diferentes publicações espontaneamente”.

### 3.4. OS DISCURSOS DOS ENTREVISTADOS

Fairclough ensina que a análise de discurso crítica, na prática, trabalha com três itens principais: os dados, a análise e os resultados. A seleção dos dados constitui-se na construção do *corpus*. Nesta pesquisa, o *corpus* é formado pelas matérias da mídia. Optamos por ampliá-lo com dados suplementares. E “uma forma comum de ampliar-se o *corpus* é o uso de entrevistas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.278).

Com a ampliação do *corpus* desta pesquisa, oito entrevistados – moradores de Cuiabá e Brasília - responderam a doze perguntas sobre a Operação Curupira. Utilizando a técnica de entrevistas estruturadas, cujas cópias<sup>134</sup> estão anexas, questionamos aspectos da operação com perguntas idênticas para o conjunto dos entrevistados: Tardelli Boaventura, delegado da Polícia Federal; Célia Margarida, professora da rede estadual de ensino do MT; Antônio

---

<sup>133</sup> Informações detalhadas sobre a campanha podem ser obtidas no site [www.planetasustentavel.com.br](http://www.planetasustentavel.com.br). Acesso em 24/01/2007.

<sup>134</sup> Ver Anexo I – Entrevistas. Pp. 128-145.

Souza, assessor de comunicação da Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Yugo Miyakawa, Superintendente Substituto do Ibama/MT; Anselmo Pinto, jornalista do Diário de Cuiabá; Gerson Barbosa, Promotor de Justiça do MT; Francisco Machado, professor da UFMT; e Sebastião Azevedo, Procurador Chefe do Ibama.

Os entrevistados tinham conhecimento da Operação Curupira e alguns atuaram nela diretamente, como o delegado da PF, Tardelli Boaventura, o procurador do Ibama, Sebastião Azevedo; e o superintendente substituto do Ibama/MT, Yugo Miyakawa. Mesmo os que não participaram diretamente, tinham fortes lembranças do ocorrido no momento das entrevistas, realizadas em outubro de 2006, mais de um ano após o anúncio dos resultados da Operação Curupira. Célia Margarida, que apenas acompanhou a operação enquanto moradora e cidadã de Cuiabá, ao ter solicitada a sua opinião sobre a Curupira declarou: “foi um marco decisivo”. Tem a mesma opinião, o assessor de comunicação da Fema, Antônio Ferreira de Souza. Ele disse: “foi um marco na questão ambiental, no Estado do Mato Grosso. Um divisor de águas”.

A ampla cobertura jornalística da Operação Curupira é um dos motivos apontados pelos entrevistados para que o evento esteja tão vivo na memória das pessoas. Os jornalistas entrevistados: Antônio Ferreira de Souza e Anselmo Bruno Carvalho Pinto, que trabalham com a notícia diariamente, ao serem questionados sobre a cobertura da mídia para o caso responderam: “foi a segunda maior cobertura da mídia no Estado<sup>135</sup>”; e “exaustivamente. Com muita ênfase”, respectivamente. Mesmo os entrevistados que têm os veículos de comunicação como meio de obter notícias diárias, reconheceram a ênfase dada à Operação Curupira. O procurador do Ibama declarou: “a mídia cumpriu o seu papel de mostrar para a sociedade as situações”; e o professor da UFMT disse: “a mídia foi efetiva em divulgar os fatos”.

Seguindo as orientações de Norman Fairclough para uma análise de discurso crítica, identificamos a intertextualidade manifesta mais presente na fala dos entrevistados: a palavra impunidade. Esta aparece em quase todas as práticas discursivas. As pistas desta intertextualidade manifesta levam à conclusão de que os entrevistados não acreditam na punição dos culpados nas irregularidades das ATPFs (com exceção para os atores que pertencem aos órgãos de comando e controle da gestão ambiental – Ibama e Fema, além da Polícia Federal) devido à impunidade existente no Brasil. Para eles, “a impunidade gera a segurança de que nada acontecerá com os criminosos”, como declarou Francisco de Arruda

---

<sup>135</sup> A maior cobertura da mídia no Estado foi a da Operação Arca de Noé, que desmontou o crime organizado no Mato Grosso, cujo cabeça era o bicheiro João Arcanjo Ribeiro. Ele tinha poderes semelhantes a secretário de Estado. Ver CD anexo, p. 50.

Machado. Ou “essas pessoas que exploram os recursos naturais atuando na ilegalidade acreditam na impunidade”, como afirmou Anselmo Pinto.

A intertextualidade manifesta por meio da palavra impunidade leva às respostas dadas a outra pergunta: “Na sua opinião o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?”. A cultura da impunidade reinante no país pode ser determinante para que os entrevistados, sem exceção, não creiam na existência de um mecanismo eficiente de prevenção a fraudes. O DOF, novo documento em substituição à ATPF, antes de ser implementado em todo o território nacional, em novembro de 2006, apesar ter seu uso anunciado e determinado pelo presidente do Ibama, Marcus Barros, em outubro de 2006, não tem credibilidade quanto a sua inviolabilidade por parte de todos os entrevistados. Até o superintendente substituto do Ibama/MT, Yugo Miyakawa, que por força do cargo que exerce, deveria acreditar mais no novo sistema implantado para o controle de tráfego dos produtos florestais, é cético ao afirmar que: “nenhum documento é seguro contra fraudes. O novo documento tem dispositivos de maior segurança. A forma de controle é mais segura. Mas não é infalível. Nada está isento a fraude. Este novo sistema apenas permite identificar a fraude mais rapidamente”. O servidor Yugo Miyakawa foi indicado pelo interventor, Elielson Ayres, para assumir a função de superintendente do Ibama no Mato Grosso. No entanto, o nome não foi aprovado pelo presidente, Marcus Barros, que preferiu nomear Paulo Mayer para o posto.

A impunidade domina os discursos dos entrevistados ao responderem sobre a Operação Curupira. É intertextualidade constitutiva e manifesta. A impunidade, na fala dos entrevistados, é interdiscursividade na sua totalidade. É a palavra-chave que abre quase todas as portas das práticas discursivas analisadas. Está presente nas respostas da décima primeira pergunta, formulada na mesma época em ocorria o desencadeamento de uma nova operação, de iniciativa da Polícia Federal e Ministério Público, nos mesmos moldes da Curupira, a de número 10, depois da Operação Curupira, tratada neste trabalho como a primeira da série.

“Um país onde juizes concedem liminares para bandidos como Marcola e Arcanjo, não é sério. Aqui quem comete o crime de roubar dois milhões de reais está no mesmo nível de alguém que furta uma fruta no supermercado para matar a própria fome”. No discurso acima, proferido pelo entrevistado Francisco de Arruda Machado, percebe-se a impunidade como interdiscursividade presente. Ele respondia à pergunta que trata da reincidência de operações policiais para combater crimes semelhantes em diferentes localidades do Brasil.

O promotor de justiça, titular da 20ª Procuradoria Geral de Justiça do Meio Ambiente da Capital, Gerson Barbosa, que atua em Cuiabá, ao responder à mesma pergunta, demonstra acreditar parcialmente numa possível punição para envolvidos em outras irregularidades, que



não aquelas apuradas pela Operação Curupira. Esta credibilidade parcial depreende-se da frase: “a demora na punição incentiva a degradação. Mas de qualquer sorte, essas operações vão diminuir a vontade de fraudar”. Mesmo que seja demorada, ele acredita na possibilidade de punição. No entanto, o promotor mostra-se cético quanto à punição dos envolvidos na máfia das ATPFs. Mas a impunidade não é apontada como consequência da atuação do Ministério Público. Pelo contrário, segundo ele a ação do MP foi “exemplar”. A impunidade permanece presente por conta dos “percalços processuais”. Segundo o promotor, “há dificuldades de produção de provas, falta de agilidade nos julgamentos. Mesmo porque, muitas pessoas que participaram não foram atingidas. Em alguns casos, quando acontecer o julgamento final, já estará prescrito o crime”.

Tratando ainda da questão da reincidência de operações policiais, podemos identificar a impunidade enquanto interdiscursividade presente no discurso do assessor de comunicação da Sema, Antônio Souza. À pergunta feita, ele respondeu: “a corrupção não vem de agora, e sim de anos e anos”. Se a corrupção é um processo evolutivo e duradouro, o principal motivo é a impunidade. A professora da rede estadual de ensino do MT, Célia Margarida, também apresenta a impunidade como interdiscursividade e mais ainda, como intertextualidade manifesta, na resposta dada à mesma pergunta: “a impunidade gera segurança para novos investidores do crime. E isso começa em casa mesmo, um exemplo bem simples, é quando se joga lixo em terreno baldio”. Numa resposta objetiva, com analogia à vida cotidiana do cidadão comum, a entrevistada manifestou a sua interpretação da impunidade permeando toda a vida das pessoas e seus discursos, desde as quadrilhas organizadas para ajudar a desmatar a floresta amazônica, por meio da fraude das ATPFs, até a atitude isolada do indivíduo que joga lixo no terreno alheio.

A pergunta de maior peso para as conclusões deste trabalho mostrou-se também a mais controversa, impedindo a formação de consenso sobre o assunto. Ao responder à questão: “a Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?”, os entrevistados se expressaram de forma bastante díspares. O procurador chefe do Ibama, Sebastião Azevedo foi categórico: “Sim. Houve uma redução significativa”. Comunga da mesma opinião, o assessor de comunicação da Sema, Antônio Souza: “Sim. Porque houve uma moratória. Durante mais ou menos seis meses não foi emitida autorização de transporte de produto florestal. Houve uma estagnação”. O delegado da Polícia Federal, Tardelli Boaventura também não tem dúvidas quanto à contribuição da Operação Curupira para a redução do desmatamento na Amazônia, e até arrisca um percentual: “a redução do índice de desmatamento foi de 54%, segundo o Ministério do Meio Ambiente”.

Dentre os entrevistados que integram organismo de comando e controle do desmatamento, Yugo Miyakawa, superintendente substituto do Ibama/MT é cauteloso, e à mesma pergunta, ele responde: “naquele momento sim. A operação causou impacto e contribuiu para a redução. Depois que a sociedade absorveu aquilo, os desmatamentos continuaram. Precisa intensificar ações e planos de prevenção e controle do desmatamento”. Cautela também foi demonstrada pelo promotor de justiça Gerson Barbosa. Trabalhando diariamente com dados do DETER, mapas e imagens de satélite no Centro de Apoio Operacional (CAOP), do qual ele é coordenador geral, Gerson Barbosa foi lacônico em sua resposta: “não tenho elementos para responder”. Outra resposta curta foi a do jornalista Anselmo Pinto: “não há como dizer”.

A moradora de Cuiabá, Célia Margarida, demonstra incerteza ao responder à mesma pergunta com palavras ambíguas: “acho que inibiu um pouco”. O professor da UFMT, Francisco de Arruda Machado, ao ser entrevistado havia acabado de retornar de uma viagem ao interior do Estado, quando sobrevoou o norte do Estado. Ao ser questionado sobre a contribuição da Operação Curupira para a redução dos índices de desmatamento no Estado, e respondeu: “na minha opinião, não diminuiu. ... os buracos referentes ao desmatamento aumentaram”.

Os desdobramentos da Operação Curupira são questionados. E novamente, a certeza do desencadeamento de ações positivas por parte do governo, é proveniente dos entrevistados que integram o poder público. Respondendo à pergunta “o que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?”, o assessor de comunicação da Sema, Antônio de Souza, não poupou elogios ao órgão para o qual trabalha respondendo: “em termos ambientais, tudo. Hoje o Mato Grosso é referência na gestão ambiental”. O procurador chefe do Ibama declarou: “a condução da gestão na área florestal em âmbito nacional”. Ainda no âmbito do Ibama, Yugo Miyakawa, superintendente substituto no MT, respondeu: “a descentralização da gestão ambiental”. O promotor de justiça, Gerson Barbosa considera a demissão do ex-secretário estadual do meio ambiente, Moacir Pires, como a principal mudança ocorrida a partir da Operação Curupira. Segundo ele: “o saldo positivo foi a retirada de um secretário que notadamente não lidava com a questão ambiental”.

Os entrevistados que não pertencem ao governo enxergam pouca ou nenhuma mudança no Estado em decorrência da Operação Curupira. O jornalista do Diário de Cuiabá, Anselmo Pinto, respondeu: “não mudou muita coisa não”. A professora Célia Margarida disse: “o que mudou foi que jogaram a justificativa do crime para uma questão social”. Já o morador de Cuiabá, Francisco Machado mostrou-se bastante crítico quanto à possibilidade de

desdobramentos positivos da Operação Curupira. Ele declarou: “o que mudou foi o discurso do governador, que supostamente atende às exigências da sociedade contra as fraudes para se auto beneficiar”.

Outra intertextualidade identificada, não está manifesta no texto em forma de palavra. Portanto, é constitutiva. Esta intertextualidade, também conhecida como interdiscursividade, é o ceticismo quanto à efetividade das políticas públicas de combate ao desmatamento. Excetuando-se os funcionários do Ibama e da Fema novamente, por motivos óbvios, os demais entrevistados declararam não acreditar que as políticas de combate ao desmatamento estejam funcionando. O delegado da Polícia Federal, Tardelli Boaventura, respondeu: “acredito que estejam aquém do ideal, porque a Floresta Amazônica é muito grande. O governo deveria ter maior efetivo, e mecanismos de controle nas estradas para melhor fiscalizar”. O assessor de comunicação da Sema, Antônio Souza, aponta para uma tardia conscientização sobre a importância da conservação ambiental. Ele declarou: “creio que atualmente no Estado existe a consciência de que o Mato Grosso precisa crescer na ótica do desenvolvimento sustentável. Mas ainda não existe uma política pública totalmente definida”.

A impunidade em todo o país e especificamente no Estado de Mato Grosso, principal local de atuação da Operação Curupira, que desvendou quadrilhas envolvidas com fraudes no transporte de produtos florestais, está presente na totalidade dos discursos dos entrevistados. Seja na forma de intertextualidade manifesta, ou constitutiva, que é a própria interdiscursividade. Seja de que maneira for, em que contexto estiver, a impunidade é a palavra principal, está dita, e não-dita. Faz parte do que está revelado e velado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhares sobre a Amazônia enxergam a floresta sendo dizimada impiedosamente por quadrilhas que fazem da corrupção a arma para o enriquecimento próprio, em detrimento da conservação do meio ambiente. Os índices de desmatamento em queda nos últimos dois anos não são vistos pela maioria da população. Principalmente pelos moradores de Cuiabá, capital do Estado responsável por mais da metade do desmatamento recorde da Amazônia, em 2003. O desenvolvimento sustentável é uma realidade difícil de ser alcançada diante da voracidade com que a floresta é devorada. A expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso consumiu praticamente todo o Cerrado e avança a passos largos tomando de assalto a Amazônia Legal.

Faltam elementos para concluir se a Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia. Não há material suficiente para proporcionar considerações finais sobre o assunto. Ao tratar de meio ambiente, as escalas de tempo para análise de fenômenos precisam ser bem maiores. Ainda mais se levarmos em conta os últimos acontecimentos políticos do país. Ou seja, o maior produtor de soja do Mato Grosso, o seu governador Blairo Maggi, foi reeleito no primeiro turno, em outubro de 2006, com mais de um milhão de votos, o que representa 65,39% dos votos válidos do Estado. Ele apoiou o presidente Lula à reeleição no segundo turno em troca da negociação de dívidas e financiamento agrícola para Mato Grosso. E parte do dinheiro foi liberado logo após o resultado das urnas.

Capitalizados, os empresários do agronegócio começam a investir na safra 2006/2007, aumentando cada vez mais a fronteira agrícola. Sendo esta a principal ameaça à manutenção da floresta em pé, a meta de crescer 5% ao ano a partir de 2007, quando inicia o segundo mandato do presidente Lula, pode representar a volta do desmatamento em níveis estratosféricos. E se a legislação ambiental for entrave para esse crescimento nada sustentável, muda-se a lei. E ainda se não for possível mudar a lei, mudam-se as demarcações territoriais, como defende deputado federal recém eleito pelo Estado de Mato Grosso. A proposta dele é retirar o MT da Amazônia Legal. Assim, os sojicultores e graneleiros em geral teriam autorização para desmatar 80% das propriedades rurais, deixando apenas 20% de cobertura vegetal.

As mídias analisadas, tanto ambiental quanto comercial, trataram a Operação Curupira a partir de uma visão policial com envolvimento político. O olhar econômico também está presente na cobertura realizada pelas mídias noticiosas. No entanto, a economia enquanto teoria é pouco utilizada pela mídia de notícias para a aplicação de indicadores do

desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, os jornalistas não procuram fazer ou pedir que façam os cálculos referentes aos prejuízos causados ao meio ambiente e aos seres humanos com a perda dos serviços ambientais prestados pela floresta e por sua biodiversidade. Falta nas matérias analisadas, seja da mídia ambiental, ou convencional, embasamento técnico e científico para a abordagem de temas essenciais para a compreensão do que vem ocorrendo com o meio ambiente.

A falta de criatividade ou talvez o próprio cansaço dos jornalistas, tem levado a mídia noticiosa a divulgar matérias bastante parecidas umas com as outras, utilizando as mesmas figuras de linguagem expostas pelos entrevistados. E muitas vezes sem questionar. Exemplo disso foi observado na maioria das matérias publicadas logo após o anúncio da Operação Curupira, no começo do mês de junho de 2005. Com o objetivo de proporcionar uma visualização daquilo que seria o montante de madeira extraída irregularmente da Amazônia, todos os veículos de comunicação utilizaram a figura de caminhões carregados de madeira e enfileirados numa rodovia, saindo de uma capital do Centro-Oeste até uma outra da região nordeste ou da região sul. Por falta de checagem, aqueles jornalistas que não escutaram muito bem as declarações dos entrevistados, acabaram errando nos números, e como não fizeram os cálculos, publicaram dados desconexos.

Esta pesquisa constatou que os olhares dos moradores de Mato Grosso sobre a Amazônia são desconfiados. Exceto os funcionários de órgãos públicos responsáveis pela gestão ambiental, eles não enxergam a redução do desmatamento no Estado onde vivem. E não crêem na continuidade dessa redução com a prática de ações isoladas e pontuais, como foi a Operação Curupira. Esta, teve desdobramentos, tanto em âmbito federal, como estadual. Mas os resultados das ações ainda não puderam ser percebidos pela maioria da comunidade matogrossense. Olhares múltiplos sobre a Amazônia enxergam uma única paisagem: a destruição rápida e implacável da floresta.

O jornalismo superficial, ao omitir-se de seus deveres democráticos, torna-se cúmplice dos efeitos maléficos que vemos na sociedade de hoje. O consumo desenfreado é movido pela insatisfação generalizada. Há falta de informação quanto aos riscos a que estamos expostos, há carência da participação nas decisões políticas. E a ocorrência da degradação ambiental, deve-se, em grande parte à não informação para a precaução. Os profissionais de comunicação precisam estar preparados, devem estudar a Teoria da Sociedade de Risco, de Ulrich Beck e praticar a *Risk Communication* (Comunicação do Risco) porque a informação tem impacto social e gera expectativas: pode educar, prevenir, alertar, enfim, influenciar visões do mundo. As formas revolucionárias do fazer jornalístico, que ensejam o

cumprimento dos próprios deveres da profissão, têm alto potencial de auxiliar na construção de uma nova racionalidade humana, ambiental e global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, SC. Editora da UFSC, 2006.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista**. In: Imprensa e Poder. Brasília, DF. Editora da UnB, 2002.

ALENCAR, Ane. **Desmatamento na Amazônia: indo além da Emergência Crônica**. Belém, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Ipam, 2004.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **A crítica da hermenêutica e a hermenêutica da crítica**. Revista Espaço Acadêmico. Ano III, nº 24, maio, 2003. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/024/24res\\_and.htm](http://www.espacoacademico.com.br/024/24res_and.htm). Captado em 30/07/2006.

ARIMA, Eugênio. **Pecuária na Amazônia: tendência e implicações para a conservação ambiental**. Belém, Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

BACCHETTA, Victor L. **Perfil del Periodista Ambiental**. Abril, 2002. Año IV, Vol. 2. Artigo publicado na Web para profesionales de la comunicación iberoamericanos. Disponível em: [www.saladeprensa.org/art340.htm](http://www.saladeprensa.org/art340.htm).

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, SP. Hucitec, Annablume, 9ª edição, 2002.

BARTHES, Roland. **Aula**. Leyla Perrone-Moisés (tradução). São Paulo. 16ª edição, editora Cultrix, 1994.

BATISTA, Eliezer. **Caminhos da Sustentabilidade no Brasil**. São Paulo, SP. Terra das Artes Editora, 2005.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro, ed. Garamond, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Síntese da evolução do pensamento latino-americano em relações internacionais**. In: PROCÓPIO, Argemiro. **Os excluídos da Arca de Noé**. São Paulo, Editora da Hucitec, 2005).

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1997.

- BRANDÃO, Helena Hathsue Negamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2ª ed. revis., 2004.
- BRASIL. **Avaliação e planejamento integrados no contexto do Plano BR-163 Sustentável: o setor soja na área de influência da rodovia BR-163**. Brasília, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, MMA, 2001.
- BUARQUE. Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e uma prática**. Disponível em: [www.agricoma.com.br](http://www.agricoma.com.br). Acesso em 21.09.2006.
- BURSZTYN, Maria Augusta e Marcel. **Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito**. In: Economia, meio ambiente e comunicação. Elimar Pinheiro do Nascimento e João Nildo S. Viana (orgs). Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo, SP, 3ª edição, Summus, 1986.
- CASTRO, Edna. **Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais**. In: MENDES, Armando Dias (org.) – Amazônia, Terra & Civilização. Manaus, BASA, 2004. Pp. 45-78.
- CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo, Cortez, 2003.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO(CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTA, Solange Garrido. **Cartas de leitores. Gênero discursivo porta-voz de queixa, crítica e denúncia no jornal O Dia**. In: Soletas. Revista do Departamento de Letras da UERJ. Nº 10. Disponível em: <http://www.filologia.org.br>. Acessado em: 04/08/2006.
- CRESPO, Samyra (Coordenadora). **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável**. ISER E MMA. Brasília, 2002.
- COULTHARD, Malcolm. **Na Introduction to Discourse Analysis**. 2ª edição, Longman, New York, 1985.
- DIJK, Teun A. van. **Ideología. Una aproximación multidisciplinaria**. Lucrecia Berrone de Blanco (tradução). Barcelona, Espanha, Editorial Gedisa, 2000.
- DIZARD, Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Tradução : Edmond Jorge, 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar Ed. , 2000.

- FAULHABER, Priscila. **A história dos institutos de pesquisa na Amazônia.** In: Estud. Av.(online).Aug. 2005, vol. 19, no.54. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 21.11.2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Izabel Magalhães, coord. da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 1ª ed. 1925. Vol. 1 e 2, 10ª edição, São Paulo, Globo, Publifolha, 2000.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** São Paulo, SP. Editora Ática, 1993.
- FOWLER, Roger. **Crítica Lingüística.** Maria Luísa Falcão e Isabel Mealha (tradução). Editora da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Portugal, 1994.
- \_\_\_\_\_ **Sobre a Lingüística Crítica.** In: Revista Linguagem em (Dis)curso. Tubarão, UNISUL, vol.4, número especial, 2004. Tradução: Débora de Carvalho Figueiredo e Delcimeris Scholttfeldt de Oliveira. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/04/03/09.htm>. Acessado em: 25.07.2006. Publicado originalmente em: Texts and practices: readings in critical discourse analysis. London, Routledge, 1996.
- GARCIA, Elizabete S. J. Urizzi. **Minhas descobertas.** São Paulo. Nova Geração, 2001.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre, Editora Tchê, 1987.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** Tradução: Raul Fiker. São Paulo, Editora da Unesp, 1991.
- GUIMARÃES, Roberto P. **A Ecopolítica da sustentabilidade em tempos de globalização corporativa.** In: As dimensões humanas da biodiversidade. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, Editora Vozes, 2006.
- GUIVANT, Júlia S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia.** In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 16, abril, 2001. Pp 95-112. Disponível em: [www.nisra.ufsc.br/pdf/Beck%20entre20%20diagnostico%20e%20e%20a%20profecia.pdf](http://www.nisra.ufsc.br/pdf/Beck%20entre20%20diagnostico%20e%20e%20a%20profecia.pdf). Acesso em: 27.09.2006.
- GUMERY-EMERY, Claude. **Amazônia vista na televisão francesa.** In: **Revista Comunicação e Espaço Público.** Ano VI, edição especial. Universidade de Brasília, programa de pós-graduação, Faculdade de Comunicação. Brasília, 2004.



- HADDAD, Paulo e Rezende Fernando. (orgs). **Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, 2002.
- HULTENG, John L. **Os desafios da comunicação: problemas éticos**. Tradução: Susana Maria Fontes. Florianópolis, SC. Editora da UFSC, 1990.
- LEAL, Ana Regina Barros Rego. **Webjornalismo brasileiro de referência**. In: Comunicação e Espaço Público. Publicação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação. Ano IV, nº 1 e 2, Brasília, 2003.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo, ed. Cortez, 2002.
- LEITE, Marcelo. **Florestania**. In: Ciência & Ambiente. Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2005.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo, Ed.34, 1999.
- LYONS, John. **Linguagem e lingüística. Uma introdução**. Tradução: Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro, RJ. Editora Guanabara, 1987.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. São Paulo, SP. Malheiros Editores, 2006.
- MAIO, SANJAD e DRUMMOND. **Entre o global e o local: a pesquisa científica na Amazônia do Século XX**. In: Ciência & Ambiente, Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2005.
- MAGALHÃES, Izabel.(org.) **Discurso, gênero e educação**. Brasília, DF, Plano Editora. Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Teoria crítica do discurso e texto**. In: Revista Linguagem em (Dis)curso. Tubarão, UNISUL, vol.4, número especial, 2004. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem-0403/05.htm>. Captado em: 26/07/2006. No portal: <http://www.unisul.br>.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo. Mantiqueira, 2003.
- MATO GROSSO. Assembléia Legislativa. **Amazônia: das ameaças históricas à ocupação do Cerrado**. Cuiabá, série Desenvolvimento Socioeconômico, v.3., 2004.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda – jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema de licenciamento ambiental em propriedades rurais no estado de Mato Grosso: análise de sua implementação**. Isa,

Instituto Socioambiental, ICV, Instituto Centro de Vida, Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, MMA, Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **I Seminário de Sistemas Implantados de Monitoramento e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal**. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Amazônia Sustentável**. Brasília, 2006.

MOTA, José Aroudo. **O Valor da Natureza**. Rio de Janeiro, ed. Garamond, 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. (org). **Imprensa e poder**. Brasília, Editora da UnB, 2002.

MOURA, Dione Oliveira. **O debate público sobre o valor da Floresta Amazônica e a imprensa**. Mimeo. Trabalho apresentado no núcleo de comunicação científica e ambiental, XXVI Congresso Anual de Ciências da Comunicação. Setembro, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia e o conflito civilização versus natureza no discurso da Revista Veja**. In: Imprensa e poder. Brasília, DF. Editora da UnB, 2002.

\_\_\_\_\_. **A popularização da informação científica na Sociedade de Risco: em busca do diálogo**. In: Comunicação e Espaço Público. Ano VI, n°s 1 e 2, Publicação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **A imprensa e a construção do discurso sobre a neutralidade da ciência: a explosão da bomba de Hiroshima**. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org). A incompreensão das diferenças. 11 de setembro em Nova York. Brasília, DF. IESB, 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e VIANA, João Nildo S. (orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

NEIVA JR. Eduardo. **Comunicação: teoria e prática social**. São Paulo, SP. Brasiliense, 1990.

NELSON, Peter. **10 dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Brasília, ICFJ/WWF-Brasil, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP. Pontes, 5ª edição, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo, Contexto, 2005.

PORTO, Sérgio Dayrell. Organizador. **Sexo, afeto e era tecnológica**. Um estudo de *chats* na internet. Brasília, Editora da UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.). **A incompreensão das diferenças: 11 de setembro em Nova York**. Brasília, IESB, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília, Editora da UnB, 2ª edição, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia**. Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Brasília, 2004.

PROCÓPIO, Argemiro. Organizador. **O multilateralismo amazônico e as fronteiras da segurança**. In: Os Excluídos da Arca de Noé. São Paulo, ed. Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Destino Amazônico. Devastação nos oito países da Hiléia**. São Paulo. Editora da Hucitec, 2005.

RUSCHEINSKY, Aloísio(Org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre, RS, Editora Sulina, 2004.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro**. Fortaleza, CE. Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de janeiro. Ed. Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de janeiro, ed. Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília, série meio ambiente em debate. Edições Ibama, 1996.

SARAYAGO, Doris (org).- **Amazônia, cenas e cenários**. Brasília. Editora da UnB, 2004.

SEABRA, Roberto. **Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet**. In: Imprensa e Poder. Brasília, Editora da UnB, 2002.

SILVA, Denize Elena Garcia da Silva.(Org.) **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília, DF, Editora Plano, 2002.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo público. O social como valor-notícia**. Brasília, Casa das Musas, 2004.

SILVA, Márcia Soares. **Mídia e meio ambiente. Uma análise ambiental em três dos maiores jornais do Brasil**. Dissertação de Mestrado UFRJ/ECO, 2005.

TEIXEIRA, Aloísio. **Biodiversidade e políticas ambientais: Renovando conceitos para a promoção do desenvolvimento**. In: Dimensões humanas da biodiversidade. O desafio das novas relações sociedade-natureza no século XXI. Vozes, 2006.

THEODORO, Suzi Huff. (Org). **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de janeiro, ed. Garamond, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ, Vozes, 6ª edição, 2002.

TOLMASQUIM, Maurício T. **Economia do meio ambiente: forças e fraquezas.** In: TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, Unisinos, 2003.  
TRIGUEIRO, André. (Org). **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo, Editora Globo, 2005.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil.** São Paulo, Peirópolis, 2001.

VEIGA, José Eli da. **O principal desafio do século XXI.** disponível em: [www.econ.fea.usp.br/zeeli/textos/artigoscientificos/2005\\_ciencia\\_e\\_cutura.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/textos/artigoscientificos/2005_ciencia_e_cutura.pdf). Acesso em 17/08/2006.

VIANA, Cristine Ferreira Gomes. **Conflitos socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco.** Dissertação de mestrado defendida no CDS/UnB, em abril de 2005.

VIEIRA, Josênia Antunes. **As abordagens críticas e não-críticas em análise do discurso.** In: **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos.** Brasília, DF, Editora Plano, 2002.

VILLAR, Roberto B. **Jornalismo ambiental - evolução e perspectivas.** 1997. Disponível em [www.ecoagencia.com.br](http://www.ecoagencia.com.br). Acesso em 22.09.2006.

#### **OUTROS:**

Vários autores. **Manual de Comunicação e Meio Ambiente.** São Paulo: Peirópolis, 2004.

**Comunicação & Informação.** Revista da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal de Goiás. V.6, n.2 (jul/dez/2003). Goiânia, GO. Editora da UFG.

**Revista Adiante – Inovação para a Sustentabilidade.** Centro de Estudos em Sustentabilidade(GVces). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, SP. Julho,2006.

**Revista Com Ciência Ambiental.** Editora Casa Latina. Ano I nº 1. Julho,2006.

**RBJA – Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais**

**Transparência Florestal – Estado de Mato Grosso – Boletim mensal nº 3 - Imazon e ICV,** outubro de 2006.

## ANEXO 1

### Entrevistas



Universidade de Brasília

CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável

1 – Identificação do entrevistado

nome: Tardelli Cerqueira Boaventura

cargo que ocupa: Delegado da Polícia Federal exercendo a função de delegado regional de combate ao crime organizado.

endereço eletrônico: [tardelli.tcb@dpf.gov.br](mailto:tardelli.tcb@dpf.gov.br)

data da entrevista: 15/08/2006

telefone de contato: (65) 3614-5602

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Exerci a função de presidente dos inquéritos da Polícia Federal, conclui os trabalhos em julho de 2005 e encaminhei posteriormente para o Ministério Público. Atualmente as ações penais encontram-se em curso na 1ª Vara Federal, em Mato Grosso.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

Foi importante para o combate ao desmatamento ilegal.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira? De forma positiva para que a população pudesse tomar conhecimento dos motivos que levaram os envolvidos à prisão.

5 - Como o Sr. se viu na mídia?

A mídia cumpriu o papel de ser imparcial.

6 – Como o seu discurso foi reproduzido pela imprensa? Não tive oportunidade de acompanhar. Na época eu trabalhava cerca de 20 horas por dia. Pelo pouco que vi, acho que foi bom.

7 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos? Acho que a grande maioria sim. Todos que foram presos tinham fortes indícios de envolvimento. Quero ressaltar que eram apenas indícios, não cabe à Polícia Federal levantar provas, o que fica por conta da justiça.

8 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

Foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente transferindo para o Estado do Mato Grosso a atribuição para expedir autorizações de transporte. A ATPF foi extinta e surgiu um novo documento para substituí-la.

9 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Acredito que estejam aquém do ideal porque a Floresta Amazônica é muito grande. O Governo deveria ter maior efetivo e mecanismos de controle nas estradas para melhor fiscalizar.

10 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

Não conheço a fundo, mas o fato de ser um documento eletrônico já diminui a margem de falsificação. A tendência é melhorar.

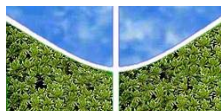
11 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Sim. A redução do índice de desmatamento foi de 54%, segundo o Ministério do Meio Ambiente.

12 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada “Isaías”. A investigação gira em torno de ATPFs e

as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

A Operação Curupira teve repercussão em outros Estados. Mas o foco mesmo foi o Estado do Mato Grosso e uma pequena parte de Rondônia e Pará. A quantidade de gente que lida com madeira na Amazônia é muito grande, a Amazônia é enorme. Mas estamos fechando o cerco, é certo que mais cedo ou mais tarde os que fraudam serão presos. Temos trabalhado em conjunto com auditores do Ibama. E isso ajuda no levantamento dos indícios de irregularidades.



Universidade de Brasília

CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável

1 – Identificação do entrevistado:

Nome: Célia Margarida

Cargo: professora da rede pública estadual de ensino do M T

endereço eletrônico: [célia.margaria.marg@terra.com.br](mailto:célia.margaria.marg@terra.com.br)

data da entrevista: 29/08/2006.

telefone: (65) 3626-2501

2 – Como a Sra. participou da Operação Curupira?

Não participei. Apenas acompanhei enquanto moradora e cidadã de Cuiabá.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

Em termos de Estado foi um marco decisivo que desencadeou vários processos.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

Num primeiro momento, a divulgação foi policial, depois foram aprofundando as informações e cobertura me pareceu mais didática. Com o tempo foram melhorando as interpretações. Mas, enfim, oportunizou a sociedade a ficar sabendo como funcionários do governo, com baixos salários compravam Harley Davisson, casas luxuosas e esbanjavam dinheiro, sem que o fisco pegasse.

5 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

Eu não acredito.

6 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

Politicamente, o que mudou foi que jogaram a justificativa do crime para uma questão social. O delito, o crime se justificava em função da sobrevivência de municípios que vivem da exploração da madeira.

7 – A Sra. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Não, não estão funcionando.

8 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

Não. É um exemplo disso, é a Operação Angico, divulgada recentemente. Foi uma operação da polícia civil de Mato Grosso que descobriu funcionários do Estado inserindo créditos junto ao sistema de controle das guias florestais. Eles trabalhavam na Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Daí conclui-se que as GFs também não são seguras contra fraudes.

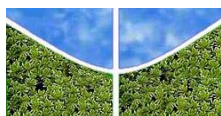
9 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Acho que inibiu um pouco.

10 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada Isaías. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

Porque a impunidade gera segurança para novos investidores do crime. E isso começa em casa mesmo, um exemplo bem simples, é quando se joga lixo em terreno baldio.





1 – Identificação do entrevistado:

Nome: Antônio Ferreira de Souza

Cargo: assessor de comunicação da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso

endereço eletrônico: [antoniosouza@sema.mt.gov.br](mailto:antoniosouza@sema.mt.gov.br)

Data da entrevista: 29/08/2006.

telefone: (65) 9973-0143

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Fazendo cobertura diária dos fatos como repórter da TV Record.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

Foi um marco na questão ambiental no Estado do Mato Grosso. Um divisor de águas. Primeiro, porque colocou fim à corrupção e a uma quadrilha que agia há mais de dez anos. Antes, mudavam o comando, mas o esquema continuava. O Dr. Hugo Werle, era um professor universitário, de conduta ilibada, chegando ao Ibama e vendo tudo aquilo, não resistiu e aderiu ao esquema. A Operação Curupira marcou o fim de um ciclo de corrupção no Estado. Caiu o comando do meio ambiente no Mato Grosso.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

Foi a segunda maior cobertura da mídia após a operação que resultou na prisão do Arcanjo. E a repercussão foi igual ou até superior.

5 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

Sinceramente, não acredito. Dos 150 que foram detidos, hoje não tem mais ninguém preso. Aí está um grande erro. Dos 47 do Ibama que foram presos, 97% continuam

trabalhando normalmente nas barreiras. Se ainda tivesse ATPF no Estado, o esquema estaria funcionando do mesmo jeito.

6 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

Em termos ambientais, tudo. Hoje o Mato Grosso é referência na gestão ambiental. O novo documento do governo federal, o DOF, foi criado a partir do modelo da GF, a Guia Florestal do Mato Grosso. O governador criou a Sema, e hoje o secretário estadual do meio ambiente tem ligação direta com ele. Houve uma mudança na legislação ambiental do Estado, com a aprovação do novo código ambiental, em 22 de dezembro de 2005. Foi realizado um fórum de meio ambiente, quando até a ministra do meio ambiente esteve aqui participando. Foi firmado um termo de cooperação técnica, passando algumas atribuições do Ibama para a Sema. A gestão do fogo também é uma novidade. Um concurso público, cujas provas já estavam marcadas foi realizado incluindo nele a ampliação do número de vagas, que era de 90 para 150 vagas. Os escritórios regionais da Sema, antes em número de 8 passaram para 16. A defesa civil passou para a Sema. O orçamento para o meio ambiente dobrou. A polícia militar ambiental foi criada, assim como a função de agente ambiental, com um efetivo de 150 pessoas, que passaram a integrar o que foi chamado de exército verde.

7 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Creio que atualmente no Estado existe a consciência de que o Mato Grosso precisa crescer na ótica do desenvolvimento sustentável. Ainda não existe uma política pública totalmente definida. Mas hoje as principais entidades são parceiras da Sema.

8 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

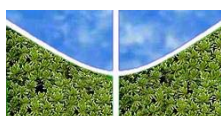
100% seguro não existe. Nenhum sistema é totalmente seguro. A fraude existe em qualquer lugar. O sistema pode até ser seguro, mas tem o ser humano para operá-lo e o crime é inerente ao ser humano.

9 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Sim. Porque houve uma moratória. Durante mais ou menos 6 meses não foi emitida autorização de transporte de produto florestal. Houve uma estagnação. Somado a isso, ocorreu a queda do dólar, que fez cair o preço da soja. O setor entrou em crise.

10 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada Isaías. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

É a cultura da ilegalidade no país. A corrupção não vem de agora e sim de anos e anos. Veja a Operação Angico, foi uma tentativa de fraude ao novo sistema da Sema. Houve aliciamento de servidores para incluir créditos florestais. O próprio governo descobriu. Com isso, 58 empresas foram suspensas porque estavam se beneficiando com créditos virtuais que elas não tinham direito. Foram descobertos 60 mil metros cúbicos de madeiras inseridos ilegalmente. Todos os servidores envolvidos foram demitidos. Eles exerciam cargos de confiança e trabalhavam diretamente com os computadores onde estavam instalados o novo sistema. Mas a investigação continua. Os madeireiros que cometeram irregularidades terão que se explicar junto à Delegacia Fazendária.



**Universidade de Brasília**

**CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável**

1 – Identificação do entrevistado:

Nome: Yugo Marcelo Miyakawa

Cargo: Superintendente Substituto do Ibama no Mato Grosso

endereço eletrônico: [yugo.miyakawa@ibama.gov.br](mailto:yugo.miyakawa@ibama.gov.br).

Data da entrevista: 30/08/2006.

Telefone: (65) 3648-9102 e 3548-9104

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Em dois momentos. Fiz parte do grupo de trabalho que iniciou a investigação dentro do Ibama. E depois, participei após a deflagração da Operação Curupira. Tudo foi fruto da investigação inicial dentro do Ibama.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

Foi uma operação trágica para o Ibama porque expôs ao público descasos e desmandos. Por outro lado, foi positiva porque o Ibama está conseguindo moralizar a casa com uma atuação ambiental mais condizente e menos influenciada.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

Como a operação só foi exposta no momento em que a polícia federal divulgou os nomes dos indiciados, ficou parecendo que tudo foi fruto apenas da Polícia Federal e do Ministério Público. Mas foi o Ibama que identificou os problemas, investigou e levantou as primeiras informações.

5 – O senhor deu entrevista sobre esse tema? Não.

6 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

Não sei. Não tive acesso aos documentos. É outro fórum. Eu não acompanho processos criminais.

7 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

O processo de descentralização da gestão ambiental que está acontecendo atualmente já vinha ocorrendo desde dezembro de 1999 com o pacto federativo. Em 2002 saiu uma portaria conjunta estipulando responsabilidades. Em 2003, foi firmado um convênio de cooperação técnica. Autorização de desmatamento e averbação de reserva florestal a cargo do Estado, hoje isto é uma realidade por lei. Com a alteração do código florestal em seu artigo 19, as áreas privadas e públicas estaduais cabem ao órgão estadual a sua gestão. Hoje o Ibama só cuida das áreas públicas federais, as Flonas, e áreas não tituladas. A gestão florestal das outras atualmente é estadual.

8 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Sim. Acredito.

9 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

Nenhum documento é seguro contra fraudes. O novo documento tem dispositivos de maior segurança. A forma de controle é mais segura. Mas não é infalível. Nada está isento a fraude. Este novo sistema apenas permite identificar a fraude mais rapidamente.

10 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Naquele momento sim. A operação causou impacto e contribuiu para a redução. Depois que a sociedade absorveu aquilo, os desmatamentos continuaram. Precisa intensificar ações e planos de prevenção e controle do desmatamento.

11 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada Isaías. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

Todas as operações ocorreram a partir de fatos do passado, anteriores à operação Curupira. E toda vez que identifica algo de errado, tem que ser apurado. Isto expõe o órgão, mas também demonstra que o órgão está realizando e procurando acabar com a corrupção. Não há só o lado negativo. O positivo também tem que ser avaliado.



**UnB – Universidade de Brasília**

**CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável**

1 – Identificação do entrevistado:

Nome: Anselmo Bruno Carvalho Pinto

Cargo: jornalista. Editor executivo do jornal Diário de Cuiabá

endereço eletrônico: [anselmo@diariodecuiaba.com.br](mailto:anselmo@diariodecuiaba.com.br)

Data da entrevista: 30/08/2006.

telefones: (65) 9972-1510; 3613-2000; e 3624-8758

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Na época eu exercia o cargo de editor do caderno cidades do Diário de Cuiabá e também acompanhei a operação fazendo matérias para o jornal O Globo, onde trabalhava como correspondente.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

Teve pontos positivos. Forçou o governo do Estado a se preocupar mais com as questões ambientais. Antes o governo era relapso quanto a isso; tanto é que o secretário do meio ambiente foi preso. Ele era despreparado para a função que exercia. Essa operação serviu como fator de moralização. De negativo, a pirotecnia, a exposição de pessoas inocentes. Infelizmente, esse é o lado ruim.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

Exaustivamente. Com muita ênfase. Mas cometeu o erro de depender muito da Polícia Federal e do Ministério Público para obter as informações. Faltou apuração. Este erro se repete sempre porque as redações estão pequenas, o tempo é restrito, o que dificulta o trabalho. A falta de estrutura dos jornais impede que os jornalistas possam ir ao local onde os fatos ocorrem. Não dá, por exemplo, para correr e ver de perto a derrubada de uma castanheira. É difícil ver in loco.

5 – Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

Não digo que haverá condenação. Aliás, muitos que não foram condenados, já foram punidos. É relativo, vai depender dos advogados. Punidos muitos já foram. Perderam cargo, houve casos de passarem 6 meses na prisão, enfim, isso já é uma punição.

6 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

Não mudou muita coisa não. Em termos de desmatamento, prefiro aguardar os últimos números a serem divulgados pelo governo federal.

7 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

O Mato Grosso tem uma extensão territorial enorme. A Sema e o Ibama não têm estrutura. Eu acho que não mudou muita coisa não. Mas não tenho dados científicos para dizer se estão funcionando.

8 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

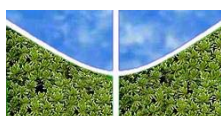
Parece que não. Pela operação Angicos observou-se que não.

9 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Não há como dizer.

10 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita com conjunto com o MMA e o MP, denominada Isaías. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

Porque essas pessoas que exploram os recursos naturais atuando na ilegalidade acreditam na impunidade. Só enxergam o lucro e preferem se manter ilegais, porque assim ganham mais.



**Universidade de Brasília**

**CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável**

1 – Identificação do entrevistado:

Nome: Gerson Barbosa

Cargo: Promotor de justiça. Titular da 20ª Procuradoria Geral de Justiça do Meio Ambiente da Capital e coordenador geral do Caop (Centro de Apoio Operacional)

endereço eletrônico: [gerson\\_barbosa@terra.com.br](mailto:gerson_barbosa@terra.com.br).

Data da entrevista: 30/08/2006.

Telefones: (65) 3613-5220 e 9983-1161.

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Apenas indiretamente, fornecendo dados, informações sobre o desmatamento. A operação Curupira foi deflagrada pelo Ministério Público Federal, tendo como alvo o Ibama e acidentalmente a Fema entrou também na investigação.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

O Ibama, como órgão ambiental, já havia sofrido outra intervenção. É um órgão que teve sérios problemas no passado. Com relação à Fema, a minha opinião é que os problemas que atingiram a Fema, hoje Sema, não eram e não são objeto de intervenção. Os problemas da Sema são estruturais e somente de gestão política e ambiental.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

Foi um trabalho normal, às vezes sensacionalista, às vezes com anuência em certos aspectos, mas normal.

5 – O Sr. deu entrevista sobre esse tema?

Não.

6 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

Muito dificilmente. Não pela ação do Ministério Público, que foi exemplar, mas por conta dos percalços processuais. Dificuldades de produção de provas, falta de agilidade nos julgamentos. Mesmo porque, muitas pessoas que participaram não foram atingidas. Em alguns casos, quando acontecer o julgamento final, já estará prescrito.

7 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

Eu tenho visto um lado prático bom com relação ao Ibama. Hoje o Ministério Público do Estado trabalha muito com o Ibama porque com essa operação aproveitaram politicamente e muitas atribuições que eram do Ibama foram passadas para a Sema. E eu considero isso temerário. Eu tenho a impressão que a Constituição da



República não permite isso. O problema maior é que a Fema já não dava conta das inúmeras atividades que tinha, e agora, com as novas atribuições fica difícil de dar conta do recado. Virou um elefante branco. Se não houver um controle muito grande, agora, a possibilidade é de aumentar a corrupção na Sema. Então, isso aí eu considero um saldo negativo. Tem que atentar para isso. É como eu digo, os problemas que a Sema tinha e tem, não são resolvidos com intervenção. O saldo positivo foi a destituição do secretário, que, independente de ser corrupto ou não, ele era totalmente incompetente, ele desconhecia a questão ambiental, tinha uma visão empresaria e política do meio ambiente; situação que não cabe ao Ministério Público se imiscuir. E a responsabilidade pela indicação dele é do governador do Estado. As pessoas diziam que a Fema não funcionava por causa do seu titular. Mas a responsabilidade pela sua indicação é do governador. Então, o saldo positivo foi a retirada de um secretário que notadamente não lidava com a questão ambiental. No seu lugar foi colocado um excelente administrador, o Dr. Marcos Machado. Só que a gente não pode analisar a questão ambiental só pelas pessoas. Eu volto a repetir: a questão é de gestão ambiental. A Sema simplesmente leva a cabo essa política. Então, isso só será resolvido quando houver coerência nessa política ambiental. E, mesmo após a operação Curupira, eu não vejo coerência nessa política.

8 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Não. A gente nota uma ausência do Estado. Não existe uma estrutura de pessoas e apoio logístico que atinja satisfatoriamente todo o Estado. Eu falo de pessoal em quantidade suficiente para dar conta de um Estado com 90 milhões de hectares. Outra coisa: não existem iniciativas criativas para fomentar o produtor a manter a floresta em pé. E a ausência do Estado gera uma noção de impunidade, de modo que o desmatamento diminui ou aumenta mercê de critérios econômicos. Vale a pena plantar se as commodities estão em alta, etc, etc. Por outro lado também, o produtor merecia melhor atenção, melhores esclarecimentos sobre o que é certo ou errado. Uma política ambiental voltada para aquele produtor que efetivamente quer fazer a coisa certa.

9 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

A guia fiscal, a GF? Já houve escândalo envolvendo a GF, o que prova que não é segura. Todo sistema tem que ser aprimorado constantemente. Existem muitas formas de fraudar. Nenhum sistema sobrevive sem uma rigorosa e eterna fiscalização.

10 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Eu não tenho elementos para responder a esta pergunta.

11 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada Isaías. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

É como eu disse, os degradadores são muito criativos. Existe muita madeira disponível. A demora na punição incentiva a degradação. Mas de qualquer sorte, essas operações vão diminuir a vontade de fraudar. Há que se destacar a atuação da Polícia Federal, que é histórica. Se os degradadores são criativos, a Polícia Federal também tem demonstrado ser muito criativa para combater. É a prova de que tem que haver concurso público, que não se deve contratar por indicação política.



– **Universidade de Brasília**

**CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável**

1 – Identificação do entrevistado:

Nome: Francisco de Arruda Machado

Cargo: professor do curso de mestrado em ecologia e conservação da biodiversidade, da Universidade Federal do Mato Grosso.

endereço eletrônico: [salminus@terra.com.br](mailto:salminus@terra.com.br).

Data da entrevista: 31/08/2006.

Telefone: (65) 3615-8870 e 9972-6529

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Apenas indiretamente, por intermédio da imprensa e em conversas informais com colegas da universidade.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

Foi uma operação pontual que não resolveu os problemas do arranjo do Estado quanto ao desmatamento.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

A mídia foi efetiva em divulgar os fatos disponibilizados. Possibilitou chegar ao povo informações sobre o enriquecimento ilícito dos envolvidos na máfia. Esse povo, que é uma palavra existente apenas no dicionário, pôde ficar sabendo das fraudes.

5 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

Eu, particularmente, não acredito. Porém, gostaria que fossem.

6 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

O que mudou foi o discurso do governador, que supostamente atende às exigências da sociedade contra as fraudes para se auto-beneficiar. Tudo o que faz no Estado é para beneficiar a si próprio e ao grupo dele. Quando Blairo Maggi entrou na política e declarou, ao ser candidato ao governo do Estado pela primeira vez, um patrimônio pessoal de R\$ 16 milhões eu disse: esse homem não precisará roubar, ele já é rico. Agora que ele é candidato a reeleição declarou um patrimônio pessoal de R\$ 36 milhões, adquiridos numa única gestão que, todavia, não está concluída ainda. A justificativa dele para esse aumento enorme no patrimônio foi uma reavaliação das empresas AMaggi, onde estão incluídos alguns parentes.

7 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Não. Tristemente não. O homem não respeita a vegetação, ele a vê como lenha ou como se não existisse na perspectiva de seus fins, que são a pecuária e a agricultura.

8 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

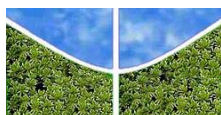
Não. Exemplo disso é a operação Angico, deflagrada recentemente no Mato Grosso e que descobriu fraudadores dentro da Sema.

9 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Contribuiu para que pessoas sérias dos órgãos públicos ficassem mais atentas. O Ibama melhorou, ficou mais eficiente para detectar problemas. Mas o desmatamento, na minha opinião, não diminuiu. Digo isso porque acabei de sobrevoar o Estado e na Amazônia Meridional os buracos referentes ao desmatamento aumentaram.

10 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada Isaías. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

É outra história para o Brasil, país da impunidade. A impunidade gera a segurança de que nada acontecerá com os criminosos. Um país onde juizes concedem liminares para bandidos como Marcola e Arcanjo, não é sério. Aqui quem comete o crime de roubar R\$ 2 milhões está no mesmo nível de alguém que furta uma fruta no supermercado para matar a própria fome. No nosso país falta educação.



**Universidade de Brasília**  
**CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável**

---

1 – Identificação do entrevistado

nome: Sebastião Azevedo

cargo que ocupa: Procurador Chefe da PFE (Procuradoria Federal Especializada) do Ibama

endereço eletrônico: [sebastião.azevedo@ibama.gov.br](mailto:sebastião.azevedo@ibama.gov.br)

data da entrevista: 02/10/2006.

telefone de contato: 3316-1037

2 – Como o Sr. participou da Operação Curupira?

Diretamente, como orientador dos trabalhos jurídicos realizados no curso das investigações no âmbito do Ibama.

3 – Qual a sua opinião sobre essa operação policial?

A operação teve 3 focos. Foi uma investigação policial, que resultaria na responsabilização penal dos agentes envolvidos públicos e privados; foi uma busca de responsabilização civil aos respectivos agentes públicos e privados envolvidos por eventuais danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio público; e por último uma responsabilização administrativa, só dos servidores do Ibama e resulta na aplicação de sanções administrativas: advertência, suspensão e demissão, conforme a gravidade do delito.

4 – Como a mídia divulgou a Operação Curupira?

Cumpru o seu papel de mostrar para a sociedade as situações, os danos causados ao meio ambiente, tudo através desses processos de fraude, de falsificação na gestão ambiental.

5 - Como o Sr. se viu na mídia?

Eu não dei entrevista sobre o assunto.

6 - Na sua opinião, todos os envolvidos na máfia das ATPFs serão punidos?

A minha expectativa é que sejam punidos. Tudo vai depender dos processos, das provas apuradas, enfim, mas a expectativa é de punição.

7 – O que mudou no Mato Grosso após a Operação Curupira?

Mais do que no Mato Grosso, o que mudou foi a condução da gestão na área florestal em âmbito nacional. Foram adotadas várias medidas de caráter normativo, no âmbito do monitoramento e controle das atividades florestais, sobretudo na Amazônia Legal. A mudança fundamental foi a substituição da ATPF pelo DOF.

8 – O Sr. acredita que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão funcionando?

Os índices de desmatamento dizem bem que sim. Os resultados alcançados apontam para uma redução significativa do desmatamento ilegal.

9 – Na sua opinião, o novo documento eletrônico que substituiu as ATPFs é seguro contra fraudes?

Ainda não dá para avaliar. A implementação foi a partir de primeiro de setembro, O DOF foi elaborado na perspectiva de evitar fraude e falsificação. Como instrumento de controle, por enquanto tem se revelado eficiente e eficaz.

10 – A Operação Curupira contribuiu para a redução do índice de desmatamento na Amazônia Matogrossense?

Sim. Houve uma redução significativa especificamente no Estado do Mato Grosso. Essa operação teve outra vantagem: alertou para a necessidade do próprio Estado do Mato Grosso exercer as atividades de controle da área florestal, que agora está sendo feito por intermédio de convênios de cooperação.

11 – Recentemente foi desencadeada a décima operação policial feita em conjunto com o MMA e o MP, denominada “Isaias”. A investigação gira em torno de ATPFs e as fraudes são as mesmas detectadas pela Curupira. Na sua opinião, por que isso se repete?

Na verdade, não houve reincidência. Teria se repetido se tivesse ocorrido na mesma região. O Ibama tinha plano de operação em várias Unidades da Federação e agora está investindo em sistema de segurança para evitar novas fraudes.

